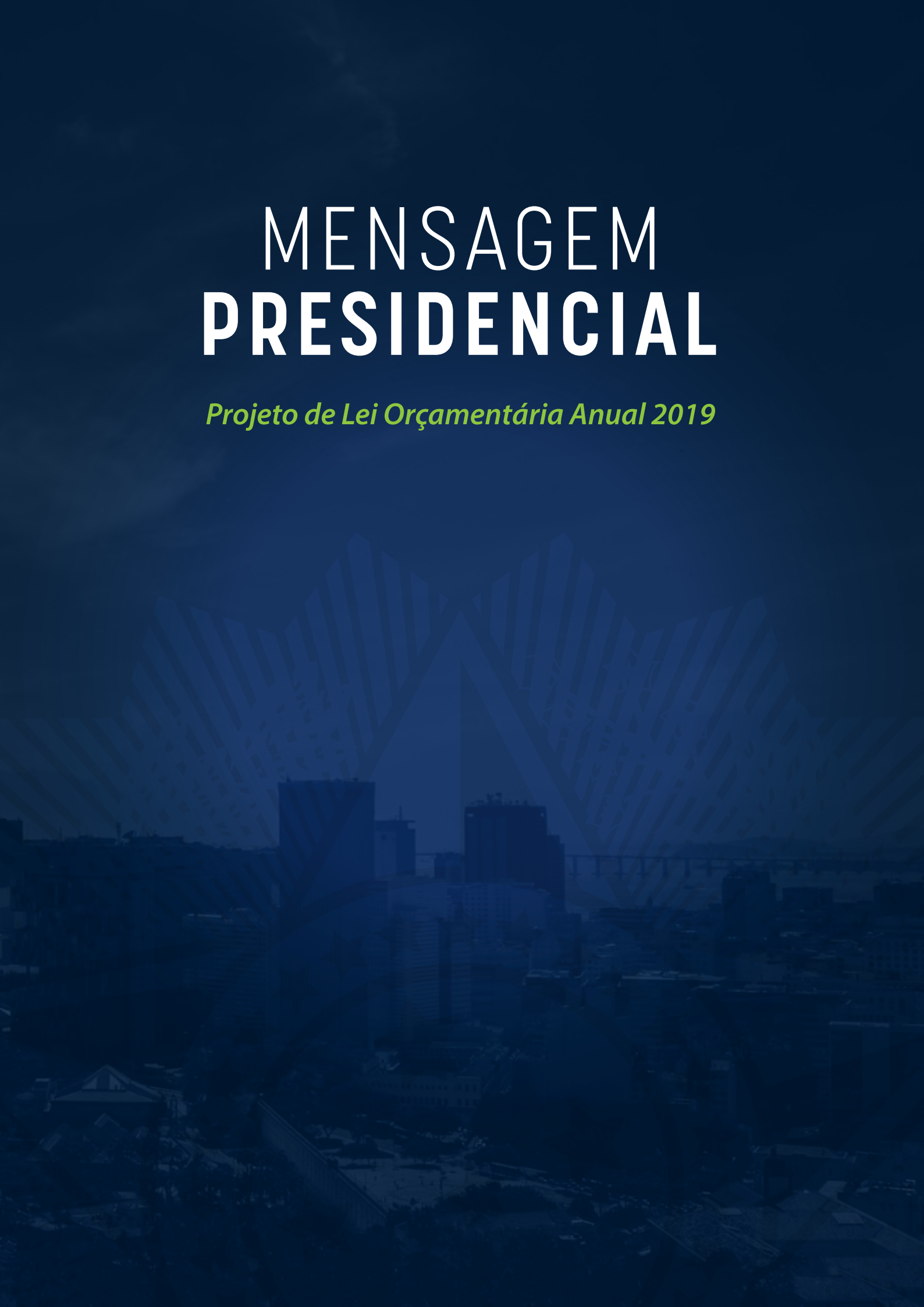


MENSAGEM PRESIDENCIAL

Projeto de Lei Orçamentária Anual 2019





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

MENSAGEM PRESIDENCIAL

PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2019

Brasília / DF
2018

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Secretaria de Orçamento Federal – SOF

SEPN 516, Bloco “D” Lote 08

70770-524 – Brasília, DF

Telefone: +55 61 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamentos da União exercício financeiro 2019: projeto de lei orçamentária. – Brasília, 2018.

Conteúdo: Mensagem presidencial – v.1 Texto do projeto de lei, quadros consolidados, detalhamento da receita, legislação da receita e da despesa – v.2 Consolidação dos programas de governo – v.3 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Legislativo, órgãos do Poder Judiciário, Tribunal de Contas da União, Ministério Público da União – v.4 t.1 e 2 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Presidência da República e ministérios (exceto MEC) – v.5 Detalhamento das ações: órgãos do Poder Executivo, Ministério da Educação – v.6 Orçamento de investimento: quadros orçamentários consolidados, detalhamento da programação, detalhamento das ações.

1. Orçamento federal. 2. Proposta orçamentária. 3. Projeto de lei 2019. I. Título

CDU: 336.14:354(81)“2019”

CDD: 351.72205

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme Lei. n. 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Brasília - DF

LISTA DE SIGLAS

- **a.a.** – ao ano
- **ADCT** – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
- **Ancine** – Agência Nacional de Cinema
- **ANM** – Agência Nacional de Mineração
- **BB** – Banco do Brasil
- **BCB** – Banco Central do Brasil
- **BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- **BNCC** – Base Nacional Curricular Comum
- **CAERD** – Companhia de Águas e Esgotos do Estado de Rondônia
- **Caged** – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
- **CCEE** – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica
- **CDE** – Câmara de Desenvolvimento Energético
- **CDS** – Credit Default Swaps
- **CEDAE** – Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
- **CEF** – Caixa Econômica Federal
- **CELG-D** – Companhia Energética de Goiás – Distribuição
- **Cfem** – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
- **Cide-combustíveis** – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis
- **CIE** – Centro de Integração ao Esporte
- **CMN** – Conselho Monetário Nacional
- **CNPE** – Conselho Nacional de Política Energética
- **Comprev** – Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS
- **Copom** – Comitê de Política Monetária do Banco Central
- **COSANPA** – Companhia de Saneamento do Pará
- **CPRM** – Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais
- **CPSS** – Contribuição para o Plano de Seguridade do Servidor
- **DNPM** – Departamento Nacional de Produção Mineral
- **DBGG** – Dívida Bruta do Governo Geral
- **DLSP** – Dívida Líquida do Setor Público
- **DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
- **DPU** – Defensoria Pública da União
- **DRU** – Desvinculação de Receitas da União
- **EC** – Emenda Constitucional
- **EUA** – Estados Unidos da América
- **FEP** – Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios
- **FBCF** – Formação Bruta de Capital Fixo
- **FCDF** – Fundo Constitucional do Distrito Federal
- **FCO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
- **FIES** – Fundo de Financiamento Estudantil
- **FGTS** – Fundo de Garantia do Tempo e Serviço
- **FNE** – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste



LISTA DE SIGLAS

- **FNO** – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
- **FNAC** – Fundo Nacional de Aviação Civil
- **FPM** – Fundo de Participação dos Municípios
- **FRGPS** – Fundo do Regime Geral de Previdência Social
- **FUNCEX** – Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior
- **IBC-Br** – Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil
- **IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- **IDP** – Investimentos Diretos no País
- **IGP-DI** – Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna
- **INPC** – Índice Nacional de Preços ao Consumidor
- **INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social
- **IOF** – Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros
- **IPCA** – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- **IPI** – Imposto sobre Produtos Industrializados
- **IR** – Imposto de Renda
- **ITR** – Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
- **LDO** – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- **LRF** – Lei de Responsabilidade Fiscal
- **MEC** – Ministério da Educação
- **MF** – Ministério da Fazenda
- **MP** – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
- **MPU** – Ministério Público da União
- **MTb** – Ministério do Trabalho
- **NFSP** – Necessidade de Financiamento do Setor Público
- **OI** – Orçamento de Investimento
- **p.p.** – pontos percentuais
- **PCH** – Pequena Central Hidrelétrica
- **PDG** – Programa de Dispendios Globais
- **PIB** – Produto Interno Bruto
- **PIM** – Pesquisa Industrial Mensal
- **PMC** – Pesquisa Mensal do Comércio
- **PMs** – Pesquisa Mensal de Serviços
- **PLDO** – Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias
- **PLOA** – Projeto de Lei Orçamentária
- **PNAD Contínua** – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
- **PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar
- **PNBL** – Plano Nacional de Banda Larga
- **PNE** – Plano Nacional de Educação
- **PNLD** – Plano Nacional do Livro e do Material Didático
- **PNSP** – Plano Nacional de Segurança Pública
- **Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar



LISTA DE SIGLAS

- **REPETRO** – Regime Aduaneiro Especial de Exportação e Importação de Bens Destinados às Atividades de Pesquisa e de Lavra das Jazidas de Petróleo e Gás Natural
- **PUC** – Participação da União no Capital de Empresas Públicas
- **RFB** – Secretaria da Receita Federal do Brasil
- **RGPS** – Regime Geral da Previdência Social
- **RPPS** – Regime Próprio de Previdência Social
- **Selic** – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
- **SEGRT** – Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações do Trabalho no Serviço Público
- **Seplan** – Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos
- **Sest** – Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
- **SFH** – Sistema Financeiro da Habitação
- **Sisfron** – Sistema Integrado de Fronteiras
- **SGDC** – Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas
- **SOF** – Secretaria de Orçamento Federal
- **SPE** – Secretaria de Política Econômica
- **SPE** – Sociedade de Propósito Específico
- **STN** – Secretaria do Tesouro Nacional
- **STF** – Supremo Tribunal Federal
- **SUS** – Sistema Único de Saúde
- **SUSP** – Sistema Único de Segurança Pública
- **TCU** – Tribunal de Contas da União
- **TLP** – Taxa de Longo Prazo
- **TJLP** – Taxa de Juros de Longo Prazo
- **TRF** – Tribunal Regional Federal
- **UHE** – Usina Hidrelétrica
- **UBS** – Unidades Básicas de Saúde
- **VLT** – Veículo Leve sobre Trilhos



SUMÁRIO

RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO	8
Introdução	09
Resultados Macroeconômicos Recentes	13
Evolução das Expectativas Econômicas	16
Reformas Estruturantes da Economia	17
Medidas de Aperfeiçoamento do Marco Regulatório e do Ambiente de Negócios	19
Medidas para Promoção de Investimentos em Infraestrutura	22
Políticas Monetária, Creditícia e Cambial	24
Projeções Macroeconômicas para 2018 e 2019	27
Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2018 e 2019	28
 RESUMO DAS POLÍTICAS SETORIAIS	 31
Saúde	32
Educação	33
Assistência Social	34
Segurança Pública	35
Investimentos Públicos Estratégicos	36
 AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL	 40
Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados	41
Receita Primária Total	45
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita	47
Despesa Primária Total	48
Novo Regime Fiscal no PLOA-2019	51
Regra de Ouro	54
Resultado Primário das Empresas Estatais Federais - Metodologia de Cálculo	60
Receitas do Orçamento de Investimento	61
Pessoal e Encargos Sociais	63
Sistemas Previdenciários	65
 AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO	 77
Aplicações em Operações de Crédito	78
Investimentos no Ativo Imobilizado das Instituições Financeiras	79
 DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS	 80
Empresas do Setor Produtivo	81
Empresas do Setor Financeiro	116

Capítulo 1

RESUMO DA POLÍTICA ECONÔMICA DO GOVERNO



Introdução

Resultados Macroeconômicos Recentes

Evolução das Expectativas Econômicas

Reformas Estruturantes da Economia

Medidas de Aperfeiçoamento do Marco Regulatório e do Ambiente de Negócios

Medidas para Promoção de Investimentos em Infraestrutura

Políticas Monetária, Creditícia e Cambial

Projeções Macroeconômicas para 2018 e 2019

Gestão da Política Fiscal e Cenário para 2018 e 2019

INTRODUÇÃO

A elaboração do Orçamento Federal para 2019 é particularmente desafiadora. O próximo ano será o primeiro de um novo governo. Nesse sentido, a proposta orçamentária deve se pautar pela prudência, atendo-se ao cenário de receitas e despesas conhecido hoje e abstendo-se de introduzir novas necessidades ou fontes de recursos. Não foram consideradas medidas tributárias ou receitas não-recorrentes como, por exemplo, novas concessões. Em segundo lugar, o cenário macroeconômico mostra elevação de fatores de risco, imprimindo maior incerteza sobre o comportamento das principais variáveis econômicas. Assim sendo, pode-se citar, entre os fatores externos, o recrudescimento de tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China, a perda de dinamismo de crescimento na Zona do Euro, as restrições de oferta de petróleo e o ritmo de elevação de juros nos EUA; entre os fatores domésticos, a extensão dos desdobramentos da recente crise de abastecimento, especialmente na confiança dos agentes econômicos. A questão mais delicada, dentre os fatores domésticos de risco, está relacionada ao orçamento de 2019: o cumprimento da “Regra de Ouro”, assim chamada a restrição legal, consubstanciada no inciso III do art. 167 da Constituição Federal, que veda os ingressos financeiros, oriundos de operações de crédito, em montantes superiores às despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida).

Tendo em vista diversos fatores peculiares à gestão fiscal do Governo Federal nos últimos anos, notadamente relacionados à obtenção de sucessivos déficits primários desde 2014, a margem hoje apurada para cumprimento da regra de ouro encontra-se bastante limitada. Diante disso, a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, LDO 2019, traz, em seu art. 21, mecanismo contendo normas e condições para aplicação da ressalva existente no dispositivo constitucional, de autorizar operações de créditos acima das despesas de capital, desde que aprovadas por meio de crédito suplementar ou especial, pelo Congresso Nacional, por maioria absoluta. Mais adiante, nesta Mensagem, consta demonstrativo sobre a regra de ouro, em cumprimento ao § 2º do art. 21 da LDO 2019.

Desde 2012, o resultado fiscal alcançado pelo setor público não atinge o requerido para estabilizar a dívida pública, refletindo o desequilíbrio estrutural entre as despesas públicas e suas fontes de financiamento. Essa tendência foi agravada em razão do arrefecimento da atividade econômica, observado entre 2013 e 2016, da rigidez orçamentária, com o excesso de vinculações e pela expansão de despesas obrigatórias como proporção da despesa total. Nesse curto período, a dívida bruta apresentou uma forte ascensão, de 51,5% do PIB em 2013 para 70% do PIB ao final de 2016.

A mudança na diretriz da política econômica observada a partir de meados de 2016 focou em restabelecer as condições de sustentabilidade das contas públicas, por meio de um processo de consolidação fiscal, assim como uma agenda de reformas microeconômicas, com foco em aumento de produtividade e na melhoria do ambiente de negócios.

Garantir a solidez dos fundamentos da economia é uma condição necessária para que o País possa traçar qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável. No âmbito da política fiscal, esse fundamento é assegurado quando os resultados fiscais do setor público são suficientes para garantir a sustentabilidade da sua dívida pública no longo prazo. Ou seja, quando há sinalização de que o governo pode honrar suas obrigações ao longo do tempo.



A partir de meados de 2016, uma nova estratégia de política econômica foi adotada para buscar o equilíbrio das contas públicas. Essa estratégia teve como marco o estabelecimento do Novo Regime Fiscal, que cria uma regra de crescimento para as despesas primárias. Esse regramento levou o governo a adotar medidas de contenção de despesas primárias, além de outras medidas importantes para a mitigação do crescimento do endividamento, como as devoluções dos aportes no BNDES.

Além do Novo Regime Fiscal, reformas estruturais foram introduzidas com vistas a melhorar as condições para a retomada do crescimento econômico: (i) a Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467, de 13 de Julho de 2017, que prestigiou o instituto dos acordos trabalhistas e tornou a legislação brasileira mais aderente ao desenvolvimento do mercado de trabalho e à maior empregabilidade; (ii) a Taxa de Longo Prazo (TLP) instituída pela Lei nº 13.483, de 21 de Setembro de 2017, que substituiu a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) como referência das operações de crédito do BNDES, aumentando a eficácia da política monetária e reduzindo o gasto público com a equalização de taxas de juros; (iii) a Lei nº 13.530, de 07 de Dezembro de 2017, que altera a legislação do FIES com o objetivo de aumentar a eficiência e a sustentabilidade fiscal do programa, principalmente por meio da redução do risco de crédito, do redesenho de incentivos para diminuir a inadimplência e do aprimoramento da governança; (iv) a Lei nº 13.429, de 31 de Março de 2017, que normatizou a terceirização no País; e (v) a Lei nº 13.303 de 30 de Junho de 2016, que aperfeiçoou os mecanismos de governança e controle das empresas estatais, com vistas a minimizar os riscos de aportes decorrentes de má gestão.

Outro aspecto de relevância foi o aperfeiçoamento de marcos regulatórios, ampliando a atratividade para investimentos do setor privado em vários setores. Em especial, cabe ressaltar: (i) a Resolução CNPE nº 07/2017, que reduziu as exigências e simplificou as regras de conteúdo local para o setor de petróleo e gás; (ii) a Revisão da Lei do Pré-sal, que desobrigou a Petrobras de participar de todos os consórcios de exploração; (iii) a criação da Agência Nacional de Mineração (ANM), com funções de regulação e fiscalização do setor, em substituição ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), que será extinto; e (iv) a modernização das regras sobre alienação fiduciária por meio da Lei nº 13.465, de 11 de Julho de 2017, que define valor mínimo em leilão, prazo de averbação e de pagamento de parcelas vencidas, além de incluir a possibilidade de intimação via terceiros e reduzir fatores que incitam a anulação do processo.

Além do equilíbrio fiscal, a atual orientação da política econômica brasileira visa a robustecer a recuperação econômica. Para esse fim, o Governo expandiu e melhorou o programa de concessões e, assim, gerou um impulso adicional ao crescimento. O Governo também selecionou ativos públicos para venda, a fim de reduzir os dispêndios públicos com gastos correntes e garantir uma gestão mais eficiente. Até julho de 2018, do portfólio total de 189 projetos, 95 foram concluídos. Dentre esses, cabe destacar: (i) a 4ª Rodada de Licitações de Áreas com Acumulações Marginais; (ii) a 14ª Rodada de Licitações de Blocos Exploratórios de Petróleo e Gás Natural sob o regime de concessão; (iii) as 2ª e 3ª Rodada de licitações sob o regime de partilha de produção (Pré-Sal); (iv) a Concessão de 4 Usinas Hidrelétricas; (v) a Desestatização da CELG-D; (vi) a concessão de 4 aeroportos; (vii) os leilões de portos; e (viii) as concessões de 46 linhas de transmissão elétrica. No total, os projetos finalizados encerram investimentos esperados de cerca de R\$ 150 bilhões. Os projetos em desenvolvimento, por sua vez, representam investimentos futuros da ordem de R\$ 238 bilhões.



Em 2017, o resultado primário do governo central foi negativo em 1,8% do PIB, menor que o déficit de 2,6% no ano anterior. Em junho de 2018, o déficit primário do governo central, no acumulado em 12 meses era de 1,38% do PIB. O déficit nominal em junho de 2018, na mesma base de comparação, era de 6,44% do PIB, comparado a 7,0% do PIB em 2017 e a 7,6% em 2016. A Dívida Bruta do Governo Geral seguiu em elevação, passando de 70% do PIB em 2016 para 74% do PIB ao final de 2017 e para 77,2% do PIB em junho de 2018.

No cenário macroeconômico doméstico, o ano de 2017 marcou o fim da profunda recessão iniciada em meados de 2014. O PIB elevou-se em 1,0% em termos reais, interrompendo uma sequência de 2 anos de retração, ao passo que a inflação desacelerou e o desemprego e os juros registraram queda. O ano fechou com a inflação de 2,95% a.a. (IPCA) e com taxa de juros básica da economia de 7,0% a.a. (Meta Selic), patamar mais baixo de juros, até então, do período de vigência do Regime de Metas para a Inflação iniciado em 1999. Esse cenário mantém-se no 1º trimestre de 2018, com o IPCA registrando 2,68% a.a. em 12 meses até março e a taxa Selic reduzida para 6,5% a.a. na reunião do COPOM de 21 de março. A trajetória de recuperação esteve mantida no 1º trimestre de 2018 e havia indícios consistentes de consolidação do ritmo de crescimento no 2º trimestre. No entanto, a dinâmica da economia brasileira sofreu um choque temporário em maio com a greve dos caminhoneiros, que interrompeu a cadeia produtiva, com efeitos sobre a produção, consumo e preços. No que tange à inflação, tudo indica que os efeitos de aumento de preço foram transitórios, com os índices do terceiro trimestre apontando reversão dos efeitos. No que se refere à produção e ao consumo, a queda verificada contaminará o resultado do PIB para este ano. Assim, ainda que os dados disponíveis apontem para retomada, em boa medida, do ritmo anterior aos problemas de distribuição, os resultados da atividade econômica ficarão aquém do previsto no início do ano.

No Relatório de Avaliação do 3º bimestre de 2018, de que trata o art. 9º da LRF e o art. 56 da Lei nº 13.473, de 08 de Agosto de 2017, LDO-2018, o Governo reduziu a estimativa oficial para o crescimento do PIB em 2018, de 2,5% para 1,6%. A redução da estimativa para o crescimento do PIB em 2018 decorre, parcialmente, do efeito negativo da greve dos caminhoneiros na atividade econômica no mês de maio de 2018, contudo, os indicadores referentes a junho e julho sugerem uma recuperação da atividade em formato de “V”.

Os indicadores do comércio varejista foram menos afetados pela greve dos caminhoneiros. Vale destacar, contudo, que esses dados positivos de junho de 2018 não serão suficientes para evitar um resultado próximo a zero do PIB do 2º trimestre de 2018, com risco de queda, na margem. Entretanto, geram efeito estatístico positivo relevante para o resultado do PIB no 3º trimestre de 2018.

É importante ressaltar que o principal determinante da revisão para baixo na estimativa de crescimento em 2018 foi uma deterioração das condições financeiras em virtude do aumento das incertezas no cenário econômico. Nesse sentido, cabe destacar, no cenário internacional, as incertezas com relação ao ritmo de elevação de juros nos EUA, com os efeitos de um recrudescimento nas relações comerciais entre os EUA e seus principais parceiros e com os rumos das cotações do petróleo. No cenário doméstico, destaca-se o aumento das incertezas sobre a sustentabilidade das contas públicas, especialmente após a não votação da Reforma da Previdência e a aprovação de medidas legislativas com impacto fiscal negativo.



A manutenção de resultados primários aquém da necessidade de estabilização da dívida pública revela o tamanho do desafio que está posto à gestão da política fiscal. A natureza estrutural do desequilíbrio fiscal passou a exigir reformas relacionadas à dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias e ao aperfeiçoamento no arcabouço institucional fiscal capaz de recolocar a dívida pública em trajetória sustentável.

Como medidas de aperfeiçoamento desse arcabouço, pode-se citar: (i) redução da rigidez orçamentária por meio de reformas nas vinculações; (ii) revisão e aperfeiçoamento dos programas de benefícios tributários que, estima-se, alcançará cerca de 4,1% do PIB em 2018; (iii) aprimoramento e revisão dos programas de benefícios creditícios e financeiros, cujo montante alcançou 1,8% do PIB em 2016 (1,3% em 2017); (iv) medidas para redução do crescimento das despesas obrigatórias e (v) revisão dos programas de governo objetivando melhorias na focalização, eficiência e efetividade da prestação dos serviços públicos.

Dentre as reformas estruturais para controle das despesas obrigatórias, a mais urgente é a reforma da previdência. Os gastos previdenciários vêm crescendo de forma acelerada, mas as receitas não seguem a mesma tendência. Isso decorre, dentre outros aspectos, da dinâmica de composição etária, em que a população de aposentados aumenta a taxas superiores à população de contribuintes. Trata-se de uma reforma essencial para garantir a sustentabilidade da Previdência Social e buscar equidade dos direitos previdenciários para toda a população. Nas condições atuais, o déficit da previdência passará de 2,8% do PIB em 2018 para 3,1% do PIB em 2021 (um incremento de R\$ 65 bilhões em termos nominais). É a medida estrutural de maior impacto fiscal, mas seus efeitos só serão sentidos em médio prazo, especialmente em decorrência do envelhecimento da população e pelas regras de transição dispostas na proposta de reforma. Nesse sentido, a postergação de sua discussão impacta significativamente a velocidade do processo de consolidação fiscal e compromete o espaço para a realização de investimentos e programas sociais.

O Novo Regime Fiscal reflete uma opção por um ajuste gradual das contas públicas, dado que um ajuste abrupto seria inviável pelo elevado nível de rigidez orçamentária, bem como pelas indesejáveis consequências negativas para o andamento de políticas públicas. Importante mencionar que o Novo Regime Fiscal implica em uma redução nas despesas primárias de 0,5% do PIB ao ano e depende de ações estruturantes para a continuidade dos benefícios por ele proporcionados. Sem a aprovação das reformas, o risco de seu descumprimento aumenta, o que levaria o governo a adotar posturas ineficientes às políticas públicas, como a queda na qualidade da prestação de serviços.

O Governo, por meio da agenda de medidas econômicas e das peças orçamentárias, vem reafirmando seu compromisso em criar ambiente propício à consolidação do novo ciclo de crescimento econômico. Para tanto, vem priorizando: a) a sustentabilidade das contas públicas e modernização do Estado; b) a preservação de programas prioritários em saúde, educação e outras políticas sociais; c) a promoção de investimentos em infraestrutura, contribuindo para eliminar gargalos ao crescimento; d) o aumento da produtividade do capital e da mão de obra, por meio da melhoria do ambiente de negócios, do incentivo à inovação e à qualificação profissional; e e) redução da taxa de longo prazo da economia e do custo do capital e do investimento.



RESULTADOS MACROECONÔMICOS RECENTES

O desequilíbrio fiscal dos anos anteriores foi um fator determinante para a perda do dinamismo econômico. A expansão fiscal anterior no período de 2012 a 2014, provocou elevados déficits nas contas públicas, desencadeando uma série de consequências adversas à economia: aumento das taxas de juros, queda do investimento e da produção, aumento do desemprego, aumento do endividamento privado, tanto de empresas quanto de famílias e, em consequência, deterioração nas condições de crédito. Assim, a profundidade da desaceleração econômica implicou em comprometimento de elos da cadeia produtiva e levou a confiança a níveis historicamente baixos, afetando a propensão a investir e as condições de retomada da oferta e da demanda por crédito. Além disso, o processo de retomada não poderia contar com incentivos de ordem fiscal. Não havia espaço fiscal para novos estímulos, visto a rigidez das despesas e a lenta recuperação das receitas (condição que sabidamente seria a realidade para os próximos anos, dados a rigidez e os sucessivos déficits projetados).

Em 2017, o PIB elevou-se em 1,0% em termos reais. Cabe destacar, no desempenho do ano, o crescimento de 13,0% do setor agropecuário, impulsionado pela safra recorde de grãos, ao passo que a indústria permaneceu estável e o setor de serviços avançou 0,3%. Do lado da demanda, o consumo das famílias exerceu a principal contribuição para a retomada da atividade, com crescimento de 1,0%, impulsionado pelo avanço da massa salarial real, pela queda da inflação e pela recuperação do mercado de crédito, dentre outros fatores. Houve, também, a melhora progressiva no investimento, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF).

O crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2018 foi de 0,4% frente ao trimestre anterior no dado com ajuste sazonal, refletindo, pelo lado da demanda, a expansão do setor agropecuário de 1,4%, enquanto os setores industrial e de serviços registraram ambos avanços de 0,1%. Dentre os componentes da demanda, destaque para o Consumo das Famílias, cujo crescimento trimestral de 0,4% (com ajuste sazonal) representou o quinto período consecutivo de elevação, e da Formação Bruta de Capital Fixo, crescimento trimestral de 0,6%, o quarto avanço trimestral consecutivo. Note-se que a última vez que esses componentes registraram avanços trimestrais consecutivos foi em 2013.

Sobre o desempenho da economia em 2018, é preciso fazer uma distinção relevante. Até abril, a economia dava sinais de recuperação. No entanto, verificava-se paulatina deterioração das condições financeiras, decorrentes, como apontado anteriormente, do aumento das incertezas no cenário econômico, seja no cenário externo (ritmo de elevação de juros nos EUA, acirramento das disputas comerciais entre os EUA e seus principais parceiros e cotações do petróleo), seja no doméstico (cenário eleitoral, ausência de avanço nas reformas fiscais e medidas legislativas com impacto fiscal negativo). A piora de cenário se refletiu em depreciação cambial, aumento do Credit Default Swaps (CDS), elevação de juros reais e queda dos indicadores de confiança domésticos, entre outros.



Conforme mencionado, os dados dos indicadores mensais de atividade no 2º trimestre de 2018 mostram uma quebra importante e contaminarão os resultados da atividade econômica para o ano fechado de 2018. Entre os setores de atividade, constatou-se, em maio, queda de 10,9% da produção industrial, de 4,9% do volume de vendas do comércio varejista ampliado e de 3,8% do volume de serviços prestados, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM), a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) e a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), todas do IBGE.

Os dados disponíveis para junho, por sua vez, confirmam a reversão dos resultados do mês anterior. Vale destacar que os efeitos relativamente menos severos no consumo e nos serviços com relação à indústria são fatores que apontam para o caminho da superação dos resultados atípicos. Em linha com esses resultados, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que busca antecipar os movimentos do PIB, teve, em maio, resultado negativo de 3,3% frente a abril (com ajuste sazonal), enquanto, em junho, registrou resultado positivo de 3,3%. Frente ao trimestre anterior, o resultado foi de -1,0%. O carry-over para o ano era de 0,8%.

O ano de 2017 marcou o início da recuperação do mercado de trabalho. Após a eliminação de 1,5 milhão de postos de trabalho em 2015 e de 1,3 milhão em 2016, verificou-se progressiva melhora. Entre janeiro e junho de 2018, foram criados 448,3 mil postos de trabalho, segundo o CAGED. Os dados da PNAD Contínua do IBGE, por sua vez, mostram que a taxa de desemprego registrou, em junho de 2018, 12,4%, em queda após atingir um pico de 13,7% em março de 2017. O resultado reflete o aumento de pessoas ocupadas no período em nível superior à elevação da força de trabalho. O rendimento real médio das famílias também vem registrando melhora, com o resultado dos seis primeiros meses de 2018 registrando avanço de 1,0% em relação ao mesmo período de 2017.

A condução da política monetária tem sido importante para o processo de recuperação da economia brasileira. Inicialmente, a política monetária logrou trazer o IPCA de uma máxima de 10,67% em 2015 para 6,29% em 2016, dentro do intervalo considerado para efeito de cumprimento da meta de inflação. Em 2017, o IPCA foi de 2,95%, o menor resultado anual do período do regime de metas de inflação. Em julho de 2018, o IPCA acumulava 4,5%.

Em linha com o acentuado processo de desinflação e com o realinhamento das expectativas de mercado para a inflação futura às metas definidas pelo CMN, foi promovido o ciclo de flexibilização monetária, que levou a taxa básica de juros de 14,25% ao ano (taxa que vigorou até outubro de 2016) para 6,5% em março de 2018 – seu menor nível histórico. Em julho de 2018, os juros reais ex-ante foram de 3,5% ao ano, segundo mediana das estimativas de Meta Selic e de IPCA 12 meses à frente do Boletim Focus do Banco Central do Brasil.

Essa trajetória mais favorável da taxa de juros afetou positivamente as condições de acesso ao crédito na economia, com redução da taxa ativa de juros das operações de crédito, do *spread* bancário e dos índices de inadimplência. Em linha com esse cenário, está em curso uma recuperação das concessões de crédito.

O setor externo tem exercido papel positivo para a dinâmica econômica. O saldo das transações correntes manteve o forte processo de ajuste iniciado em 2015, diminuindo expressivamente seu resultado deficitário e, como consequência, reduzindo o volume de poupança externa líquida absorvida pelo País.



Se por um lado esse processo foi auxiliado pela crise econômica e pela acentuada retração da absorção doméstica, por outro, oferece oportunidade de redução da vulnerabilidade externa e de sustentação da atividade pela via externa.

O saldo em transações correntes encerrou o ano de 2017 com déficit de US\$ 9,8 bilhões (0,5% do PIB), menos da metade do déficit registrado em 2016, de US\$ 23,5 bilhões (1,3% do PIB). Ao fim do 1º semestre de 2018, esse ajuste teve pequena variação, com déficit de US\$ 13,9 bilhões (0,7% do PIB) registrado em junho, no saldo acumulado em 12 meses. O recuo do déficit em transações correntes nos 18 meses entre janeiro de 2017 e junho de 2018 é explicado, principalmente, pelas variações no superávit da balança comercial (um efeito de alta de US\$ 11,6 bilhões no período, com elevação de exportações de 21,0% e de importações de 19,5%).

Analizando os dados da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) de quantum e preço dos fluxos comerciais, constata-se uma evolução favorável em ambos os componentes. A quantidade exportada cresceu 8,4% em junho de 2018, no acumulado em 12 meses, e o preço médio das exportações teve alta de 3,2%. A quantidade importada cresceu 7,6%, assim como o preço médio das importações subiu 5,1%. O maior dinamismo econômico global, o aumento dos preços de commodities e a desvalorização do real explicam, em boa medida, a elevação das exportações, enquanto o avanço da atividade doméstica é refletido na elevação de importações.

Do lado dos fluxos financeiros, vale destacar o saldo dos Investimentos Diretos no País (IDP), de US\$ 64,3 bilhões no acumulado em 12 meses até junho de 2018. Apesar da redução com relação ao final de 2016 (quando registrou US\$ 77,8 bilhões), este componente permanece como a principal fonte de financiamento do Balanço de Pagamentos e supera em mais de quatro vezes o déficit em transações correntes. A redução do IDP ocorre no componente de participação no capital (queda de 2,3% em relação ao resultado registrado ao final de 2016), mas é proporcionalmente maior em empréstimos intercompanhias (queda de 49,3%).

A entrada de investimentos em carteira registrou fluxo líquido de capitais de US\$ 4,7 bilhões em junho, no acumulado em 12 meses. A maior parte desse montante se refere a investimento em ações (US\$ 3,6 bilhões), o que indica a atratividade da bolsa brasileira no período. O resultado contrasta com o valor acumulado em 12 meses registrado ao final de 2016, negativo em US\$ 19,3 bilhões.

Vale destacar que o volume de reservas internacionais, pelo conceito liquidez, permanece estável em torno do patamar de US\$ 380 bilhões desde 2012. Em junho de 2018, as reservas acumulavam US\$ 382,4 bilhões. Este nível de reservas representa 19,4 meses de importações de bens e serviços e é um dos principais fatores determinantes do endividamento externo líquido negativo do País e de sua baixa vulnerabilidade externa.



EVOLUÇÃO DAS EXPECTATIVAS ECONÔMICAS

Por ocasião do envio ao Congresso Nacional do PLOA 2018 em agosto do ano passado, as projeções de parâmetros macroeconômicos, nos quais a peça orçamentária se baseia, previam crescimento do PIB de 2,0% tanto em 2018 quanto em 2019, bem como inflação (IPCA) de 4,2% nos dois anos. Esses e outros parâmetros fundamentavam metas de resultado primário para o Governo Central de déficit de R\$ 129 bilhões em 2018 e de déficit de R\$ 65 bilhões em 2019.

Este ano, quando do envio do PLDO 2019, as projeções foram revistas. Para 2018 e 2019, o crescimento foi elevado para 3,0%. Este cenário implicava ampla recuperação da atividade econômica, do emprego e da renda, com repercussões positivas para a arrecadação federal e para o avanço do ajuste fiscal. O cenário pressupunha a inflação sob controle, no âmbito do regime de metas, com o IPCA em 2018 fechando em 3,6% e se direcionando para a meta de 4,25% em 2019. O cenário de câmbio previa pouca oscilação, amparado por um cenário internacional estável, e fixava a taxa de câmbio de 2018 em R\$/US\$ 3,4 e de 2019 em R\$/US\$ 3,5. Nesse ambiente, a política monetária encontraria espaço para manutenção da Selic em níveis historicamente baixos em 2018 (6,5%), com elevação para 8,0% em 2019, respondendo ao avanço da atividade econômica.

Ainda que o Governo tenha empreendido esforços no sentido de propor medidas para ampliar sua receita primária recorrente e não-recorrente, além de rever as despesas primárias, tornou-se necessária a revisão das previsões de receita e despesa primárias, bem como a reavaliação das metas fiscais previstas. Para 2019, a meta de resultado primário para o Governo Central foi fixada em um déficit de R\$ 139 bilhões.

Ressalta-se que, ainda que as projeções macroeconômicas do orçamento tenham sido revistas, impactando os grandes números orçamentários e as metas de resultado primário para 2018 e 2019, os principais indicadores macroeconômicos vêm recebendo revisões de acordo com os desenvolvimentos da conjuntura econômica. Cabe lembrar que, conforme ressaltado anteriormente, a trajetória de recuperação será distinta daquela vislumbrada quando da elaboração dos parâmetros macroeconômicos (em março de 2018).

Tabela 01 – Evolução das Expectativas de Mercado

	IPCA		PIB		Selic*	
	04/08/2017	04/08/2018	04/08/2017	04/08/2018	04/08/2017	04/08/2018
2018	4,20	4,15	2,00	1,50	7,50	6,50
2019	4,25	4,10	2,50	2,50	8,00	8,00
2020	4,00	4,00	2,50	2,50	8,00	8,00
2021	4,00	4,00	2,50	2,50	8,00	8,00

Fonte: BCB, Boletim Focus.

* Fim de período

Elaboração: Seplan/MP



Conforme exposto anteriormente, o principal determinante da revisão para baixo na estimativa de crescimento em 2018 foi a deterioração das condições financeiras em virtude do aumento das incertezas no cenário econômico internacional e doméstico.

Segundo as pesquisas de sondagem da FGV, nas séries com ajuste sazonal, há um recuo nos índices de confiança. A confiança da indústria mostrou recuperação até abril de 2018, 39,0% mais alta do que seu vale em agosto de 2015, mas passou a recuar até o resultado atual de julho.

Trajetória semelhante é apresentada pelo *spread* de risco-País expresso nos *Credit Default Swaps* (CDS) de 5 anos, que recuou para 148 pontos até janeiro de 2018, patamar comparável ao do período no qual o País era classificado como *Investment Grade*, mas que atingiu patamar 68,5% maior, de 249 pontos na média de julho. Já a cotação do real frente ao dólar norte-americano, que mostrou pouca oscilação entre janeiro de 2017 e março de 2018, em torno de R\$/US\$ 3,20, atingiu, na média de julho, R\$/US\$ 3,83.

REFORMAS ESTRUTURANTES DA ECONOMIA

Um conjunto de medidas foi adotado desde 2016, algumas de caráter mais estruturante, como a do Novo Regime Fiscal e a Reforma Trabalhista, outras voltadas para a maior eficiência do Estado e outras de caráter mais microeconômico que visam a aperfeiçoar os marcos legal e institucional da economia brasileira. São medidas que melhoram o ambiente de negócios, atraindo o investimento produtivo de maneira geral e o investimento em infraestrutura em especial. O aperfeiçoamento dos marcos regulatórios de setores como petróleo e gás, telecomunicações, energia elétrica e mineração, a criação de instrumentos de mitigação de riscos de projetos de infraestrutura, bem como a retomada do Programa de Concessões e dos leilões dos blocos de petróleo estão entre essas medidas.

A medida mais destacada é o Novo Regime Fiscal, com efeitos diretos sobre a economia e as contas públicas, por mudar o paradigma da política fiscal e ancorar as expectativas quanto ao compromisso do Governo com o ajuste fiscal. A Emenda Constitucional (EC) nº 95, promulgada em dezembro de 2016, estabeleceu um teto para a despesa primária dos três poderes da União, válido por 20 anos, podendo ser revisto a partir do 10º ano. O teto para 2017, primeiro ano de vigência da EC nº 95, foi definido com base na despesa primária paga em 2016, incluídos os restos a pagar, com correção de 7,2%, conforme disciplinado na própria EC. A partir de 2018, os gastos federais só podem aumentar de acordo com a inflação medida pelo IPCA acumulado em 12 meses registrado em junho do ano anterior, a que se refere a Lei Orçamentária. Em relação ao presente PLOA, o IPCA apurado e utilizado é de 4,39%. O órgão que desrespeitar seu teto ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas obrigatórias. Com isso, garante-se que a despesa primária não tenha crescimento real nas próximas décadas, ante um crescimento real médio de quase 6% ao ano nos últimos 20 anos.



Em 2016, logrou-se também promulgar a EC nº 93, em 8 de setembro, que prorrogou a chamada Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2023, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2016. Com isso, o Governo pode gerir com maior flexibilidade 30% das receitas relativas a contribuições sociais, CIDE e taxas que, por determinação constitucional ou legal, seriam originalmente destinadas a órgãos, fundos e despesas específicas.

Outras medidas estruturantes não-fiscais foram aprovadas, caso da Reforma Trabalhista e da Lei da Terceirização. A Lei nº 13.467, de 2017, representou grande avanço no sentido de modernizar a legislação e as relações trabalhistas. Dentre os principais pontos estão: fortalecimento dos acordos coletivos sobre a lei em temas como jornada, plano de cargos e remuneração por produtividade; possibilidade de parcelamento de férias, contribuição sindical não-obrigatória, jornada de trabalho, horas extras e banco de horas sujeitos à negociação. Com a reforma trabalhista introduziu-se maior flexibilidade ao mercado de trabalho, com fortalecimento dos acordos coletivos, racionalização de custos e abertura de novos postos de trabalho.

Adicionalmente, foi aprovada a Lei nº 13.429, de 2017, que regulamentou a prestação de serviços realizada por terceiros, com os objetivos de preencher o vácuo legal e dar mais segurança jurídica às empresas na contratação de serviços terceirizados, haja vista que essa modalidade de contratação se tornou vital para dar mais agilidade, competitividade e eficiência em diferentes campos de atividade econômica. Asseguraram-se, assim, condições mais dignas aos trabalhadores. A Lei também acabou com a dicotomia atividade-fim/atividade-meio, uma vez que permitiu à empresa prestadora de serviços a terceiros prestar serviços determinados e específicos à contratante. Ressalta-se que essa medida alcança, no mínimo, 12,7 milhões de trabalhadores terceirizados, conforme o DIEESE.

A criação da TLP em substituição à TJLP como referência das operações de crédito do BNDES foi outra medida estruturante para a economia brasileira, uma vez que reduz distorções do sistema de crédito direcionado. A Lei nº 13.483, de 2017, instituiu, para as operações originadas a partir de 2018, nova remuneração básica para o crédito de longo prazo concedido, tradicionalmente, pelo BNDES. A nova taxa é composta pela variação do IPCA acrescida de uma taxa de juros prefixada. A medida possui como mérito a aproximação da taxa de longo prazo das principais linhas de financiamento público para parâmetros de mercado. Isso permite maior previsibilidade das operações financeiras de longo prazo, afetando positivamente o planejamento do investimento, proporcionando alocação mais eficiente de recursos, promovendo concessões de crédito de longo prazo, aumentando a eficácia da política monetária e reduzindo o gasto público com a equalização de taxas de juros.

No mesmo sentido, definiu-se nova metodologia de cálculo da TJLP, vigente desde abril de 2018. O cálculo da taxa tornou-se mais objetivo, com o prêmio de risco da TJLP sendo derivado da estrutura a termo das Notas do Tesouro Nacional, Série B. A TJLP, ainda incidente sobre grande parte do estoque de operações de crédito contratadas pelo BNDES até o fim de 2017, carecia de maior balizamento metodológico que lhe concedesse maior previsibilidade e mantivesse em foco a perspectiva do custo dos recursos públicos que a taxa deveria representar.



Uma reforma estruturante para a sustentabilidade das contas públicas e sucesso do ajuste fiscal é a Reforma da Previdência. É preciso encontrar uma solução que promova o equilíbrio estrutural do Sistema Previdenciário frente à mudança na dinâmica demográfica do Brasil e ao expressivo crescimento da despesa previdenciária. A proposta apresentada originalmente pelo Governo propunha elevar a idade mínima para requerer aposentadoria, acabar com a possibilidade de aposentadoria exclusivamente por tempo de serviço no INSS, elevar o tempo mínimo de contribuição, mudanças na aposentadoria rural, o fim da paridade entre ativos e inativos, dentre outras alterações. Associada ao novo regime fiscal, a reforma da previdência, contribuirá para a estabilização da despesa pública e redução da dívida no médio prazo.

MEDIDAS DE APERFEIÇOAMENTO DO MARCO REGULATÓRIO E DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS

A agenda de aperfeiçoamento dos marcos regulatórios e melhoria do ambiente de negócios registrou também importantes avanços.

Em 2016, procedeu-se à revisão da Lei do pré-sal com o objetivo de flexibilizar a participação da Petrobras nos investimentos de exploração frente ao que dispõe a Lei nº 12.351, de 22 de Dezembro de 2010. Essa lei estabelecia que em todos os blocos a Petrobras seria operadora única com ao menos 30% de participação no consórcio do bloco. Essas exigências mostraram-se muito onerosas para a Petrobras, e, na conjuntura de alto endividamento da empresa, esse regramento poderia atrasar a monetização das reservas do pré-sal. Nesse sentido, a Lei nº 13.365, de 29 de novembro de 2016, retirou a exclusividade de operação da Petrobras e concedeu a possibilidade de a empresa exercer ou não esse direito de ser operador e possuir 30% do consórcio. Houve a revisão da Política de Conteúdo Local no setor de petróleo e gás natural, por meio da Resolução Pedefor nº 01/2017, publicada em abril de 2017. Verificou-se, no Brasil, que a política de conteúdo local era ineficiente, pois onerava excessivamente o operador e não estava produzindo os resultados esperados no que diz respeito a cadeia de fornecedores. As novas regras substituíram o complexo sistema de apuração de conteúdo local. Substitui-se sistema com 90 itens e subitens por novo paradigma com quatro segmentos de aferição para os campos em mar e dois para campos em terra, dentro do Pedefor.

Outra medida importante no setor de óleo e gás foi a regulamentação da unitização em áreas do pré-sal aprovada na 33ª Reunião do CNPE. Em alguns casos, a dimensão geológica das reservas petrolíferas excede a localização geográfica (poligonal) dos blocos licitados. Nesse caso, é necessário que a área adjacente ao bloco seja licitada de modo a realizar a unificação da reserva e permitir a sua exploração. A citada regulamentação estabeleceu as regras e os procedimentos a serem seguidos caso haja necessidade de unificação. Por fim, vale salientar a renovação do REPETRO até 2040 (Decreto nº 9.128, de 17 de Agosto de 2017), medida aguardada pelas empresas do setor, que, juntamente com a revisão da política de conteúdo local e a regulamentação da unitização, deverá contribuir para a atração de investimentos nos próximos leilões.



A Lei nº 13.360, 17 de Novembro de 2016, possibilitou, entre outras medidas, transferir a gestão da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) da Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobrás) para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Isso retirou da companhia uma responsabilidade que não é própria de agente que compete na indústria, permitindo-lhe focar na competitividade de sua atuação. Adicionalmente, propicia-se melhor gestão e transparência dos recursos da conta, uma vez que a missão institucional da CCEE é mais aderente aos propósitos de aplicação desses recursos. A referida lei também modificou as regras de rateio das cotas da CDE de modo a minimizar os subsídios cruzados entre os agentes de mercado, e estabeleceu obrigatoriedade do poder concedente apresentar até 31 de dezembro de 2017 plano de redução estrutural das despesas da CDE. Destaque-se ainda que a lei facilitou a alienação da participação acionária da Eletrobrás em distribuidoras de energia elétrica, o que tende a contribuir para a sustentabilidade financeira da estatal.

No âmbito dos mercados regulados, cabe citar alterações na legislação voltada para a indústria de mineração. A Lei nº 13.540, de 18 de Dezembro de 2017, altera as Leis nº 7.990, de 28 de Dezembro de 1989, e nº 8.001, de 13 de Março de 1990, para dispor sobre a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), o royalty cobrado das empresas que atuam no setor. A medida estabelece base de cálculo de mais fácil fiscalização pelo poder público. A Lei nº 13.575, de 26 de Dezembro de 2017, criou a Agência Nacional de Mineração (ANM) e extinguiu o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Essa lei transformou o DNPM em órgão regulador estatal de modo similar à instituição regulatória de outros mercados com maior intervenção do poder público, com vista a modernizar e aperfeiçoar as funções de controle e fiscalização e garantir ambientes regulatórios estáveis, contribuindo para o aumento do investimento, competitividade e promoção da sustentabilidade no setor mineral.

A revisão do marco regulatório de saneamento básico, proposta por meio da Medida Provisória nº 844, de 06 de Julho de 2018, visa criar condições para ampliar o investimento privado ao dar maior segurança jurídica e uniformidade regulatória ao setor e ao incentivar a prestação regionalizada, de forma a permitir ao País enfrentar os déficits de cobertura, ainda elevados. Busca, também, a redução de perdas de água e a criação do Comitê Interministerial de Saneamento Básico para coordenação das ações do governo federal, com racionalização na aplicação dos recursos.

Outra medida de melhoria do ambiente de negócios é a Lei nº 13.476, de 28 de agosto de 2017 relativa à duplicata mercantil eletrônica. O registro de ônus em duplicatas ocorre por meio de registro no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do devedor. Atualmente, em função da ausência de acesso remoto aos dados e mudanças de endereço do devedor, há dificuldade para realizar a averiguação de gravames por parte de credores do título de crédito. Assim, com o crescimento da inadimplência, os bancos têm reduzidos suas linhas junto a tais entidades, com forte prejuízo para o seu capital de giro. Nesse sentido, a proposta visa registrar as duplicatas de forma eletrônica, aumentando o controle sobre a utilização da duplicata como instrumento de garantia. A lei autorizou a diferenciação de preços conforme instrumento de pagamento, universalização das formas de pagamento, redução de taxas e prazos. A medida permite a diferenciação de preço entre os diferentes tipos e meios de pagamento como dinheiro, boleto, cartão de débito e crédito. Essa medida ofereceu vantagens para o consumidor ao possibilitar descontos e regulariza uma prática comum no comércio, tornando mais eficiente a relação de consumo. Também forneceu estímulo à competição entre os diferentes meios de pagamento, beneficiando lojistas e consumidores.



Outra importante alteração sobre a utilização do cartão de crédito é a que determina que as máquinas de cobrança nos estabelecimentos comerciais sejam compatíveis com todas as bandeiras de cartões de crédito, impedindo a exclusividade de emissores e credenciadores. Isso aumenta a competição no mercado de cartões e beneficia o consumidor, além de reduzir o custo dos lojistas no aluguel das máquinas para diferentes bandeiras e nas taxas de desconto cobradas pelos credenciadores.

No âmbito do setor imobiliário, a Lei nº 13.465, de 2017, visou aperfeiçoar o instituto da alienação fiduciária e garantir que cumpra seus propósitos. Foi estabelecida nova sistemática para a avaliação do imóvel que irá a leilão, que visa aproximar o valor parâmetro do leilão ao valor de mercado do bem. Além disso, a nova lei facilitou o processo de notificação do devedor bem como ampliou o prazo para o devedor quitar a dívida e conferiu ao mesmo o direito de preferência para adquirir o imóvel no leilão. Ademais, a referida lei contribuiu para aumentar a segurança jurídica do terceiro adquirente do imóvel no leilão tendo em vista que controvérsias entre devedor e credor são resolvidas em perdas e danos e não obstam a reintegração de posse.

Houve também a atualização dos limites de enquadramento do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Os limites de enquadramento do SFH eram de até R\$ 750 mil nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Nos demais estados, o valor de avaliação do imóvel era de até R\$ 650 mil. A Resolução do CMN nº 4.526, de 2016, elevou esses limites para R\$ 1,5 milhão, possibilitando que um número maior de pessoas possa financiar seu imóvel com recursos do sistema, incentivando o desenvolvimento do setor e a contratação de empregos.



MEDIDAS PARA PROMOÇÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA

A política macroeconômica também objetiva retomar o crescimento econômico de forma gradual e sustentável. Torna-se necessário, portanto, aumentar a taxa de investimento, a intensidade de capital por trabalhador e a produtividade. Para isso, o Governo ampliou e aprimorou o programa de concessões e, assim, gerou um impulso adicional para o crescimento.

Nesse ambiente de vigência do instituto da concessão, busca-se a realização de investimentos privados em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos, dentre outros projetos considerados prioritários para o Governo Federal. Também é analisada a escolha de ativos da União para a venda ao setor privado, de modo a diminuir o gasto público com custeio e garantir uma gestão mais eficiente dos bens, por exemplo, a concessão de rodovias (BR-364/365/GO/MG e BR-101/116/290/386/RS), ferrovias (EF-151 SP/MG/GO/TO – Norte-Sul, EF-170 MT/PA – Ferrogrão e EF-334/BA – FIOL), aeroportos (13 concessões em 3 Blocos – Nordeste, Centro-oestes e Sudeste), novos arrendamentos em portos (Terminais de Combustíveis de Santarém em Santos e Terminal de Containeres Trigo do Rio de Janeiro), aeroportos (Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza), geração e distribuição de energia (Amazonas Distribuidora de Energia S.A, Boa Vista Energia S.A, Companhia de Eletricidade do Acre, Companhia Energética de Alagoas, Companhia de Energia do Piauí, Centrais Elétricas de Rondônia S.A, Usinas hidrelétricas – 3 UHE e 2 PCH – 2.546 MW), saneamento (CEDAE, CAERD e COSANPA), petróleo e gás (Décima quarta rodada de licitações de blocos exploratórios sob o regime de concessão) e mineração (ativos da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – CPRM).

Foram leiloados, com sucesso e obtenção de ágio, 4 aeroportos: Fortaleza, Salvador, Porto Alegre e Florianópolis. Prevê-se a concessão das BR 101-RS e 364/365 em leilões previstos para novembro e dezembro de 2018, respectivamente. No setor de petróleo e gás, serão realizadas a 4ª rodada de Acumulações Marginais e a 14ª rodada de Exploração e Produção. Houve também leilões para 3 arrendamentos portuários, 8 renovações antecipadas de contratos e 2 cessões onerosas. Mais recentemente foram realizados leilões para operação de terminais de combustíveis em Miramar e Belém com previsão de investimentos de mais de R\$ 115 milhões. Registre-se ainda o leilão de linhas de transmissão de energia elétrica realizado em abril de 2017, quando se arremataram 31 lotes representativos de 7.068 km de linhas de transmissão. A previsão é que o leilão possibilite cerca de R\$ 12,7 bilhões em investimentos nesse tipo de infraestrutura.



No fim de 2016, o Governo anunciou lista com 1,6 mil obras de infraestrutura que receberiam recursos federais para a retomada da execução. Os empreendimentos, com valor de até R\$ 10 milhões, estavam paralisados desde o 1º semestre daquele ano e foram selecionados em função da relevância para a população e da melhoria que iriam proporcionar nas condições de vida dos brasileiros. As obras estão compreendidas em diversas categorias e contemplam 1.071 municípios localizados nos 26 estados, além do Distrito Federal. A medida buscou também a melhoria da qualidade do gasto público e da responsabilidade fiscal, uma vez que os empreendimentos parados geram ônus à população e custos ao poder público. De acordo com o último balanço, das 1,6 mil obras, 58% foram retomadas até dezembro de 2017. Ao todo, 922 empreendimentos foram retomados, dos quais 255 já concluídos, nas áreas de educação, saneamento, cultura, turismo, transportes e saúde. Foram retomadas 82,9% das obras de quadras esportivas escolares contratadas pelos municípios. Alto índice também de Centros de Iniciação ao Esporte que seguem em construção: 80,8%. Em relação ao setor de saneamento básico, 54,7% dos empreendimentos paralisados foram retomados. Já na área de educação, o percentual é de 53,9% em relação às creches e pré-escolas. Os Centros de Artes e Esportes Unificados representam 51,7% dos trabalhos que estão ativos, no campo cultural.

O Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, estabeleceu medidas que facilitam a emissão de debêntures incentivadas. O Decreto permite que todos os projetos de investimento na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação que sejam objeto de processo de concessão, permissão, arrendamento, autorização ou parceria público-privada e que integrem o rol selecionado sejam considerados prioritários, ou seja, não precisem de aprovação do ministério setorial para emissão de debênture incentivada, que tem isenção de IR para pessoa física e redução do tributo para pessoa jurídica. Além disso, também autorizou que os custos despendidos com a outorga dos empreendimentos de infraestrutura passem a fazer parte do plano de investimento do projeto prioritário, e, portanto, sejam passíveis de utilização para emissão de debêntures.

Em 2017, também foi publicada a Lei nº 13.448, de 5 de Junho de 2017, que trata da renegociação contratual das concessões em infraestrutura e a devolução de concessões existentes em rodovias, ferrovias e aeroportos do país. A Lei buscou dar segurança jurídica aos novos investimentos em concessões existentes, uma vez que o poder concedente tem sido questionado quanto à legitimidade de alteração contratual das concessões públicas. Dessa forma a norma possibilita a prorrogação do contrato apenas uma vez por período igual ou inferior ao prazo original, devendo a agência reguladora justificar as vantagens da renegociação frente à nova licitação. Além disso, permite a prorrogação antecipada de concessões de rodovias e ferrovias mediante realização de investimentos não previstos originalmente e desde que o concessionário esteja cumprindo obrigações do contrato. Ela também possibilita a devolução do empreendimento, de forma coordenada e negociada, quando considerado não mais viável, permitindo nova licitação

Em 2017, foi publicada a Lei nº 13.499, de 26 de Outubro de 2017, que permitiu alterações no cronograma de pagamentos de outorgas, em contratos com concessionários do setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016. Seu objetivo foi viabilizar a resolução de problemas relativos a situação relativa a concessões aeroportuárias que possuíam risco de descontinuidade da prestação de serviços, a partir da reorganização do fluxo de caixa, garantindo a realização dos investimentos previstos e a prestação dos serviços para os usuários com qualidade.



O apoio federal às concessões busca viabilizar a realização dos investimentos em infraestrutura nos Municípios, principalmente nos setores de saneamento, resíduos sólidos, iluminação pública e mobilidade urbana.

Para implementar a política, foi formulado um novo aparato legal, com a publicação da Lei nº 13.529, de 04 de Dezembro de 2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.217, de 04 de Dezembro de 2017.

Por tais normativos, fica a União autorizada a participar do Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e Parcerias Público-Privadas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – FEP, no limite de até R\$ 180 milhões.

O FEP, administrado pela Caixa Econômica Federal – Caixa, é utilizado para apoiar técnica e financeiramente os municípios na elaboração dos estudos e no acompanhamento do processo de realização de concessões, contribuindo para estimular e intensificar a realização de parcerias público-privadas no setor de infraestrutura.

POLÍTICAS MONETÁRIA, CREDITÍCIA E CAMBIAL

Os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, conduzidas pelo Banco Central do Brasil (BCB), são, respectivamente, o alcance da meta de inflação fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN); a manutenção das condições prudenciais e regulamentares para que a expansão do mercado de crédito ocorra em ambiente que preserve a estabilidade do sistema financeiro nacional; e a preservação do regime de taxa de câmbio flutuante. O alcance desses objetivos deve observar a evolução da economia brasileira, em linha com as medidas conjunturais implementadas.

Expectativas de inflação doméstica não compatíveis com as metas inflacionárias preestabelecidas influenciaram, preponderantemente, a estratégia adotada para a política monetária brasileira ao longo de 2016. Aliada às expectativas desfavoráveis, a depreciação cambial ocorrida entre 2015 e início de 2016 também contribuiu para o cenário de incertezas. Em resposta a essas expectativas, o BCB adotou medidas com o intuito de restabelecer a convergência dos índices de preços às metas de inflação.

Nesse contexto, o Copom, nas reuniões de 2016, de janeiro até setembro, considerando que o processo de realinhamento dos preços relativos seguia intensificando-se, tornando o balanço de riscos para a inflação menos favorável, decidiu manter a taxa Selic em 14,25% a.a. Constatou-se nível elevado da inflação em 12 meses e expectativas de inflação distantes dos objetivos do regime de metas, o que não oferecia condições para flexibilização da política monetária ao longo daquele período.

A partir de outubro de 2016, diante da política monetária restritiva até então adotada, a inflação mostrou-se mais favorável, em parte em decorrência da reversão da alta de preços de alimentos, mas também com sinais de desinflação mais difundida. Esses resultados contribuíram para o recuo das expectativas, sendo que no horizonte relevante para a condução da política monetária, as projeções convergiam para a meta de 4,5% a.a.



Dessa forma, a partir da reunião de outubro de 2016, o Copom decidiu iniciar ciclo de flexibilização da taxa básica de juros, reduzindo-a naquele momento para 14,00% a.a., ponderando que a atividade econômica estaria um pouco abaixo do esperado no curto prazo e que a inflação recente teria se mostrado mais favorável que o esperado, em grande parte devido à reversão da alta de preços de alimentos. A continuidade desse cenário permitiu, na reunião de novembro de 2016, reduzir a taxa básica para 13,75% a.a.

Nas reuniões seguintes do Copom, realizadas até março de 2018, a continuidade do cenário benigno da inflação convergente para o centro da meta e a ausência de pressões inflacionárias decorrentes do nível de atividade econômica permitiram a continuidade do ritmo de redução da taxa básica de juros até 6,5%, menor nível histórico. Daí em diante, até o momento atual (julho de 2018), a taxa de juros foi mantida neste patamar, entendido como compatível com a convergência da inflação para o horizonte relevante para a condução da política monetária. Na comunicação do Copom, reitera-se que a conjuntura econômica prescreve política monetária estimulativa, e que a continuidade do processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos, para a queda da taxa de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia.

Para 2018, a meta de inflação é de 4,5%, com intervalo de tolerância de mais ou menos 1,5 p.p. Para 2019, a meta de inflação é de 4,25%, com o mesmo intervalo de tolerância absoluto de 1,5 p.p.

Para 2020 e 2021 as metas de inflação foram fixadas em 4,0% e 3,75%, respectivamente, e mantido o intervalo de tolerância de mais ou menos 1,5 p.p. Por meio do Decreto nº 9.083, de 28 de junho de 2017, houve alteração no Decreto nº 3.088/1999 (que estabeleceu a sistemática de metas para a inflação como diretriz para fixação do regime de política monetária), ampliando de um ano e meio à frente para dois anos e meio à frente o horizonte de fixação das metas. Segundo o BCB, esse aperfeiçoamento no regime de metas para a inflação irá permitir maior separação entre a definição da meta e a condução da política monetária, ampliando-se a capacidade de a política monetária balizar as expectativas de inflação para prazos mais longos, reduzindo incertezas e melhorando a capacidade de planejamento das famílias, empresas e governo.

Nos últimos anos, as operações de crédito refletiram o processo de pouco dinamismo econômico observado em período recente, trajetória marcada pela retração da atividade econômica, com impacto relevante sobre as contratações de operações com recursos livres. O segmento de crédito direcionado também registrou desaceleração na demanda de recursos do BNDES para investimentos, e nas operações de crédito imobiliário, caracterizadas também pelas condições mais restritivas na oferta de recursos.

É importante ter presente que, no caso do mercado de crédito, os efeitos da crise econômica sobre as empresas e sobre as famílias foram distintos. As pessoas jurídicas foram significativamente mais afetadas que as pessoas físicas, que também observaram piora em suas condições creditícias, mas não na mesma intensidade. Ocorre que as empresas se encontravam com um nível de endividamento muito elevado quando a crise impactou a atividade e receita operacional, levando a dificuldades no cumprimento dos compromissos financeiros assumidos e, em decorrência, a maior retração na demanda por crédito.



O saldo total do crédito do sistema financeiro somou R\$ 3.091,5 bilhões ao final de 2017, recuando 0,5% no ano. O recuo de 2017 foi mais que revertido no primeiro semestre de 2018, com os dados até junho avançando 1,2%, em função do saldo da carteira de crédito a pessoas físicas, que avançou 2,7%, ao passo que o saldo do crédito a pessoas jurídicas ainda recuou 0,4%. A relação crédito/PIB, após atingir o pico em dezembro de 2015, com 53,7%, registrou trajetória de queda relativamente constante até junho de 2018, com 46,8%.

O saldo das operações de crédito dos bancos públicos, que chegou a 56,7% da carteira total de crédito em julho de 2016, recuou para 53,0% em maio de 2018, patamar comparável a meados de 2014. Os empréstimos efetuados pelas instituições privadas nacionais e instituições estrangeiras apresentaram participações respectivas de 32,8% e 14,2% no total das operações de crédito do sistema financeiro.

A trajetória das taxas ativas de juros repercutiu a evolução da taxa básica, observando-se, adicionalmente, queda dos *spreads*, dos níveis de inadimplência e dos prazos médios das contratações. A taxa média de juros das operações totais de crédito do sistema financeiro atingiu, em maio de 2018, 24,7%, percentual 8,7 p.p. abaixo do pico de outubro de 2016, ao passo que, no mesmo período, os *spreads* registraram 17,7% (recuo de 6,2 p.p.) e a inadimplência, 3,1% (queda de 0,8 p.p.).

O comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida alcançou 20,3% em maio de 2018, 1,4 p.p. abaixo do valor de dezembro de 2016.

Quanto à política cambial, continuou-se com o regime de taxas flutuantes, com ajuste do nível cambial de acordo com o volume de divisas transacionado no mercado. A taxa média de câmbio em 2017 foi de R\$/US\$ 3,19, apreciação de 8,6% em relação à taxa média do ano anterior. No fechamento de dezembro de 2017, a taxa de câmbio era de R\$/US\$ 3,31, com pequena depreciação ante o fechamento de 2016 (R\$/US\$ 3,25).

Em 2018, até julho, a média da taxa de câmbio ficou em R\$/US\$ 3,48, sendo que a taxa de fechamento do mês de julho foi de R\$/US\$ 3,79, refletindo o aumento da incerteza com relação aos rumos da economia brasileira.

O mercado de câmbio contratado, que havia sido deficitário em US\$ 4,25 bilhões em 2016, registrou pequeno superávit em 2017 de US\$ 0,65 bilhões, devido ao fluxo comercial de US\$ 52,9 bilhões ter compensado o fluxo financeiro líquido de remessas ao exterior de US\$ 52,3 bilhões.

No acumulado do ano até julho de 2018 (dia 13), o saldo de câmbio contratado ampliou o superávit em US\$ 26,3 bilhões, frente a US\$ 4,7 bilhões no mesmo período de 2017.

Em 2017, a atuação do BCB no mercado de câmbio resultou em vendas líquidas de US\$ 0,8 bilhão (ante compras líquidas de US\$ 5,1 bilhões em 2016), no que se refere às linhas com o compromisso de recompra. De janeiro a julho de 2018, o BCB comprou liquidamente US\$ 2,2 bilhões dessas operações das linhas de recompra. Com esses movimentos, as reservas internacionais do Brasil totalizaram US\$ 382 bilhões em julho de 2018, sem alteração com relação ao valor observado ao final de 2017.

A posição líquida em *swap* cambial, operação em que o BCB assume posição passiva em variação cambial, e ativa em taxa de juros doméstica, que era de US\$ 26,6 bilhões em dezembro de 2016, fechou 2017 com pouca alteração, com US\$ 23,8 bilhões. No entanto, alcançou US\$ 67,4 bilhões em junho de 2018, resultado da crescente busca por proteção dos agentes econômicos frente à incerteza com o comportamento futuro da taxa de câmbio.



PROJEÇÕES MACROECONÔMICAS PARA 2018 E 2019

A atual política econômica, marcada pelo compromisso de retomada do crescimento econômico de maneira sustentável, pelo ajuste fiscal e pela realização de importantes reformas de natureza estruturante, por medidas de modernização do Estado e pelos aperfeiçoamentos regulatórios, obteve resultados positivos. No entanto, o aumento das incertezas, seja no cenário internacional, seja no mercado doméstico, tem provocado retração na confiança sobre os rumos da economia brasileira, com consequente revisão baixista nas expectativas para os próximos anos.

A manutenção de resultados primários aquém da necessidade de estabilização da dívida pública revela o tamanho do desafio que está posto à gestão da política fiscal. A natureza estrutural do desequilíbrio fiscal passou a exigir reformas relacionadas à dinâmica de crescimento das despesas obrigatórias e ao aperfeiçoamento no arcabouço institucional fiscal capaz de recolocar a dívida pública em trajetória sustentável.

O retorno a um patamar sustentável das contas públicas envolve uma série de medidas para serem implementadas. Dentre as reformas estruturais para controle das despesas obrigatórias, a mais urgente é a reforma da previdência, devido à dinâmica que está posta pela demografia brasileira. Trata-se de uma reforma essencial para garantir a sustentabilidade da Previdência Social e buscar equidade dos direitos previdenciários para toda população. Nesse sentido, a postergação de sua discussão impacta significativamente a velocidade do processo de consolidação fiscal e compromete o espaço para a realização de investimentos e programas sociais.

A proposta orçamentária para o exercício de 2019 adota os seguintes parâmetros:

Tabela 02 – Projeção das Variáveis Macroeconômicas

Discriminação	Observado	Projeção1/		
	2017	2018	2019	2020
PIB: Variação % anual	1,0	1,6	2,5	2,4
IPCA: Variação % acumulada no ano	2,9	4,2	4,2	4,0
Taxa de Câmbio R\$/US\$: média anual	3,2	3,6	3,6	3,7
Taxa SELIC (% ao ano): média anual	9,9	6,5	7,2	8,0

1/ Projeções Grade de Parâmetros Macroeconômicos de 06/07/2018.

Fonte: SPE/MF.

Elaboração: Seplan/MP.

Quando as reformas e medidas necessárias forem adotadas e consolidadas, consumo e investimento como componentes da demanda interna passarão a liderar a dinâmica de crescimento, com as exportações e o mercado externo continuando a exercer papel positivo apoiando a retomada. Com isso, as taxas de crescimento do PIB deverão acelerar, alcançando níveis mais próximos do crescimento potencial da economia, estimado ao redor de 2,5%.



A taxa de inflação, após ter percorrido trajetória que a colocou, no decorrer de 2017 e em parte de 2018, abaixo do limite inferior da meta de inflação, deverá convergir para patamares próximos à meta, reflexo da estabilização econômica.

A taxa nominal de câmbio deverá encontrar acomodação em patamar mais próximo de seu nível de equilíbrio de longo prazo. Contribuirá para tanto a estabilização do saldo comercial e do saldo em transações correntes com recuperação da demanda doméstica e das importações.

Por fim, a taxa básica Selic deverá deixar seu patamar de estímulo à atividade e avançar no ciclo em direção a um nível de equilíbrio da taxa de juros real de longo prazo, razão pela qual a projeção engloba aumento dos juros nominais nos próximos anos.

GESTÃO DA POLÍTICA FISCAL E CENÁRIO PARA 2018 E 2019

O conjunto de medidas adotadas pelo Governo é essencial para reverter o quadro de desequilíbrio fiscal que se desenvolveu nos últimos anos, com vistas a iniciar o processo de consolidação fiscal, do qual se destacam tanto medidas de impacto imediato nas contas públicas quanto iniciativas estruturantes de longo prazo já mencionadas. O desequilíbrio fiscal afeta a sustentabilidade de médio e longo prazo da dívida pública brasileira e impede que a economia se insira em trajetória de crescimento, com geração de emprego e renda.

No caso de 2018, o orçamento aprovado previa um crescimento de 2,5% do PIB, tendo sido revisado para 1,6% no Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º Bimestre de 2018. Nas revisões ocorridas, as sobras de recursos foram de R\$ 1,6 bilhão, R\$ 6,2 bilhões e R\$ 1,8 bilhão nos Relatórios de Avaliação do 1º, 2º e 3º Bimestre.

Ademais, a evolução da despesa primária do Governo Central em 2017 registrou queda de 1,0%, em termos reais no exercício, com trajetória de queda de 0,2% em junho de 2018, no acumulado em 12 meses. Do total da despesa, a de natureza não-previdenciária foi reduzida ainda mais intensamente, cerca de -5,9% em 2017 e -3,3% em 2018 no acumulado em 12 meses até junho, o que demonstra o efetivo compromisso do Governo com o ajuste fiscal. Todavia, a despesa previdenciária, de natureza obrigatória, cresceu, em termos reais, 6,1% em 2017 e registra alta de 4,2% em 2018 no acumulado em 12 meses até junho. Este resultado oferece o claro retrato da importância e da urgência da Reforma da Previdência para a sustentabilidade das contas públicas.

Do ponto de vista das receitas, a mudança no cenário base para 2018 resultou na estimativa de um aumento de aproximadamente R\$ 3,8 bilhões nas receitas administrada e previdenciária, as quais, somando-se à estimativa de acréscimo de R\$ 21,9 bilhões na receita não administrada, deverão resultar em um aumento da receita total de R\$ 25,7 bilhões neste ano.

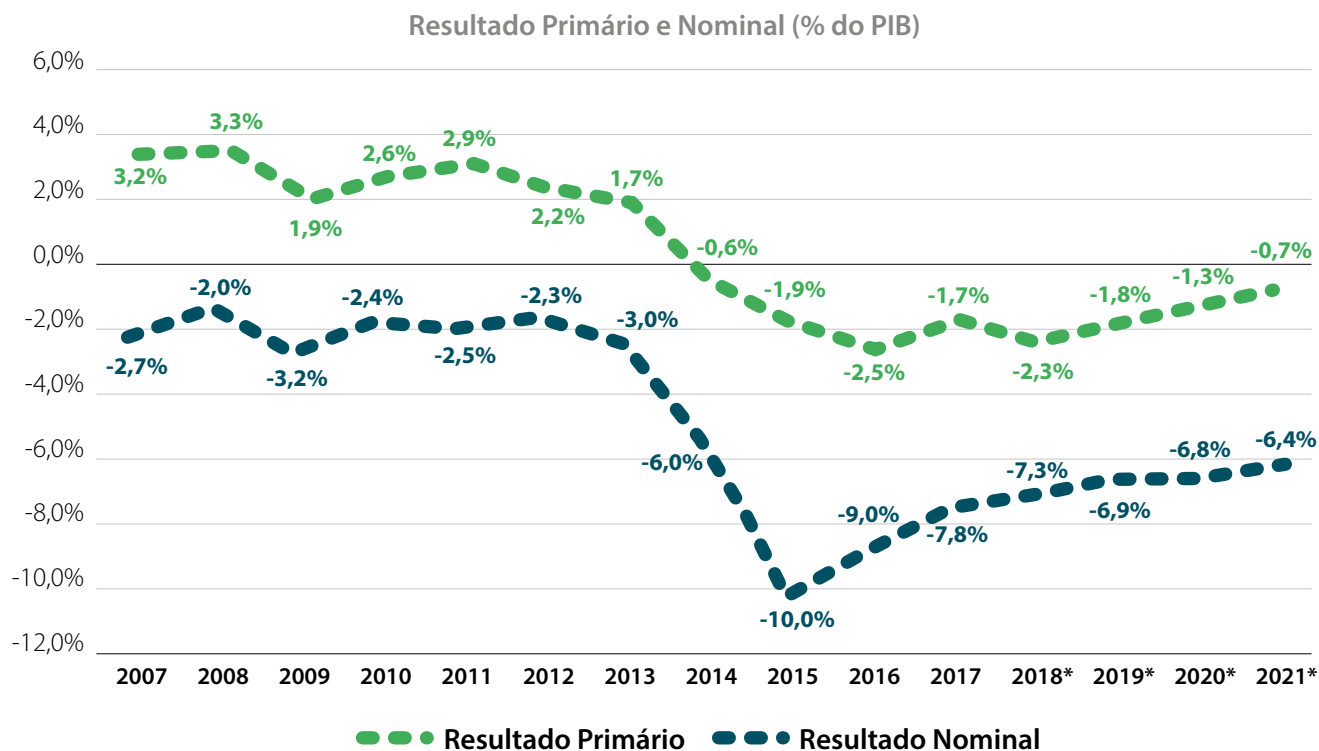
Em relação a 2019, a estimativa do cenário base de desempenho do PIB manteve-se em 2,5%. A inflação medida pelo IPCA manteve-se em 4,2%.

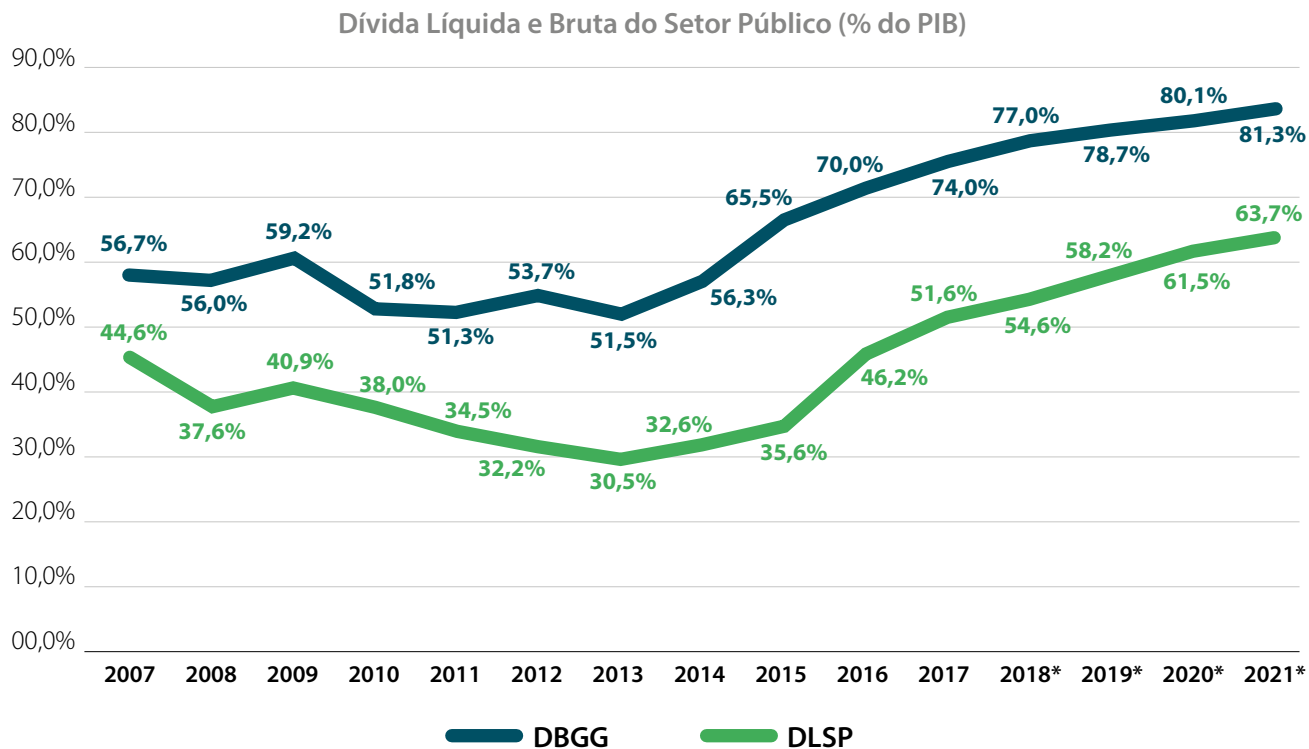


Nesse contexto, a meta de déficit primário de R\$159,0 bilhões para o Governo Central estabelecida para 2018, assim como as metas indicativas de déficit primário de R\$139,0 bilhões, R\$110,0 bilhões e R\$70,0 bilhões para 2019, 2020 e 2021, respectivamente, em conjunto com o resultado estimado para estados e municípios constante nas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias, implicará desaceleração do crescimento da relação dívida x PIB em 2021, quando a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) deverá atingir 81,3% do PIB, após registrar 77,0% em 2018, 78,7% em 2019 e 80,1% em 2020.

O gráfico a seguir mostra a evolução estimada das dívidas líquida e bruta e dos resultados primário e nominal do setor público consolidado até 2021:

Dívida Líquida e Bruta do Setor Público - Resultado Primário e Nominal (% do PIB)





Fonte: Projeções com base nas metas de resultado primário das respectivas LDOs e Grade de Parâmetros Macroeconômicos de 06/07/2018.
Elaboração: SEPLAN/MP.



Capítulo 2

RESUMO DAS POLÍTICAS SETORIAIS



Saúde

Educação

Assistência Social

Segurança Pública

Investimentos Públicos Estratégicos

SAÚDE

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado. De relevância pública, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que constituem o Sistema Único de Saúde (SUS).

Diferente de outros setores, há uma proteção adicional à aplicação de recursos para Saúde. O texto constitucional protege o montante de recursos aplicados no setor, determinando que, na vigência do Novo Regime Fiscal, a União aportará pelo menos o valor aplicado em ações e serviços públicos de saúde no ano anterior corrigidos pela variação do IPCA de 12 meses. Para 2019, essa correção será de 4,39% (quatro, trinta e nove por cento).

Na proposta orçamentária, o Ministério da Saúde estabeleceu algumas áreas de atuação prioritárias, dentre as quais se destacam: Atenção Básica; Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Suporte Profilático e Terapêutico; e Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental.

A Atenção Básica em saúde refere-se ao cuidado integral dos indivíduos em suas localidades, o que deve impactar positivamente na melhoria das condições de saúde de toda a população. Nesse sentido, a Estratégia de Saúde da Família permanecerá sendo a principal forma de atuação do Ministério da Saúde na área. Suas ações contemplarão a manutenção e expansão de equipes multiprofissionais por todo o território nacional com capacidade de prevenção e resolução de problemas e de encaminhamento adequado às redes de Atenção de Média e Alta Complexidade. O Governo Federal alocará mais de R\$ 22,2 bilhões na Atenção Básica, sendo R\$ 17,9 bilhões para seu custeio, por meio de repasses de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio do Piso de Atenção Básica em Saúde. Mais de R\$ 3,5 bilhões serão investidos no Programa Mais Médicos, buscando garantir atendimento nas regiões do país com escassez desses profissionais.

O apoio aos serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial envolve o aporte de recursos na assistência de todas as especialidades de média e alta complexidade e receberá, em 2019, R\$ 53,1 bilhões. Destes, o Governo Federal alocará quase R\$ 49,1 bilhões na Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade.

O Suporte Profilático e Terapêutico distribui-se entre as ações orçamentárias, totalizando R\$ 13,6 bilhões. Deste valor destacam-se o Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado, no montante de R\$ 5,5 bilhões; a Manutenção e o Funcionamento do Programa Farmácia Popular – modalidades gratuita e co-pagamento, com R\$ 2,6 bilhões; e a Promoção da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos na Atenção Básica em Saúde, com R\$ 1,8 bilhão.

As ações de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental, realizadas pelo SUS, têm como finalidade impedir que a saúde humana seja exposta a riscos e combater as causas dos efeitos negativos gerados e receberão recursos da ordem de R\$ 8,4 bilhões em 2019. Destes, aproximadamente R\$ 5,3 bilhões serão destinados para Aquisição e Distribuição de Imunobiológicos e Insumos para a Prevenção e Controle de Doenças. Cerca de R\$ 2,5 bilhões serão repassados como Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde.



Finalmente, o Ministério da Saúde realizará em 2019 um conjunto de investimentos da ordem de R\$ 2,5 bilhões. Parte dos recursos será canalizada para o Apoio à Estruturação de Unidades de Atenção Especializada, com aporte de R\$ 541 milhões, e à Rede de Urgências e Emergências, com R\$ 230 milhões. O apoio aos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e Esgoto em Municípios com população de até 50.000 habitantes contará com R\$ 332 milhões.

EDUCAÇÃO

O direito à Educação é consagrado na Constituição Federal de 1988 e faz parte dos chamados direitos sociais, consoante o princípio da dignidade da pessoa humana e os objetivos da Nação. É competência comum da União, dos Estados e dos Municípios proporcionar os meios de acesso à Educação.

O Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, vem desempenhando suas competências no âmbito da política nacional de Educação, buscando, a cada exercício, aprimorar os processos educacionais e garantir o financiamento das instituições sob sua responsabilidade.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar a estudantes de todas as etapas da educação básica pública, quais sejam educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. O Governo Federal repassa a Estados, Distrito Federal, Municípios e a escolas federais, recursos financeiros de caráter suplementar para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de alunos matriculados em cada rede de ensino. Em 2019, o PNAE contará com R\$ 4,15 bilhões do Governo Federal para atender aproximadamente 44 milhões de estudantes.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu, ou seja, mestrado e doutorado, e contribui para o alcance das metas relacionadas à Pós-Graduação existentes no Plano Nacional de Educação (PNE). Em 2019, serão destinados R\$ 2,5 bilhões à concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino superior. Estima-se que o montante atenderá ao pagamento de mais de 85 mil bolsas no país e no exterior.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) contempla a aquisição e a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e de literatura, entre outros materiais de apoio à prática educativa, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Deve-se destacar que o PNLD para 2019 já se encontra alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constituindo uma importante ferramenta na sua implantação. Em 2019, será aplicado R\$ 1,9 bilhão, o que possibilitará a aquisição e a distribuição de aproximadamente 185 milhões de obras.



Com o intuito de permitir o funcionamento dos cursos nas modalidades presencial e à distância, serão destinados R\$ 6,7 bilhões para a manutenção de 144 instituições federais de ensino superior, de educação profissional e tecnológica e hospitais universitários, vinculadas ao MEC.

O Programa de Inovação Educação Conectada contará em 2019 com R\$ 203,0 milhões para apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica pública. A tecnologia já se revelou um instrumento eficaz para conquistar equidade no acesso ao estudo, contemporaneidade no aprendizado e melhorias na gestão das redes educacionais.”

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Direito do cidadão e dever do Estado, a Assistência Social é uma política pública não contributiva, que objetiva prover os mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas. É realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade. No Governo Federal, o principal órgão que executa essas ações é o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cujas principais iniciativas a serem desenvolvidas no exercício de 2019, são apresentadas a seguir.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a Renda Mensal Vitalícia (RMV) consiste na transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, que comprovem não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. Para 2019, estão previstos R\$ 59,2 bilhões para o BPC e a RMV, que beneficiarão 4,9 milhões de pessoas, sendo 2,1 milhões de idosos e 2,8 milhões de pessoas com deficiência.

Outra iniciativa importante é o Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, estimando-se, para 2019, o valor de R\$ 29,5 bilhões, com o atendimento de 13,6 milhões de famílias beneficiárias. Para receber o benefício são considerados a renda por pessoa da família (renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 178,00), o número de crianças e adolescentes com até 17 anos e a existência de gestantes e nutrizes. As famílias que, mesmo após o recebimento dos demais benefícios se mantenham abaixo da linha de extrema pobreza (renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 89,00), recebem o benefício de superação da extrema pobreza, cujo valor é variável e equivale ao necessário para superar os R\$ 89,00 por pessoa. Para tal, as famílias beneficiárias devem assumir compromissos e cumprir certas condicionalidades.



SEGURANÇA PÚBLICA

A Política Nacional de Segurança Pública está voltada à modernização e ao aprimoramento das forças policiais. Em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios, diferentes órgãos governamentais e entidades da sociedade civil, o Governo Federal vem desenvolvendo ações que mitigam as causas da violência e da criminalidade no desafio de implementar iniciativas que resultem na diminuição de crimes.

O Ministério da Segurança Pública apoia, por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública, projetos na área de segurança pública destinados a reequipamento, treinamento e qualificação das polícias civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais; sistemas de informações, de inteligência e de investigação, bem como os de estatísticas policiais; estruturação e modernização da polícia técnica e científica, programas de prevenção ao delito e à violência; dentre outros, os citados devem estar enquadrados nas diretrizes do Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP), cujos objetivos principais são: redução de homicídios dolosos, feminicídios e violência contra a mulher; racionalização e modernização do sistema penitenciário; combate integrado à criminalidade organizada transnacional.

Ressalta-se que o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, foi instituído pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e tem como uma de suas principais diretrizes a atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de Segurança Pública.

Para o desenvolvimento das atividades será disponibilizado, em 2019, o montante de R\$ 516,0 milhões, visando ao fortalecimento de instituições de segurança pública e R\$ 140,7 milhões, por meio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, à implementação de ações voltadas à prevenção da violência e da criminalidade.

A Polícia Federal tem o objetivo de aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para a superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, a lavagem de dinheiro e corrupção, na intensificação da fiscalização do fluxo migratório e no enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira. Para a realização dessas missões serão disponibilizados, no exercício de 2019, R\$ 1,3 bilhão, para viabilizar o aprimoramento da Polícia Federal, dos quais R\$ 304,6 milhões permitirão a manutenção do Sistema de Emissão de Passaporte, Controle do Tráfego Internacional e de Registros de Imigrantes.

A Polícia Rodoviária Federal atua de forma ostensiva nas rodovias federais, por meio de suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente no roubo de veículos e cargas, na segurança aos usuários das vias federais, no enfrentamento de crimes ambientais e de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Para essas ações, serão destinados, em 2019, R\$ 724,4 milhões.

O Fundo Penitenciário Nacional possui uma política de financiamento de projetos de construção e ampliação de estabelecimentos penais. Além disso, busca disseminar a aplicação de penas e de medidas alternativas pelos órgãos judiciais, no intuito de controlar o crescimento da população prisional; incentivar a implantação do serviço de educação e responsabilização para autores de violência doméstica; e criar núcleos de defesa dos presos provisórios, compostos por equipe multidisciplinar que orienta e acompanha réus e suas famílias, como forma de evitar a reincidência criminal e facilitar a reinserção social. Para o desenvolvimento dessas atividades, serão aplicados R\$ 351,2 milhões em 2019.



INVESTIMENTOS PÚBLICOS ESTRATÉGICOS

Os investimentos estratégicos em infraestrutura têm sido fundamentais para o desenvolvimento e resgate da cidadania, pois geram empregos, democratizam oportunidades e contribuem para o fortalecimento econômico do país.

Para 2019, o PLOA reservou recursos a serem destinados a investimentos públicos estratégicos nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, com dotações para ações em três eixos e para o setor de Defesa, conforme a Tabela 3.

Tabela 03 – Investimentos públicos estratégicos, estruturados por eixos

(Em R\$ bilhões)	
EIXO	PLOA 2019
Infraestrutura Social e Urbana	8,9
Infraestrutura Logística	9,8
Infraestrutura Energética	0,4
Defesa	4,5
TOTAL	23,6

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP).

Os recursos em Infraestrutura Social e Urbana abrangem os investimentos com foco na melhoria das condições de vida da população nas cidades brasileiras, contemplando, além dos benefícios alcançados com a disponibilização de infraestrutura física, as dimensões sociais, urbanas e culturais. Para esse eixo, estão previstos cerca de R\$ 8,9 bilhões. As ações impactam a vida cotidiana das pessoas, famílias, comunidades, cidades e regiões, com reflexo no desenvolvimento econômico, na promoção do bem-estar social e na garantia de direitos, e estão estruturadas nas seguintes áreas: educação, saúde, esporte, habitação, mobilidade urbana, saneamento, recursos hídricos, prevenção em áreas de risco, equipamentos urbanos e cultura.

Os investimentos são realizados pela própria União e em parceria com governos estaduais, municipais, entidades urbanas e rurais, companhias estaduais e municipais e setor privado, que atendem ao conjunto dos municípios brasileiros. A partir desse conjunto de ações, os investimentos vêm transformando a vida de milhões de brasileiros, viabilizando: o acesso à moradia digna e aos serviços de abastecimento de água, a coleta e tratamento de esgoto sanitário; a destinação adequada de resíduos sólidos; a prevenção de desastres; oferta de água e energia elétrica; a melhoria dos serviços de transporte coletivo urbano; a recuperação de sítios históricos; e a oferta de equipamentos urbanos.

Nesse eixo de infraestrutura social e urbana, destaca-se que mais de 3,9 milhões de famílias tiveram suas casas entregues até o primeiro semestre de 2018. O objetivo é reduzir o déficit habitacional por meio de construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais urbanas e rurais, em especial as destinadas à população de baixa renda, e já contratou mais de 5,3 milhões de unidades em todo o país. Em 2019, estão previstos R\$ 4,4 bilhões em investimentos, com a expectativa de contratar mais 300 mil unidades habitacionais para atender



as famílias com renda mensal de até R\$ 4.000,00, além de dar continuidade à execução de mais 490 mil unidades, contratadas ou em fase de contratação, para famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00.

Na área de urbanização de assentamentos precários, o Governo Federal, por meio de parcerias com Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades sociais, dará continuidade à execução de 599 operações que beneficiarão aproximadamente 1 milhão de famílias em todo o país, integrando ações de caráter urbanístico, habitacional, fundiário, social e ambiental.

Para a mobilidade urbana, estão previstos recursos para o apoio à implementação de empreendimentos estruturantes que proporcionam a melhoria da qualidade do transporte público e a redução do tempo de deslocamento das pessoas nas médias e grandes cidades brasileiras, além de regiões metropolitanas. Os recursos totalizam R\$ 400,0 milhões e destinam-se, sobretudo, a modos de transporte de alta e média capacidade como metrô, Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), monotrilho, trem urbano, BRT (Bus Rapid Transit), além da implantação de corredores fluviais e exclusivos de ônibus, terminais de integração e demais intervenções que complementam o sistema de transporte urbano e facilitam o tráfego dos cidadãos.

As intervenções de saneamento melhoram a qualidade de vida nos centros urbanos por meio da oferta de ambientes mais salubres, observadas as compatibilidades com as políticas de proteção ambiental e de desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o PLOA 2019 prevê recursos da ordem de R\$ 676,2 milhões para beneficiar famílias com o desenvolvimento de projetos relativos a esgotamento sanitário (coleta, tratamento e destinação final), abastecimento de água, proteção dos mananciais, despoluição de cursos d'água e ações de saneamento integrado. Dentre as ações previstas, serão destinados recursos para a implantação e melhoria de sistemas públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água em Municípios de até 50 mil habitantes, com maior foco em prevenção de doenças e agravos.

O Governo Federal também investirá na expansão da oferta de água em todo o país. As obras de infraestrutura hídrica ampliam o acesso da população à água nos mais diversos usos (consumo humano, dessedentação animal, agricultura irrigada e atividade industrial, entre outros), contribuindo para a expansão da atividade econômica e o desenvolvimento social. Neste momento em que regiões brasileiras sofrem com a escassez hídrica, a estratégia é priorizar os investimentos públicos em obras que viabilizem a integração entre regiões hidrográficas, rios, reservatórios e demais infraestruturas hídricas. Com a execução de obras estruturantes e reabilitação de infraestrutura existente, busca-se a expansão da disponibilidade e segurança hídrica, proporcionando o abastecimento a partir de fontes perenes.

Nesse contexto, o projeto de integração do Rio São Francisco é fundamental para o combate à escassez no Nordeste Setentrional, abrangendo um conjunto de obras de infraestrutura hídrica, com recursos previstos no montante de R\$ 1,4 bilhão. O uso racional dos recursos hídricos é fundamental para a sustentabilidade hídrica dos rios. Por esse motivo, os investimentos na revitalização da Bacia do Rio São Francisco continuarão, de maneira a possibilitar a disponibilidade hídrica da bacia e recuperar áreas degradadas.

No que concerne à prevenção em áreas de risco houve avanço na priorização de intervenções estruturais preventivas que visam minimizar ou mesmo eliminar os efeitos adversos de desastres naturais. Com esse objetivo, o Governo Federal vem atuando em três diferentes frentes de ação: drenagem em áreas urbanas; contenção de encostas; e contenção de cheias.



Os investimentos em Cidades Históricas abrangem recursos destinados à preservação de sítios urbanos históricos protegidos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, auxiliando na geração de renda, agregação social e afirmação da identidade cultural das comunidades.

Ainda no eixo de infraestrutura social e urbana, cabe mencionar diversos outros equipamentos sociais, tais como Unidades Básicas de Saúde (UBS), Creches, Pré-escolas, Centros de Iniciação ao Esporte (CIE), infraestrutura turística, dentre outros. Destaca-se também a finalização do projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), que visa ampliar o acesso de regiões remotas do país à internet de qualidade e conferir caráter exclusivo às comunicações de uso militar. Em 2019, haverá continuidade dos investimentos na infraestrutura de operação terrestre, buscando garantir a plena operabilidade do satélite lançado em 2017. Além disso, estão previstos investimentos no Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) e para Inclusão Digital, com o objetivo de ampliar o acesso à internet em regiões remotas, aumentar a segurança na comunicação de dados e melhorar a interconectividade da rede brasileira com outros países.

Com o intuito de ampliar a participação do setor privado na realização de investimentos de infraestrutura e promover a melhoria da qualidade dos serviços públicos de interesse local, o Governo Federal estruturou modelo de apoio à realização de concessões e Parcerias Público-Privadas por entes subnacionais.

Os investimentos no eixo Infraestrutura Logística objetivam melhorar a eficiência da matriz logística atual e ampliar a qualidade dos serviços de transporte para aumentar a competitividade da produção brasileira, fortalecendo a integração de cadeias produtivas e facilitando a circulação de pessoas e produtos em todo o território nacional. Além de contribuir para o crescimento da produção, criam empregos diretos e indiretos, funcionando como um dos grandes motores de expansão da economia brasileira. Nas cinco áreas que compõem este eixo (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias), o planejamento e respectivas execuções ocorrem de forma complementar entre os diferentes modais e geram soluções logísticas integradas. Em 2019, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 9,8 bilhões.

Os investimentos em rodovias, no valor de R\$ 6,9 bilhões, são decisivos para o transporte de pessoas e produtos, bem como para a integração regional, visto que aumentam a cobertura geográfica por meio de construções e pavimentações e mantêm os trechos pavimentados em condições adequadas, além de melhorar e ampliar as condições de rodagem das vias e a segurança dos usuários com a manutenção e operação da malha rodoviária federal.

Para o transporte ferroviário, está previsto R\$ 752,6 milhões, com foco no incremento qualitativo e quantitativo do transporte de cargas para escoamento da produção. Além disso, as obras ampliam a interação com o sistema portuário para otimizar a utilização da malha de transportes e reduzir custos.

Quanto ao modal aeroportuário, a aviação brasileira contribui para retomada do crescimento econômico, integração do território nacional e desenvolvimento de polos regionais, o que impõe a necessidade de aumentar a oferta do serviço aéreo à população, mantendo a confiabilidade do serviço, minimizando riscos de acidentes e gargalos operacionais. Nesse sentido, o Governo Federal destinará, em 2019, R\$ 1,2 bilhão para modernizar e expandir a infraestrutura e os serviços aeroportuários, concentrando esforços em investimentos que assegurem a capacidade de operação, a segurança e o conforto de passageiros. Destes, estão previstos R\$ 202,4 milhões em investimentos para aviação regional.



A atividade portuária, que contará com R\$ 535,6 milhões, é uma das principais indutoras do desenvolvimento brasileiro, além de ser crucial para o equilíbrio da balança comercial. Os empreendimentos priorizam as dragagens, as obras de acesso terrestre, a modernização portuária, a melhoria da gestão dos portos, do controle do tráfego de navios e a ampliação da eficiência logística. Essas ações contribuem para a competitividade dos produtos nacionais e a produtividade operacional e, com isso, dinamizam a economia e reduzem o "Custo Brasil".

No setor hidroviário, há em andamento estudos, projetos e obras que visam à melhoria da navegação das hidrovias com o intuito de elevar a participação desse modal na matriz de transporte do país e de contribuir para a expansão do comércio exterior, além da construção de terminais fluviais principalmente na região Norte do país, possibilitando maior integração regional.

No terceiro eixo, denominado Infraestrutura Energética, há investimentos de R\$ 359,2 milhões previstos no Orçamento Fiscal, com o objetivo de garantir as pesquisas para a segurança energética, visando, entre outras ações, a exploração e produção de petróleo e gás natural no pré e pós-sal. Contempla, ainda, ações de estudos e desenvolvimento nas áreas de geração de energia e mineração.

No âmbito da ampliação de capacidade e domínio tecnológico, serão realizados investimentos de cerca de R\$ 301,2 milhões para o atendimento das seguintes ações: implantação do Projeto Sirius, por meio da construção de novo laboratório de luz síncrotron de 4ª geração voltada ao estudo de materiais, em Campinas (SP); ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité (BA), com vistas ao aumento da produção nacional; e a implantação do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) destinado à produção de radioisótopos, com aplicação na medicina nuclear, na indústria, na agricultura e no meio ambiente.

Para o setor de Defesa, serão investidos, no próximo exercício, recursos da ordem de R\$ 4,5 bilhões em projetos estratégicos das Forças Armadas e novos desafios tecnológicos e científicos nacionais.

No que tange à Marinha do Brasil, destacam-se os investimentos na área nuclear, pioneira no desenvolvimento de tecnologias para o domínio do ciclo do combustível nuclear, e na construção inteiramente nacional do reator do primeiro submarino brasileiro de propulsão nuclear. Também será dada continuidade, em parceria com o governo francês, no desenvolvimento de submarinos. O projeto prevê a construção do submarino de propulsão nuclear e de quatro submarinos convencionais, do estaleiro e da base naval em Itaguaí (RJ).

No Exército Brasileiro, menciona-se a implantação do Sistema Integrado de Fronteiras (Sisfron), com vistas a apoiar ações de vigilância nas fronteiras terrestres. A aquisição dos Blindados Guarani, produzidos no país, ampliará a capacidade de emprego das Forças Armadas em situações críticas. O Projeto Astros 2020, desenvolvido pela indústria nacional, aumentará a defesa terrestre, dotando o país de capacidade tecnológica na produção de sistemas de artilharia e defesa de longo alcance.

No âmbito da Força Aérea Brasileira, está em curso o Projeto KC-X, uma nova aeronave de transporte de médio porte, em parceria com a Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), que criará melhores condições para o transporte militar, além de abrir novos mercados internacionais à indústria aeronáutica brasileira. Na mesma linha, cabe ressaltar a implantação do projeto de aquisição de caças Gripen NG, que permitirá a absorção de tecnologias, em parceria com o governo da Suécia, para fabricação de aeronaves de última geração, cujo objetivo é proteger o território nacional.



Capítulo 3

AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO GOVERNO CENTRAL



Metodologia de Cálculo do Resultado Primário e Nominal dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e Parâmetros Utilizados

Receita Primária Total

Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios por Repartição de Receita

Despesa Primária Total

Novo Regime Fiscal no PLOA-2019

Regra de Ouro

Resultado Primário das Empresas Estatais Federais - Metodologia de Cálculo

Receitas do Orçamento de Investimento

Pessoal e Encargos Sociais

Sistemas Previdenciários

METODOLOGIA DE CÁLCULO DO RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL E PARÂMETROS UTILIZADOS

Apresenta-se a avaliação das necessidades de financiamento do Governo Central, a qual discrimina os principais itens de receitas e despesas que afetam o cumprimento da meta de resultado primário. A Tabela 04 demonstra a evolução desses agregados e indica os resultados primário e nominal do Governo Central observados na execução de 2017, na Lei Orçamentária de 2018 e na reprogramação de 2018, e os implícitos no Projeto de Lei Orçamentária de 2019 (PLOA-2019).

Cumprе ressaltar que o Banco Central do Brasil (BCB) é o responsável, ao final do exercício, pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de verificação do cumprimento da meta fixada para o exercício.

A Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP) refere-se à metodologia consagrada internacionalmente para avaliação de políticas fiscais, consistindo na soma entre o resultado primário do setor público não financeiro e a apropriação de juros nominais por competência. O resultado primário de determinado ente, por sua vez, diz respeito à diferença entre receitas e despesas primárias, em um período de tempo, e pode ser apurado por dois critérios:

- 1. Variação do nível de endividamento líquido do ente durante o período considerado; ou**
- 2. Soma dos itens de receitas e despesas.**

O primeiro critério, chamado “abaixo da linha”, é calculado pelo BCB e considerado o resultado oficial por fornecer também o nível de endividamento final obtido com a geração do superávit/déficit primário.

O segundo, denominado “acima da linha”, é acompanhado pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda (STN/MF) e pela Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP) e possibilita o controle dos itens que compõem o resultado, sendo fundamental para a elaboração dos orçamentos e do planejamento fiscal.



Tabela 04: Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central

Discriminação	Realizado 2017		LOA 2018		Reprogramação 2018		PLOA 2019	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
I. RECEITA TOTAL	1.383.081,6	21,1	1.462.052,3	20,4	1.482.180,5	21,4	1.574.860,9	21,2
I.1. Receita Administrada pela RFB, exceto RGPS	835.563,5	12,7	890.255,3	12,4	901.393,0	13,0	961.808,3	12,9
I.1.1. Imposto de Importação	32.426,5	0,5	38.411,4	0,5	42.246,5	0,6	47.057,3	0,6
I.1.2. IPI	48.032,5	0,7	52.322,1	0,7	58.434,4	0,8	62.208,4	0,8
I.1.3. Imposto sobre a Renda	339.840,9	5,2	352.436,3	4,9	353.296,2	5,1	375.707,8	5,1
I.1.4. IOF	34.983,5	0,5	38.134,0	0,5	36.914,4	0,5	39.719,0	0,5
I.1.5. COFINS	235.759,4	3,6	243.079,4	3,4	249.175,5	3,6	265.461,4	3,6
I.1.6. PIS/PASEP	62.560,6	1,0	65.159,1	0,9	66.338,4	1,0	71.251,3	1,0
I.1.7. CSLL	75.650,6	1,2	72.242,9	1,0	75.932,7	1,1	75.180,9	1,0
I.1.8. CPMF/CSS								
I.1.9. CIDE - Combustíveis	5.827,3	0,1	6.377,6	0,1	4.131,1	0,1	2.837,9	0,0
I.1.10. Outras Administradas pela RFB	482,2	0,0	22.092,5	0,3	14.923,8	0,2	22.384,3	0,3
I.1.11. REFIS e PAES								
I.2. Incentivos Fiscais	-1.378,9	0,0	0,0	0,0	-1,6	0,0	0,0	0,0
I.3. Arrecadação Líquida para o RGPS	374.784,8	5,7	405.337,6	5,7	392.499,6	5,7	419.812,3	5,6
I.3.1. Projeção Normal	360.883,5	5,5	393.790,7	5,5	378.835,8	5,5	409.838,4	5,5
I.3.2. Ressarcimento de desonerações previdenciárias	13.901,4	0,2	11.546,9	0,2	13.663,8	0,2	9.973,9	0,1
I.4. Outras Receitas	174.112,2	2,7	166.459,4	2,3	188.289,4	2,7	193.240,4	2,6
I.4.1. Concessões e Permissões	32.106,5	0,5	18.894,4	0,3	23.114,0	0,3	15.630,5	0,2
I.4.2. Complemento do FGTS	5.208,0	0,1	5.459,7	0,1	5.598,8	0,1	5.984,8	0,1
I.4.3. Cont. Plano de Seg. do Servidor	13.707,3	0,2	15.932,6	0,2	13.928,6	0,2	14.680,6	0,2
I.4.4. Contribuição do Salário-Educação	20.091,7	0,3	21.691,7	0,3	20.908,7	0,3	21.622,2	0,3
I.4.5. Exploração de Recursos Naturais	36.039,7	0,5	44.907,8	0,6	58.831,9	0,8	73.295,9	1,0
I.4.6. Dividendos e Participações	5.517,1	0,1	6.782,0	0,1	7.923,6	0,1	7.489,3	0,1
I.4.7. Operações com Ativos	1.127,4	0,0	2.529,7	0,0	5.180,7	0,1	1.157,4	0,0
I.4.8. Receita Própria (fontes 50 & 81)	13.457,8	0,2	14.389,3	0,2	14.502,6	0,2	14.843,2	0,2
I.4.9. Demais Receitas	46.856,9	0,7	35.872,2	0,5	38.300,5	0,6	38.536,5	0,5
II. TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	228.474,8	3,5	244.220,2	3,4	256.070,4	3,7	275.157,9	3,7
II.1. Cide combustíveis	1.698,7	0,0	1.822,4	0,0	1.394,2	0,0	821,4	0,0
II.2. Exploração de Recursos Naturais	22.184,8	0,3	27.866,6	0,4	36.014,2	0,5	44.664,7	0,6
II.3. Contribuição do Salário Educação	12.018,8	0,2	13.015,0	0,2	12.545,2	0,2	12.973,3	0,2
II.4. FPE/FPM/IFI-EE	183.123,0	2,8	191.128,7	2,7	196.496,7	2,8	207.071,4	2,8
II.5. Fundos Constitucionais	7.978,1	0,1	8.771,0	0,1	8.109,6	0,1	8.113,4	0,1
Repasso Total	11.598,9	0,2	12.142,7	0,2	12.437,2	0,2	13.137,5	0,2
Superávit Fundos	-3.620,8	-0,1	-3.371,7	0,0	-4.327,6	-0,1	-5.024,0	-0,1
II.6. Demais	1.471,5	0,0	1.616,5	0,0	1.510,5	0,0	1.513,7	0,0
III. RECEITA LÍQUIDA (I - II)	1.154.606,8	17,6	1.217.832,1	17,0	1.226.110,0	17,7	1.299.703,0	17,5
IV. DESPESAS	1.279.007,8	19,5	1.373.365,2	19,2	1.385.110,0	20,0	1.438.703,0	19,3
IV.1. Benefícios da Previdência	557.234,8	8,5	596.268,4	8,3	594.118,8	8,6	637.851,9	8,6
IV.2. Pessoal e Encargos Sociais	284.041,1	4,3	296.921,8	4,1	302.113,2	4,4	325.859,5	4,4
IV.3. Outras Desp. Obrigatórias	197.250,8	3,0	213.112,6	3,0	221.205,6	3,2	222.866,4	3,0
IV.3.1. Abono e Seguro Desemprego	54.508,1	0,8	62.587,1	0,9	56.896,4	0,8	59.831,2	0,8
IV.3.2. Anistiados	180,8	0,0	275,2	0,0	275,2	0,0	275,2	0,0
IV.3.3. Apoio Fin. Municípios/Estados								
IV.3.4. Auxílio à CDE								
IV.3.5. Benefícios de Legislação Especial e Indenizações (Poder Executivo)	571,5	0,0	723,9	0,0	723,9	0,0	894,8	0,0
IV.3.6. Benefícios de Prestação Continuada da LOAS / RMV	53.744,2	0,8	55.958,8	0,8	56.029,0	0,8	60.234,3	0,8
IV.3.7. Complemento do FGTS	5.208,0	0,1	5.459,7	0,1	5.598,8	0,1	5.984,8	0,1
IV.3.8. Créditos Extraordinários	785,2	0,0			12.167,7	0,2		
IV.3.9. Desoneração MP 540, 563 e 582	13.901,4	0,2	11.546,9	0,2	13.663,8	0,2	9.973,9	0,1
IV.3.10. Despesas Custeadas com Convênios/Doações (Poder Executivo)	312,5	0,0						
IV.3.11. Fabricação de Cédulas e Moedas	856,4	0,0	881,0	0,0	881,0	0,0	950,8	0,0
IV.3.12. Fundeb / Fundeb - Complementação	13.070,9	0,2	14.054,3	0,2	13.814,7	0,2	15.248,8	0,2
IV.3.13. Fundo Constitucional do DF	1.458,0	0,0	1.655,3	0,0	1.655,3	0,0	1.634,9	0,0
IV.3.14. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU	12.060,4	0,2	14.888,3	0,2	14.885,1	0,2	13.317,6	0,2
IV.3.15. Lei Kandir (LCs nº 87/96 e 102/00)	3.860,4	0,1	1.920,0	0,0	1.920,0	0,0		
IV.3.16. Reserva de Contingência			0,3	0,0	0,3	0,0	14.590,2	0,2
IV.3.17. Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	10.661,3	0,2	14.586,2	0,2	14.250,3	0,2	17.518,9	0,2
IV.3.18. Subsídios, Subvenções e Proagro	18.657,1	0,3	20.346,1	0,3	20.583,8	0,3	18.678,2	0,3
IV.3.19. Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	303,3	0,0	297,4	0,0	253,4	0,0	281,7	0,0
IV.3.20. Transferência Multas ANEEL (Acórdão TCU nº 3.389/2012)	893,2	0,0	933,0	0,0	922,2	0,0	946,2	0,0
IV.3.21. Impacto Primário do FIES	6.218,0	0,1	5.282,9	0,1	4.968,6	0,1	2.505,1	0,0
IV.3.22. Financiamento de Campanha Eleitoral			1.716,2	0,0	1.716,2	0,0		
IV.4. Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo	126.449,2	1,9	137.577,8	1,9	138.131,8	2,0	139.494,7	1,9
IV.5. Aumento de capital de estatais (A partir de 2018)			5.626,1	0,1	4.650,0	0,1	10.163,0	0,1
IV.6. Despesas Discricionárias	114.031,8	1,7	123.858,6	1,7	124.890,5	1,8	102.467,4	1,4



Discriminação	Realizado 2017		LOA 2018		Reprogramação 2018		PLOA 2019	
	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB	R\$ milhões	% PIB
V. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	-124.400,9	-1,9	-155.533,1	-2,2	-159.000,0	-2,3	-139.000,0	-1,9
V.1. Resultado do Tesouro	58.049,1	0,9	35.397,7	0,5	42.619,2	0,6	79.039,7	1,1
V.2. Resultado da Previdência Social	-182.450,0	-2,8	-190.930,8	-2,7	-201.619,2	-2,9	-218.039,7	-2,9
VI. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA/ AJUSTE METODOLÓGICO	5.958,7	0,1						
VII. PRIMÁRIO ABAIXO DA LINHA (V+VI)	-118.442,2	-1,8	-155.533,1	-2,2	-159.000,0	-2,3	-139.000,0	-1,9
VIII. META OFS	-159.000,0	-2,4	-159.000,0	-2,2	-159.000,0	-2,3	-139.000,0	-1,9
IX. COMPENSAÇÃO DA META GOV CENTRAL NA LDO								
X. META OFS PARA CUMPRIMENTO DA LDO	-159.000,0	-2,4	-159.000,0	-2,2	-159.000,0	-2,3	-139.000,0	-1,9
XI. ESFORÇO NECESSÁRIO (+) / SOBRA DE RECURSOS (-) (X-VII)	-40.557,8	-0,6	-3.466,9	0,0				
XII. JUROS NOMINAIS	-340.907,3	-5,2	-272.614,0	-3,8	-280.967,2	-4,1	-325.398,2	-4,4
XIII. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (VII + XII)	-459.349,5	-7,0	-428.147,1	-6,0	-439.967,2	-6,3	-464.398,2	-6,2
XIV. RECEITAS FINANCEIRAS	1.198.712,4	18,3	2.044.368,7	28,5	2.044.368,7	29,5	1.687.348,4	22,7
XIV.1. Refinanciamento da Dívida	520.388,9	7,9	1.157.215,4	16,2	1.157.215,4	16,7	758.673,0	10,2
XIV.2. Emissão de Títulos	425.922,0	6,5	495.853,5	6,9	495.853,5	7,2	663.197,8	8,9
XIV.3. Operações Oficiais de Crédito	83.701,8	1,3	166.859,1	2,3	166.859,1	2,4	66.349,0	0,9
XIV.4. Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	81.809,5	1,2	92.832,6	1,3	92.832,6	1,3	91.239,9	1,2
XIV.5. Demais	86.890,2	1,3	131.608,1	1,8	131.608,1	1,9	107.888,7	1,5
XV. DESPESAS FINANCEIRAS	1.068.827,8	16,3	1.902.449,3	26,6	1.902.449,3	27,4	1.560.034,8	21,0
XV.1. Juros e Encargos da Dívida	203.158,9	3,1	316.241,3	4,4	316.241,3	4,6	378.896,0	5,1
XV.2. Amortização da Dívida	783.019,3	11,9	1.462.585,9	20,4	1.462.585,9	21,1	1.045.939,1	14,1
XV.3. Demais	82.649,6	1,3	123.622,1	1,7	123.622,1	1,8	135.199,7	1,8

As estimativas da NFSP estão compatíveis com a meta fiscal necessária para a estabilização da relação dívida/PIB no médio prazo, conforme as atuais diretrizes de política fiscal e as mudanças ocorridas no cenário econômico. Assim, o PLOA-2019 pressupõe volumes de receitas compatíveis com a citada meta e de despesas necessárias ao funcionamento da máquina pública e a consecução das políticas de Governo.

O levantamento da NFSP evidencia o montante de receitas primárias, assim como de despesas primárias, obrigatórias e discricionárias. A partir das metas de resultado, do montante de receita previsto e da estimativa das despesas primárias obrigatórias, chega-se ao valor das despesas primárias discricionárias, ou seja, aquelas em que existe, efetivamente, margem de decisão alocativa. Assim, apresentam-se as metodologias e os valores das principais receitas e despesas primárias constantes do PLOA-2019, em valores correntes, e, em seguida, os principais indicadores econômicos utilizados para as estimativas.

No PLOA-2019, as receitas primárias atingem o montante de R\$ 1.574,8 bilhões, sendo R\$ 961,8 bilhões relativos à receita administrada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), líquida de incentivos fiscais, R\$ 419,8 bilhões, à arrecadação líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e, R\$ 193,2 bilhões às demais receitas primárias.

As receitas financeiras são aquelas que não alteram o endividamento líquido do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que criam obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira, no setor privado interno e/ou externo. São obtidas no mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo) e outras.



Para 2019, o PLOA considera um total de R\$ 1.687,3 bilhões em receitas financeiras. Desse total, R\$ 758,7 bilhões referem-se a captações para refinanciamento do estoque da dívida, R\$ 663,2 bilhões, à emissão de títulos, R\$ 66,3 bilhões, ao retorno das operações oficiais de crédito (amortizações e juros), R\$ 91,2 bilhões, à remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e R\$ 107,9 bilhões, a demais receitas financeiras, como as obtidas por meio de operações de crédito, remunerações a depósitos bancários, resultado do Banco Central do Brasil, entre outras.

No que diz respeito às despesas, a apuração do resultado primário é realizada considerando-se apenas os gastos primários, que excluem as despesas não primárias, as quais não pressionam o resultado primário nem alteram o endividamento líquido do setor público não financeiro no exercício e correspondem, principalmente, ao pagamento de juros, encargos e amortização de dívidas, à concessão de empréstimos e financiamentos, à aquisição de títulos de crédito e representativos de capital integralizado e às reservas de contingência, com exceção do montante considerado primário.

Conforme o Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal do Governo Central, compatível com o PLOA-2019, o valor total das despesas primárias do Governo Central é de R\$ 1.713,9 bilhões, sendo R\$ 275,2 bilhões destinados às transferências constitucionais e legais por repartição de receita, R\$ 325,9 bilhões para gastos com pessoal e encargos sociais, R\$ 637,9 bilhões para benefícios previdenciários, R\$ 222,9 bilhões para as despesas obrigatórias sem controle de fluxo, R\$ 139,5 bilhões para as despesas obrigatórias com controle de fluxo do Poder Executivo, e R\$ 112,6 bilhões para as despesas discricionárias, incluído as despesas com aumento de capital das estatais.

Vale salientar que, apesar da redução apresentada nas despesas discricionárias de maneira geral, as aplicações mínimas em ações e serviços públicos de saúde, manutenção e desenvolvimento do ensino e em irrigação nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, ficam preservadas, conforme critérios estabelecidos no art. 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016.

Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social discriminam a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, em seu menor nível, especificando, entre outros atributos, o identificador de resultado primário a fim de facilitar a respectiva apuração.



RECEITA PRIMÁRIA TOTAL

A projeção da receita primária, no montante de R\$ 1,575 trilhão, com um acréscimo de 6,3% em relação à estimativa atualizada para o ano de 2018, adotou como base de cálculo os valores arrecadados de julho/2017 a junho/2018, com os devidos ajustes, utilizando-se os parâmetros relacionados à atividade econômica, aos índices de preço e à taxa de câmbio projetados pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF), em 06 de julho de 2018.

Dentre os parâmetros, destacam-se, quanto ao efeito sobre a arrecadação prevista para 2019: a) o crescimento real da economia (estimado em 2,5% para 2019); b) a inflação acumulada apurada pelo IPCA (4,2% para 2019) e pelo IGP-DI (4,4% para 2019); c) a expansão na quantidade importada, sem combustível (11,9% para 2019); d) a variação da massa salarial nominal (7,5% em 2019); e e) a variação na Taxa Média de Câmbio Real/Dólar (0,7% em 2019).

As receitas primárias do Governo Central referem-se, predominantemente, às receitas correntes, e são classificadas conforme os seguintes grupos:

Receitas Administradas pela RFB/MF

Incluem os impostos e as principais contribuições, tanto sociais quanto de intervenção no domínio econômico, arrecadadas pela União e administradas pela RFB/MF. As estimativas dessas receitas são influenciadas por indicadores de preço, como inflação, taxa de câmbio e taxa de juros; indicadores de quantidade, como variação no Produto Interno Bruto (PIB), volume de vendas e de importações; e efeitos decorrentes de alterações na legislação tributária e de medidas de caráter administrativo.

Estima-se para o ano de 2019 que as receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF), líquidas de restituições e incentivos fiscais, e excluídas as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), totalizem R\$ 961,8 bilhões.

Arrecadação Líquida para o RGPS

Refere-se à arrecadação da Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social, prevista na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição Federal, deduzidos os valores transferidos a terceiros, principalmente aos órgãos do chamado Sistema "S". Uma vez que tal receita é relativa às contribuições sociais do empregador incidentes sobre a folha salarial e dos trabalhadores, o parâmetro mais importante para sua estimativa é o crescimento da massa salarial nominal, índice que varia em função da população economicamente ativa com carteira de trabalho assinada e do rendimento nominal médio desse grupo de trabalhadores, ambos apurados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ademais, o reajuste do teto de contribuição e o valor do salário mínimo também exercem influência sobre tal projeção.



Compõe, ainda, as receitas do RGPS, o valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da alteração da alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS, conforme estabelecido do inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que determina que a União compense o Fundo do Regime Geral de Previdência Social por essas desonerações.

Ressalta-se também que as receitas relativas aos setores que foram beneficiados com tal desoneração têm a contribuição calculada sobre o faturamento das empresas, e não mais sobre a folha de salários.

No dia 30 de maio de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.670, de 03 de Maio de 2018, que, dentre outras medidas, reonerou a folha de pagamento de vários setores da economia; estipulou acréscimo de 1% na alíquota de COFINS sobre importações de diversos produtos a partir de 1º de setembro de 2018; e delimitou a utilização de créditos tributários em compensações de outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A estimativa das receitas previdenciárias para o exercício de 2018, líquida dos valores correspondentes às transferências ao “Sistema S”, totaliza R\$ 409,8 bilhões. Para tanto, adotou-se como base de cálculo os valores arrecadados de julho/2017 a junho/2018. Além da previsão normal, considerou-se também um aporte de R\$ 9,97 bilhões previsto para compensar as desonerações da folha de pagamento. Desse modo, o total de receitas previstas para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social é de R\$ 419,8 bilhões.

Receitas Administradas por outros órgãos

Esse conjunto de receitas representa um montante de R\$ 193,2 bilhões para 2019, com crescimento em relação à estimativa atualizada para 2018 de aproximadamente 2,6%. Dentre os principais parâmetros que influenciam essa previsão, destacam-se as variações acumuladas esperadas para o PIB, a Massa Salarial Nominal, o IGP-DI, o IPCA e o Câmbio.

Concessões e Permissões: compõem-se de todas as concessões e permissões da União para que empresas privadas explorem determinados serviços, tais como nos setores de telecomunicações, petróleo, transportes e energia elétrica. O valor programado para 2019, no montante de R\$ 15,6 bilhões, é calculado em função da expectativa de ingresso de recursos dos serviços já concedidos e a conceder em 2019, conforme cronograma elaborado pelas respectivas agências reguladoras e por outros órgãos. Entre as novas concessões, destaca-se o valor do pagamento de outorga pelos novos contratos de concessão das usinas cotistas do Grupo Eletrobras e das demais usinas não cotistas das quais o grupo é controlador, estimado em R\$ 12,2 bilhões.

Dividendos e Participações: consideram-se as projeções de todos os pagamentos a serem efetuados pelas empresas estatais controladas pela União e pelas empresas em que a União tenha participação acionária, a título de remuneração do capital investido pelo Governo Federal, totalizando o valor de R\$ 7,5 bilhões.



Exploração de Recursos Naturais: compreende as parcelas recebidas pela exploração de petróleo, xisto, gás natural, outros recursos minerais e recursos hídricos para geração de energia elétrica, incluídos os royalties devidos pela Itaipu Binacional ao Brasil. Nesses casos, variáveis como o volume de produção e o preço internacional do barril de petróleo, a quantidade de energia gerada e seu preço são fundamentais para a estimativa dessas receitas. Projeta-se um montante total de R\$ 73,3 bilhões, com destaque para as receitas advindas da compensação pela exploração do petróleo, que somam R\$ 67,8 bilhões.

Receitas Próprias: consideram-se nesse item as receitas arrecadadas diretamente pelos órgãos públicos da Administração direta ou indireta, em decorrência, principalmente, da prestação de serviços e de convênios. Assim como as receitas tributárias e de contribuições, são preponderantemente influenciadas pelo crescimento do PIB e da inflação. Estima-se um total de R\$ 14,8 bilhões para 2019.

Contribuição do Salário-Educação: contribuição social recolhida das empresas em geral e das entidades públicas e privadas vinculadas ao Regime Geral de Previdência Social, destinada ao financiamento de programas, projetos e ações voltados para a educação básica pública e que também pode ser aplicada na educação especial, desde que vinculada à educação básica. O PLOA projeta uma arrecadação de R\$ 21,6 bilhões.

Contribuição para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos: contribuição social do servidor público de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, cuja projeção é de R\$ 14,7 bilhões.

Operações com Ativos: considera a expectativa de venda de ativos da União, como cessão do direito de operacionalização da folha de pagamentos, no montante de R\$ 1,2 bilhão.

Complemento do FGTS: contribuição relativa a despedida do empregado sem justa causa, sobre a remuneração devida ao trabalhador, estimada em R\$ 6,0 bilhões para 2019.

Demais receitas: constituem receitas vinculadas a órgãos específicos e às suas despesas, em um total de R\$ 38,5 bilhões.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

Integram este item as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal provenientes das receitas do Imposto de Renda (IR), do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros (IOF) incidentes sobre o ouro ativo financeiro ou instrumento cambial (IOF-Ouro), do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre Combustíveis (Cide-combustíveis), da Contribuição do Salário-Educação, da Exploração de Recursos Naturais, da receita de Concursos de Prognósticos, de Concessões de Florestas Nacionais e das receitas patrimoniais de Foro e Taxa de Ocupação.



Cumpre esclarecer que a metodologia empregada para mensuração do resultado primário requer que as despesas sejam estimadas pelo regime contábil de caixa, diferentemente das constantes do orçamento, as quais são programadas considerando o regime orçamentário em que as despesas públicas são reconhecidas quando da emissão da nota de empenho.

Para compatibilizar esses diferentes critérios, é necessário alguns ajustes que, no caso dos Fundos de Participação, exceto o equivalente aos 2% adicionais do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), instituídos pelas Emendas Constitucionais nº 55, de 20 de setembro de 2007, e nº 84, de 2 de dezembro de 2014, e da CIDE – Combustíveis, são calculados pela diferença estimada entre os recursos a serem arrecadados no último decêndio do mês de dezembro de 2018 e repassados em 2019, e os de 2019, a serem repassados em 2020. O valor desse ajuste para 2019 é de R\$ 592,5 milhões.

DESPESA PRIMÁRIA TOTAL

As despesas primárias correspondem à oferta de serviços públicos à sociedade e são classificadas como obrigatórias ou discricionárias. Há ainda um outro grupo considerado para o cálculo da Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), constituído pelos impactos de operações que não constam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mas afetam a apuração do resultado primário do Governo Central.

A seguir, apresenta-se a composição dos principais itens de despesa primária:

Pessoal e Encargos Sociais

Dispêndios com pessoal civil e militar do Governo Central, incluindo ativos, inativos e pensionistas, bem como precatórios alimentícios fixados para o período. Engloba a despesa classificada no grupo de natureza de despesa Pessoal e Encargos Sociais, exceto a despesa com encargos sociais da União para o Regime Próprio de Previdência que, desde meados de 2004, é classificada como despesa financeira.

O valor desse item é ajustado para o regime de caixa mediante incorporação da diferença entre os valores orçamentários de algumas despesas da folha de pagamento projetados para o mês de dezembro dos exercícios financeiros de 2018 e 2019, haja vista que são empenhadas e liquidadas em dezembro de cada ano (despesa reconhecida de acordo com o regime orçamentário), mas pagas efetivamente apenas em janeiro do ano seguinte. A estimativa desse ajuste para 2019 é de R\$ 998,7 milhões.

Desse modo, na ótica orçamentária, o total da Despesa primária com Pessoal e Encargos Sociais é de R\$ 326,9 bilhões, e, na ótica financeira, equivale a R\$ 325,9 bilhões.



Benefícios da Previdência Social

Engloba os benefícios que compõem o RGPS, como aposentadorias, pensões, demais auxílios, sentenças judiciais e a despesa relativa à compensação entre os regimes de previdência. Os parâmetros que mais influenciam a estimativa desses gastos são o crescimento vegetativo dos benefícios e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) apurado pelo IBGE, além do reajuste do salário mínimo, que foi estimado conforme regra estabelecida no art. 1º da Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, a qual consiste na variação do INPC acumulada no ano de 2018, estimada em 4,20%, mais a taxa de crescimento real do PIB apurada pelo IBGE para o período de 2017, a título de aumento real, o que foi de 1,0%. Desse modo, o salário mínimo previsto para 2019 está estimado em R\$ 1.006,00, refletindo um aumento de 5,45% frente ao valor vigente em 2018 de R\$ 954,00.

Despesas Obrigatórias sem Controle de Fluxo do Poder Executivo

Referem-se às despesas de execução obrigatória, excetuadas as Transferências Constitucionais e Legais a Estados, Distrito Federal e Municípios, Pessoal e Encargos Sociais e Benefícios Previdenciários. Os principais itens relacionados a esse grupo de despesa são: seguro-desemprego e abono salarial; sentenças judiciais; complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); benefícios da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV); indenizações relativas ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); os Subsídios e as Subvenções Econômicas.

Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo do Poder Executivo

No que se refere às despesas obrigatórias com controle de fluxo, consideram-se, nesse grupo, as despesas obrigatórias com benefícios aos servidores, bem como determinadas ações e programas obrigatórios na área da saúde e educação, além dos montantes para atendimento do Bolsa-Família, conforme tabela a seguir:

Tabela 05: Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo

	<i>R\$ milhões</i>
DISCRIMINAÇÃO	PLOA 2019
Auxílio a Servidores	14.349,9
Bolsa Família	30.035,7
Demais	3.761,6
Educação	6.763,9
Saúde	84.583,6
Total	139.494,7



Despesas Discricionárias

Classificam-se sob esse conceito as despesas primárias relativas aos identificadores de Resultado Primário 2 e 3, sobre as quais há flexibilidade quanto ao momento de sua execução no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e da Defensoria Pública da União (DPU). Ademais, os Poderes possuem a discricionariedade de alocação das dotações orçamentárias dessas despesas de acordo com suas metas e prioridades. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento da meta fiscal, essa limitação recairá sobre esse item de despesa, de acordo com o que estabelece o art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Na elaboração orçamentária, assume-se a hipótese de que o montante de despesas discricionárias provenientes de exercícios anteriores, a serem pagas em 2019, assim como das demais despesas obrigatórias, exceto despesas com Pessoal e Encargos Sociais e Transferências a Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, e subsídios e subvenções econômicas, seja o mesmo de despesas no regime orçamentário deste exercício a serem pagas em 2020. Assim, o impacto pelo regime orçamentário dessas despesas e pelo regime de caixa é o mesmo, não se apurando nenhum ajuste.

Outros Fatores que Afetam o Resultado Primário

O primeiro conjunto dessas operações se refere ao resultado líquido entre desembolsos e amortizações, que totaliza o valor de R\$ 2.142,3 milhões. Exemplos dessas operações são aquelas no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), da Agência Nacional de Cinema (ANCINE), relativos aos investimentos retornáveis no Setor Audiovisual, dentre outras. Impacta também o resultado primário o custo de fabricação de cédulas e moedas, no valor de R\$ 950,8 milhões.

Também é computada nesse item a estimativa do impacto primário dos financiamentos realizados com os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que corresponde à diferença entre a Taxa de Juros e à rentabilidade dos fundos (disponibilidades e carteira de crédito) aplicada ao patrimônio desses, ou seja, equivale à diferença entre o patrimônio de referência, corrigido pela Taxa de Juros, e o patrimônio efetivo estimado. Para 2019, de acordo com essa metodologia, a projeção do subsídio aos Fundos em questão perfaz R\$ 8.113,4 milhões.

Em 2017, foi incluído nesse grupo de despesas o impacto primário decorrente das operações de concessão de financiamento no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil – FIES. Ao longo daquele ano, a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil intensificaram os trabalhos acerca das potenciais causas da discrepância estatística entre o resultado primário apurado pela STN (acima da linha) e pelo BCB (abaixo da linha). O FIES foi identificado como principal causa dessa discrepância, e, como resultado, a STN passa a incluir item específico para explicitar o impacto primário do FIES no Resultado do Tesouro Nacional, e, conseqüentemente, na programação financeira. Para 2019, projeta-se que a despesa com impacto primário do FIES totalizará R\$ 2.505,1 milhões.



Parâmetros Macroeconômicos

Os principais parâmetros macroeconômicos, definidos pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) e utilizados nas estimativas de receitas e despesas constantes no PLOA-2019, são apresentados a seguir:

Tabela 06: Parâmetros Macroeconômicos

PIB			Mercado de Trabalho - Var. Média s/ano anterior			
R\$ milhões	Var. Real	Deflator	Massa Salarial Nominal	Ocupação	PEA	Rend. Nominal
7.436.747	2,5%	4,7%	7,5%	0,8%	1,5%	6,7%

Inflação - IGP/DI		Inflação - IPCA		Câmbio - Taxa Média	
Var. Média	Var. Acum.	Var. Média	Var. Acum.	Variação	R\$ / US\$
5,5%	4,4%	4,4%	4,2%	0,7%	3,62

Fonte: SPE/MF.

NOVO REGIME FISCAL NO PLOA-2019

Conforme previsto no art.10, inciso VII da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 (LDO-2019), o Projeto de Lei Orçamentária de 2019 (PLOA-2019) foi elaborado de forma compatível com os limites de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, que instituiu o Novo Regime Fiscal.

Resumidamente, o Novo Regime Fiscal busca estabelecer uma trajetória para o gasto público primário da União, enquanto vigorar, por meio da fixação do limite com base na execução da despesa do ano anterior, corrigida pela inflação. Determinados itens são excluídos, alguns por constituírem mera transferência de receita a outros entes (como os Fundos de Participação dos Estados e Municípios), ou despesas extraordinárias e pontuais, como capitalização de empresas públicas, custeio de processos eleitorais ou créditos extraordinários ao orçamento.

Assim sendo, na elaboração do PLOA-2019, além da meta fiscal estabelecida para o Governo Central de déficit de R\$ 139,0 bilhões, foi considerado como limite para as despesas primárias os principais parâmetros estabelecidos no artigo 107 do ADCT, incluído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016 e no Art. 27 da LDO-2019. De forma geral, para se obter aquele limite, aplicou-se ao teto dos gastos de 2018 a projeção oficial de inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período de julho/2017 a junho/2018, no valor de 4,39%.

Ressalte-se que, no caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU, conforme a autorização contida nos §§ 7º e 8º do Art. 107 do ADCT e o disposto no art. 27 da LDO 2019, caput e § 8º, suas despesas para o PLOA-2019 ficaram acima dos limites calculados, até o equivalente a 0,25% do teto do Poder Executivo. No entanto, de acordo com a referida base legal, esse excesso foi devidamente compensado nas despesas desse Poder.



Seguem Tabelas 7, 8, 9, 10 e 11, contendo demonstrativo do cálculo do limite para as despesas primárias considerado no PLOA-2019.

Tabela 07: Limite para Despesas Primárias no PLOA 2019

	R\$ 1,00
A. Teto dos Gastos 2018	1.347.880.652.353
B. IPCA (jul/2017 a jun/2018)	4,39%
C. Limite 2019 para União [A x B]	1.407.052.612.991

Tabela 08: Demonstrativo da Compatibilidade do PLOA 2019 com os limites estabelecidos no art. 107 do ADCT

	R\$ 1,00
DISCRIMINAÇÃO	PLOA 2019
(+) TOTAL DE DESPESAS PRIMÁRIAS	1.702.174.462.124
(-) DESPESAS PRIMÁRIAS NÃO SUJEITAS A LIMITES INDIVIDUALIZADOS (art. 107, § 6º, da EC 95/2016)	307.400.823.354
Transf. Interg. Repartição de Receita	267.522.375.312
FCDF	14.122.697.960
Pleitos Eleitorais	343.919.702
Complementação ao FUNDEB	15.248.832.774
Aumento de Capital em Estatais	10.162.997.606
(=) DESPESAS PRIMÁRIAS AUTORIZADAS SUJEITAS A LIMITES INDIVIDUALIZADOS (art. 107, § 4º da EC 95/2016)	1.394.773.638.770
(=) VALOR DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.394.773.638.770
(+) Ajuste Caixa/Competência (Float Pessoal e Subsídios)	-1.432.572.337
(+) Demais Operações que afetam o resultado primário	13.711.546.558
Fabricação de cédulas e moedas	950.763.252
Subsídios aos fundos constitucionais	8.113.437.868
Operações net lending	2.142.261.613
Impacto Primário do FIES	2.505.083.825
(=) LIMITE GLOBAL PARA VERIFICAÇÃO CUMPRIMENTO EC 95 (art. 107, § 10, da EC 95/2016)	1.407.052.612.991



Tabela 09: Demonstrativo dos Limites Individualizados por Órgão e Poder nos termos do art. 107 do ADCT

R\$ 1,00

Discriminação	Limite 2018 [A]	2018 corrigido por IPCA 4,39% [B]	PLOA 2019 [C]	Compensação [D] = [C] - [B]
TOTAL GERAL	1.347.880.652.353	1.407.052.612.991	1.407.052.612.991	0
PODER EXECUTIVO	1.289.947.166.179	1.346.575.846.774	1.343.213.283.342	-3.362.563.432
DEMAIS PODERES	57.933.486.173	60.476.766.217	63.839.329.649	3.362.563.432
PODER JUDICIÁRIO	39.771.457.086	41.517.424.052	44.446.559.973	2.929.135.921
Supremo Tribunal Federal	596.823.899	623.024.468	700.807.659	77.783.191
Superior Tribunal de Justiça	1.404.284.709	1.465.932.808	1.493.903.950	27.971.142
Justica Federal	10.271.651.685	10.722.577.194	11.369.286.770	646.709.576
Justica Militar da União	505.222.346	527.401.607	542.545.690	15.144.083
Justica Eleitoral	6.837.751.044	7.137.928.315	7.485.706.576	347.778.261
Justica do Trabalho	17.494.960.098	18.262.988.846	19.963.252.972	1.700.264.126
Justica do DF e Territórios	2.478.216.589	2.587.010.297	2.669.120.108	82.109.811
Conselho Nacional de Justiça	182.546.717	190.560.518	221.936.248	31.375.730
PODER LEGISLATIVO	11.648.560.411	12.159.932.213	12.418.555.883	258.623.670
Câmara dos Deputados	5.595.053.242	5.840.676.080	6.039.912.558	199.236.478
Senado Federal	4.118.428.411	4.299.227.418	4.328.572.636	29.345.218
Tribunal de Contas da União	1.935.078.758	2.020.028.716	2.050.070.689	30.041.973
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	6.005.838.559	6.269.494.871	6.398.251.671	128.756.800
Ministério Público da União	5.928.202.665	6.188.450.762	6.306.838.456	118.387.694
Conselho Nacional do Ministério Público da União	77.635.893	81.044.109	91.413.215	10.369.106
DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO	507.630.118	529.915.080	575.962.122	46.047.042

Tabela 10: Compensação do Poder Executivo aos Demais Poderes

R\$ 1,00

A. Limite do Poder Executivo	1.346.575.846.774
B. Possibilidade de compensação para os demais Poderes, conforme §§ 7º e 8º do Art. 107 do Adct [A X 0,25%]	3.366.439.617
C. Excesso aprovado no PLOA em relação aos limites da Ec 95 para os Órgãos dos demais Poderes, MPU e DPU	3.362.563.432



Tabela 11: Demonstração da Compatibilidade dos Limites do Poder Executivo com a Programação do Projeto de Lei Orçamentária para 2019

	R\$ 1,00
A. LIMITE DO PODER EXECUTIVO (Já descontada compensação aos demais Poderes)	1.343.213.283.342
B. DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS DO PODER EXECUTIVO (*)	1.637.991.212.773
B.1. SUBMETIDAS AO LIMITE	1.343.213.283.342
B.2. NÃO SUBMETIDAS AO LIMITE	294.777.929.431
C. EXCESSO [A - B.1]	0

(*) Inclusive transferências por repartição de receita e outros fatores que alteram o resultado.

REGRA DE OURO

METODOLOGIA DA APURAÇÃO E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA DIFERENÇA POSITIVA ENTRE A RECEITA POTENCIAL COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

A “Regra de Ouro” constitui norma fundamental para elaboração e gestão orçamentária, prescrita no Inciso III, do art. 167 da Constituição Federal:

“Art. 167 São vedados:

[...]

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.”

Assim, demonstra-se logo adiante a compatibilidade do presente Projeto de Lei Orçamentária para 2019 – PLOA 2019 com a norma constitucional acima descrita, que limita a programação do volume total de receitas com operações de crédito ao montante total de despesas de capital. De forma simétrica, veda que o excesso de operações de crédito em relação às despesas de capital seja destinado para despesas correntes, dado o equilíbrio da peça orçamentária, a menos que, durante a execução do orçamento, seja aprovado crédito adicional autorizando a utilização do excesso naquelas despesas correntes.



O PLOA 2019 aqui apresentado, em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, contém insuficiência equivalente à diferença positiva entre as receitas de operações de crédito previstas, autorizadas ou não na própria lei orçamentária, e o total das despesas de capital lá programadas. Isto é evidenciado a partir do montante total das potenciais operações de créditos em volume suficiente para equilibrar o orçamento, deduzidas do volume total de despesas de capital programadas no Projeto de Lei, que perfaz R\$ 258,2 bilhões conforme demonstrado abaixo:

Tabela 12: Montante de Operações de Créditos Necessárias à Cobertura do Déficit Orçamentário Corrente

	<i>R\$ milhões</i>
I - Total das Receitas de Operações de Crédito	1.424.029,8
<i>I.1. Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA</i>	<i>1.165.850,3</i>
<i>I.2. Não Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA - condicionadas</i>	<i>258.179,5</i>
II - Total das despesas de capital	1.165.850,3
III - Insuficiência da REGRA DE OURO - Orçamentos Fiscal e Seguridade Social	
<i>III.1. Considerando total das operações de crédito [I - II]</i>	<i>258.179,5</i>
<i>III.2. Considerando operações de crédito autorizadas na LOA [I.1 - II]</i>	<i>0,0</i>

Considerando o Orçamento de Investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, conforme o § 5º do art. 165 da Constituição, verifica-se suficiência de fontes que não operações de crédito para financiamento de despesas correntes, com uma margem de R\$ 114,9 bilhões. Para apuração deste valor, foi considerado o total do Orçamento de Investimentos das Estatais, integralmente composto por despesas de capital, deduzindo-se os recursos provenientes das receitas com operações de crédito, como também dos aportes do Tesouro provenientes do Orçamento Fiscal, já computados naquele Orçamento como despesa de capital/inversão financeira.



Tabela 13: Participação da União no Capital de Empresas (PUC) - PLOA 2019

Órgãos do Orçamento Fiscal e da Seguridade / Empresa recebedora do aporte / Ação Orçamento Fiscal e da Seguridade		R\$ 1,00
TOTAL		2.750.700.000
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - para Telebrás		1.000.000.000
00P8 - PUC - TELEBRÁS - Desenvolvimento e Lançamento de Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC		148.000.000
00PA - PUC - TELEBRÁS - Implementação da Infraestrutura para a Prestação de Serviços de Comunicação de Dados		852.000.000
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - para CDC		10.000.000
00MH - PUC - CDC - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos		5.000.000
00I9 - PUC - CDC - Construção e Pavimentação de Terminal de Contêineres no Porto de Fortaleza (CE)		5.000.000
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - para CODEBA		1.500.000
00MJ - PUC - CODEBA - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos		1.500.000
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - para CDP		2.000.000
00MG - PUC - CDP - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos		2.000.000
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - para CODERN		1.500.000
00MI - PUC - CODERN - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos		1.000.000
0EB6 - PUC - CODERN - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos no Terminal Salineiro de Areia Branca		500.000
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - para CODESA		26.500.000
00IT - PUC - CODESA - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios		5.000.000
00HH - PUC - CODESA - Construção de Berços nos Dolphins do Atalaia com Retroárea no Porto de Vitória (ES)		15.500.000
00MK - PUC - CODESA - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos		1.000.000
00JO - PUC - CODESA - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente		
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - para CODESP		81.500.000
00J8 - PUC - CODESP - Implantação do Sistema de Carga Inteligente e Cadeia Logística Inteligente		3.000.000
00M9 - PUC - CODESP - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios		1.000.000
009O - PUC - CODESP - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - No Município de Guarujá (SP)		35.500.000
00ML - PUC - CODESP - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos		1.000.000
0A45 - PUC - CODESP - Implantação da Avenida Perimetral Portuária no Porto de Santos - no Município de Santos (SP)		41.000.000
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - para CDRJ		24.700.000
00MA - PUC - CDRJ - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos		1.000.000
00HZ - PUC - CDRJ - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)		18.700.000
00JA - PUC - CDRJ - Implantação do Sistema de Apoio de Gestão de Tráfego de Navios		5.000.000
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil para INFRAERO		450.000.000
0E45 - PUC da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária		450.000.000
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para ECT		350.000.000
00R1 - PUC - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa "Adequação do Modelo Operacional dos Correios" Pertencente ao Programa DEZ em 1		350.000.000
Ministério da Defesa para EMGEPRON		800.000.000
00QJ - PUC - Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON - Recomposição do Núcleo Naval - Construção das Corvetas da Classe Tamandaré		800.000.000
Ministério das Minas e Energia para PPSA		3.000.000
0E90 - PUC - Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA)		3.000.000



Tabela 14: Margem da Regra de Ouro no Orçamento de Investimentos – OI

	<i>R\$ milhões</i>
I - Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais - OI	119.562,9
II - Operações de Crédito no Orçamento de Investimentos	1.872,9
III - Recursos do Tesouro para o Orçamento de Investimentos	2.750,7
IV - Margem da Regra de Ouro no OI (I - II - III)	114.939,3

A projeção para os exercícios de 2020 e 2021 da insuficiência da Regra de Ouro para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social é demonstrada abaixo. Tal projeção leva em conta um cenário para a evolução das receitas de operação de crédito e das despesas de capital, quais sejam investimentos, inversões financeiras e amortizações. Para as amortizações, além das previsões de vencimentos da Dívida Pública Federal é levado em conta que para fins de orçamento é necessária uma margem de segurança para acomodar eventuais choques no cenário macroeconômico e permitir atuações tempestivas na gestão da dívida pública quando for necessário, de forma a evitar custos ou volatilidade excessivos. Vale destacar que essa margem de risco considerada para as amortizações no cenário orçamentário tem efeito equivalente nas receitas de operações de crédito, e, dessa forma, é neutra para a insuficiência projetada.

Tabela 15: Estimativa da Insuficiência da Regra de Ouro 2019 a 2020 para os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

	<i>R\$ milhões</i>		
Discriminação	2019	2020	2021
I - Total das Receitas de Operações de Crédito	1.424.029,8	1.553.851,2	1.894.354,9
II - Total das despesas de capital	1.165.850,3	1.246.586,6	1.665.916,9
III - Insuficiência da REGRA DE OURO (I - II)	258.179,5	307.264,6	228.438,0

Conforme disposto na LDO 2019, o PLOA 2019 poderá conter, em órgão orçamentário específico, receitas de operações de crédito e programações de despesas correntes primárias, condicionadas à aprovação de projeto de lei de créditos suplementares ou especiais por maioria absoluta do Congresso Nacional, de acordo com o inciso III do art. 167 da Constituição.

Dessa forma, este PLOA 2019, a partir do valor global de operações de crédito que excede as despesas de capital antes demonstrado de R\$ 258,2 bilhões, discriminou programações referentes a despesas primárias correntes no Órgão específico 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa Prevista no Inciso III do art. 167 da Constituição, financiadas por meio de operações de créditos relativas a emissão de títulos da dívida pública de responsabilidade do Tesouro Nacional. Tais receitas e despesas são condicionadas à aprovação de projeto de lei de crédito suplementar a ser encaminhado ao Congresso Nacional, no exercício de 2019, após aprovada a Lei Orçamentária Anual, nos termos do Inciso III, do art. 167 da Constituição.



Tabela 16: ÓRGÃO 93000 - Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa Prevista no Inciso III do Art. 167 da Constituição – Despesas Correntes Primárias

	R\$ milhões
Benefícios Previdenciários Urbanos do Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	201.705,3
Benefícios de Prestação Continuada (BPC) da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)	30.000,0
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza - Bolsa Família	15.000,0
Subsídios e Subvenções Econômicas	9.000,0
Compensação ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS (Lei nº 12.546, de 2011)	2.474,2
Total	258.179,5

Com a aprovação do mencionado crédito suplementar pelo Poder Legislativo, por maioria absoluta, os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social tornar-se-iam totalmente equilibrados, com todas as receitas necessárias ao financiamento das despesas devidamente autorizadas. A situação do orçamento de 2019, após a aprovação do referido crédito, mantendo-se todos os outros fatores constantes, ficaria assim demonstrada:

Tabela 17: Demonstrativo da Regra de Ouro após Aprovação do Crédito Adicional nos Termos do Inciso III, Art. 167 da Constituição

RECEITAS		DESPESAS	
I - Total das Receitas de Operações de Crédito	1.424.029,8	I - Despesas Correntes	2.048.365,2
I.1. Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA	1.165.850,3	I.1. Autorizadas na Lei Orçamentária Anual - LOA	1.790.185,7
I.2. Autorizadas pelo crédito adicional aprovado por maioria absoluta	258.179,5	I.2. Autorizadas pelo crédito adicional aprovado por maioria absoluta	258.179,5
II - Total de Receitas Orçamentárias Não Operações de Crédito	1.838.179,6	II - Despesas de Capital	1.165.850,3
		III - Reserva de Contingência	47.993,8
TOTAL ORÇAMENTO	3.262.209,3	TOTAL ORÇAMENTO	3.262.209,3

A supracitada aprovação do crédito adicional, por maioria absoluta no Congresso Nacional, para as finalidades indicadas neste PLOA 2019, terá como objetivo autorizar que as operações de crédito que financiarão as despesas correntes programadas sejam ressalvadas do cálculo da regra de ouro. Assim, não apenas o orçamento se torna equilibrado, mas também se obtém as condições necessárias para cumprimento do disposto no inciso III, do artigo 167 da Constituição Federal e, por conseguinte, para a própria realização das operações de crédito requeridas no PLOA.

A insuficiência acima demonstrada de R\$ 258,2 bilhões pode ser apurada no PLOA 2019 a partir dos fatores que provocaram tal situação. De fato, como pode ser observado na Tabela 18 abaixo apresentada, tal insuficiência se deve à conjunção do déficit primário apurado no orçamento, despesas com juros e outras despesas correntes (as despesas de capital podem ser financiadas com operação de crédito como dita a Regra de Ouro), juntamente com a ausência de fontes financeiras que não operações de créditos para financiamento orçamentário.



Tabela 18: Demonstrativo da Insuficiência de Recursos para Cumprimento da Regra de Ouro Pelos Fatores Causadores

	<i>R\$ milhões</i>
1. Necessidade de operações de crédito (1.1 - 1.2)	1.424.029,8
1.1. Despesas	1.687.348,4
Déficit Primário Orçamentário	127.313,5
Despesas com juros	378.896,0
Despesas com amortização	1.045.939,1
Despesas com Inversões não primárias	76.137,5
Outras despesas financeiras	25.658,6
Reserva de contingência financeira	33.403,6
1.2. Receitas não primárias	263.318,6
Retorno de Financiamento e Refinanciamento de Dívidas de Médio e Longo Prazos (inclui retorno do BNDES, conforme cronograma de devolução de empréstimos)	40.843,9
Pagamento de Dívidas e EE & MM e Outros créditos	22.498,9
Remuneração da conta única	91.239,9
Resultado do BACEN	26.365,0
Recursos Próprios Financeiros	57.560,4
Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social	21.754,4
Outras receitas financeiras	3.056,1
2. Despesas de capital	1.165.850,3
Amortizações	1.045.939,1
Investimentos e Inversões primárias	43.773,7
Despesas com Inversões não primárias	76.137,5
Margem RO (2 - 1)	-258.179,5
MEMO: OUTROS FATORES EXTRA ORÇAMENTÁRIOS QUE AFETAM O RESULTADO PRIMÁRIO	
I. Ajuste Caixa/Competência	-2.025,1
II. Fabricação de Cédulas e Moedas	950,8
III. Empréstimos menos Retornos (Net Lending)	2.142,3
IV. Subsídio aos Fundos Constitucionais	8.113,4
V. Impacto Primário do FIES	2.505,1
(A) TOTAL (I + II + III + IV + V)	11.686,5
(B) Déficit Primário Orçamentário	127.313,5
(C) Déficit Primário Meta [A+B]	139.000,0



JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DAS PROGRAMAÇÕES CONSTANTES DO ÓRGÃO 93000
- PROGRAMAÇÕES CONDICIONADAS À APROVAÇÃO LEGISLATIVA PREVISTA NO INCISO
III DO ART. 167 DA CONSTITUIÇÃO

Para fins de seleção das programações constantes do Órgão 93.000, listadas na Tabela 16 anteriormente apresentada, foram utilizados os seguintes critérios: ser despesa corrente primária, conforme estabelecido no caput do art. 21; possuir em exercícios financeiros recentes o financiamento via emissão de títulos públicos; despesas que não serão realizadas nos primeiros meses do exercício financeiro, haja vista o tempo de tramitação e apreciação do crédito adicional no Poder Legislativo.

RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - METODOLOGIA DE CÁLCULO

O resultado primário das empresas estatais federais, pelo conceito “acima da linha”, é calculado com base no regime de caixa, no qual são consideradas apenas as receitas genuinamente arrecadadas pelas empresas e abatidas todas as despesas correntes e de capital efetivamente pagas, inclusive dispêndios com investimentos. Excluem-se as amortizações de operações de crédito e as receitas e despesas financeiras. Para a apuração do resultado nominal, são consideradas as receitas e as despesas financeiras.

Considerando que as receitas e as despesas constantes do Programa de Dispêndios Globais (PDG) das empresas estatais estão expressas segundo o regime de competência, para se chegar ao resultado primário, instituiu-se o item “Ajuste Critério Competência/Caixa”, no qual são identificadas as variações das rubricas Contas a Receber, Contas a Pagar e Receitas e Despesas Financeiras.

Para a apuração do resultado primário das empresas estatais federais para 2019, conforme disposto no art. 2º, § 1º, da LDO 2019, não foram considerados os dados do PDG das empresas dos Grupos Petrobras e Eletrobras. Os dispêndios das instituições financeiras estatais também não afetam o resultado fiscal, uma vez que, por praticarem apenas intermediação financeira, suas atividades não impactam a dívida líquida do setor público.

Para a apuração do resultado primário das estatais considera-se a receita oriunda da Venda de Bens e Serviços, Demais Receitas e ingressos decorrentes de aportes de capital. Destaca-se ainda que os fluxos de ingresso de recursos são medidos em regime caixa.

No que se refere à despesa considera-se: os gastos com Pessoal e Encargos Sociais; Materiais e Produtos representa a previsão de gastos com a aquisição de matérias-primas; produtos para revenda; compra de energia; material de consumo; Serviços de Terceiros; gastos com propaganda; publicidade e publicações oficiais; Tributos e Encargos Parafiscais; pagamento de aluguéis em geral; previsão de pagamentos de dividendos; inversões financeiras em outras empresas, inclusive em Sociedade de Propósito Específico – SPE etc.



No caso do Investimento, os gastos são destinados à aquisição de bens contabilizados no ativo imobilizado, necessários às atividades das empresas estatais do setor produtivo, exceto os bens de arrendamento mercantil, bem como benfeitorias realizadas em bens da União e benfeitorias necessárias à infraestrutura de serviços públicos concedidos pela União. Esses dispêndios estão compatíveis com o Orçamento de Investimento constante do Projeto da Lei Orçamentária para 2019.

No item Ajuste Metodológico, registra-se a previsão de descontos a serem concedidos pela Empresa Gestora de Ativos (Emgea), no exercício de 2019, nas renegociações dos contratos imobiliários, bem como as provisões para devedores duvidosos, ambas consideradas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) como despesas primárias.

Tabela 19:

<i>R\$ em milhões</i>	
DISCRIMINAÇÃO	PLOA 2019
I - Receitas Totais	41.070
II - Despesas Totais	39.548
Investimentos	4.125
Demais Despesas (*)	35.423
Resultado Primário Empresas Estatais	1.522

(*) Inclui ajuste metodológico

RECEITAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Para a definição dos limites de investimento, considerou-se a capacidade de geração de recursos pelas empresas estatais para financiar os seus dispêndios globais com despesas correntes e despesas de capital, com destaque para os investimentos em ativos imobilizados. Nesse sentido, foi observada a meta, em termos de Necessidade de Financiamento Líquido, em acordo com o art. 2º da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019 – LDO 2019, estabelecendo um déficit primário de R\$ 3,5 bilhões.

As fontes de financiamento dos investimentos, discriminadas na Tabela 20, indicam que significativo volume de gastos será custeado com recursos provenientes de receitas operacionais (95,4%), aportes do Tesouro Nacional no exercício e transferência de recursos em anos anteriores (2,6%), operações de crédito (1,6%) e outras receitas (0,3%).



Tabela 20 - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

R\$ milhões	
Descritores das Fontes	PLOA 2019
Recursos Próprios	114.076
<i>Geração Própria</i>	114.076
Recursos para aumento do Patrimônio Líquido	3.266
<i>Tesouro - Direto</i>	2.751
<i>Saldos de Exercícios Anteriores</i>	324
<i>Controladora</i>	191
<i>Outras Estatais</i>	0
Operações de Crédito de Longo Prazo	1.873
<i>Internas</i>	1.779
<i>Externas</i>	94
Outros Recursos de Longo Prazo	348
<i>Controladora</i>	0
<i>Outras Fontes</i>	348
Total	119.563

A proposta do Orçamento de Investimento – OI das Empresas Estatais Federais não dependentes, para o exercício de 2019, conterà a programação de gastos em ativos imobilizados de 84 empresas de diversos setores. O valor estimado consolidado será de R\$ 119,6 bilhões e financiará a execução de 245 projetos e 254 atividades. Cabe destacar que não foram computadas as entidades cujas programações constam integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social nem aquelas que não programaram investimentos.

A programação do OI segundo as funções de despesas orçamentárias é composto da seguinte forma: Energia (91,2%), Comércio e Serviços (5%), Comunicações (1,6%), Transporte (0,8%), Defesa Nacional (0,7%), Saúde (0,4%), Previdência Social (0,2%), Indústria (0,1%) e Agricultura (0,1%).

Em relação ao valor do OI para o próximo exercício, cabe observar que R\$ 49,4 bilhões ou 45,3% do valor dos investimentos na função de despesa orçamentária de “energia” se refere à aquisição de ativos imobilizados pela Petrobras da Petrobras Netherlands B. V. – PNBV. Essas aquisições iniciaram em 2018 com a finalidade de atender ao novo regime tributário do setor de óleo e gás, denominado Repetro-Sped, estabelecido pela Lei nº 13.586, em 28 de dezembro de 2017. Ressalta-se que o Repetro-Sped é o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural e tem o objetivo de equiparar o tratamento fiscal brasileiro ao de outros países, desonerando investimentos e promovendo um ambiente de negócios mais seguro, com regras e condições de competitividade aderentes ao mercado internacional.



PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

O orçamento para o exercício de 2019 prevê gastos da ordem de R\$ 351,36 bilhões, sendo R\$ 326,87 bilhões para o pagamento de pessoal ativo, inativos, pensionistas da União e sentenças judiciais, inclusive precatórios e requisições de pequeno valor, e R\$ 24,49 bilhões para custear as despesas decorrentes da Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público (CPSS). O crescimento dessas despesas sobre as de 2018, no valor de R\$ 324,44 bilhões, sendo R\$ 303,04 bilhões, relativos às despesas primárias de pessoal, constante do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 3º bimestre de 2018, e R\$ 21,40 bilhões, relativos às despesas financeiras decorrentes da CPSS, é de 8,30% para as despesas totais e de 7,86% para as despesas primárias. Do total das despesas primárias, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,1%, 10,8% e 84,4%, e os gastos totais da Defensoria Pública da União (DPU) e do Ministério Público da União (MPU) correspondem a 0,1% e 1,6%, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 21 - Quadro Pessoal

PLOA 2019							
	DESP. PRIMÁRIAS	DESP. FINANC.	TOTAL	PARTICIP. RELATIVA DESP. PRIMÁRIAS (%)	% da RCL LRF	RCL 2019	% de utilização
PODER	(a)	(b)	c=(a+b)	(d)	(e)	(f)	g=(a/f)
Legislativo	10,07	0,63	10,70	3,1%	2,500%		1,19%
Judiciário	35,28	4,57	39,85	10,8%			4,17%
Judiciário, excl. TJDFT	32,99	4,25	37,24		6,000%		3,90%
TJDFT	2,29	0,32	2,61		0,275%		0,27%
MPU	5,19	0,75	5,94	1,6%			0,61%
MPU, excl. MPDFT	4,51	0,65	5,16		0,600%		0,53%
MPDFT	0,68	0,10	0,78		0,092%		0,08%
DPU	0,33	0,05	0,38	0,1%			
Executivo	276,00	18,49	294,49	84,4%			32,60%
Executivo, excl. Ex-Territórios, Sentenças e FCDF	253,44	17,50	270,94		37,900%		29,93%
Ex-Território de Roraima	1,50	0,05	1,55		0,160%		0,18%
Ex-Território do Amapá	1,47	0,06	1,53		0,273%		0,17%
FCDF	12,49	0,17	12,66		2,200%		1,48%
Sentenças Judiciais	7,10	0,71	7,81				
TOTAL	326,87	24,49	351,36	100,0%	50,00%	846,75	38,57%



Esse crescimento na despesa de pessoal previsto para 2019 decorre basicamente:

- Da anualização do aumento remuneratório concedido aos servidores do Poder Judiciário e do MPU, por intermédio das Leis nºs 13.317 e 13.316, ambas de 20 de julho de 2016, respectivamente, aos docentes do Ministério da Educação, conforme a Lei nº 13.325, de 29 de julho de 2016; e aos servidores do plano de carreiras e cargos de ciência, tecnologia, produção e inovação em saúde pública da Fiocruz, previsto na Lei nº 13.326, de 29 de julho de 2016;
- Do reajuste dos servidores civis e militares das Forças Armadas, nos termos das Leis nºs 13.302, 13.316, 13.317, 13.320, 13.321, 13.323, 13.324, 13.325, 13.326, 13.327, 13.328 e 13.371, 13.412, todas de 2016, e 13.457, e 13.464, de 2017;
- De acordos coletivos de trabalho de empresas estatais dependentes;
- Da inclusão de servidores civis e militares dos extintos Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá em Quadro em Extinção da Administração Pública Federal, em cumprimento ao disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017;
- Da anualização de provimentos de cargos efetivos ocorridos em 2018;
- De acréscimo ao limite do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), nos termos da Lei nº 10.633, de 27 de dezembro de 2002 e dos efeitos do Acórdão nº 1224/2018-TCU-Plenário, que determinou a restituição aos cofres do referido Fundo dos valores relativos às retenções previdenciárias dos servidores civis e dos militares adicionalmente ao limite fixado pela referida Lei;
- De outras despesas decorrentes do crescimento vegetativo da folha de pagamento de pessoal e encargos sociais.
- Do cumprimento do Art. 27, §8º da LDO-2019.

A despesa total com pessoal e encargos sociais, projetada para 2019, do Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União (TCU), representa 1,19% da receita corrente líquida estimada para o exercício; a do Poder Judiciário, 4,17%; a do Poder Executivo, 32,6%; e a do MPU, 0,61%. O total que se projeta para a despesa de pessoal da União equivale, portanto, a 38,57% da receita corrente líquida prevista para 2019. Nessas condições, o limite global apontado na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), está cumprido, mesmo sem computar todas as deduções ao referido limite permitidas pela citada Lei.

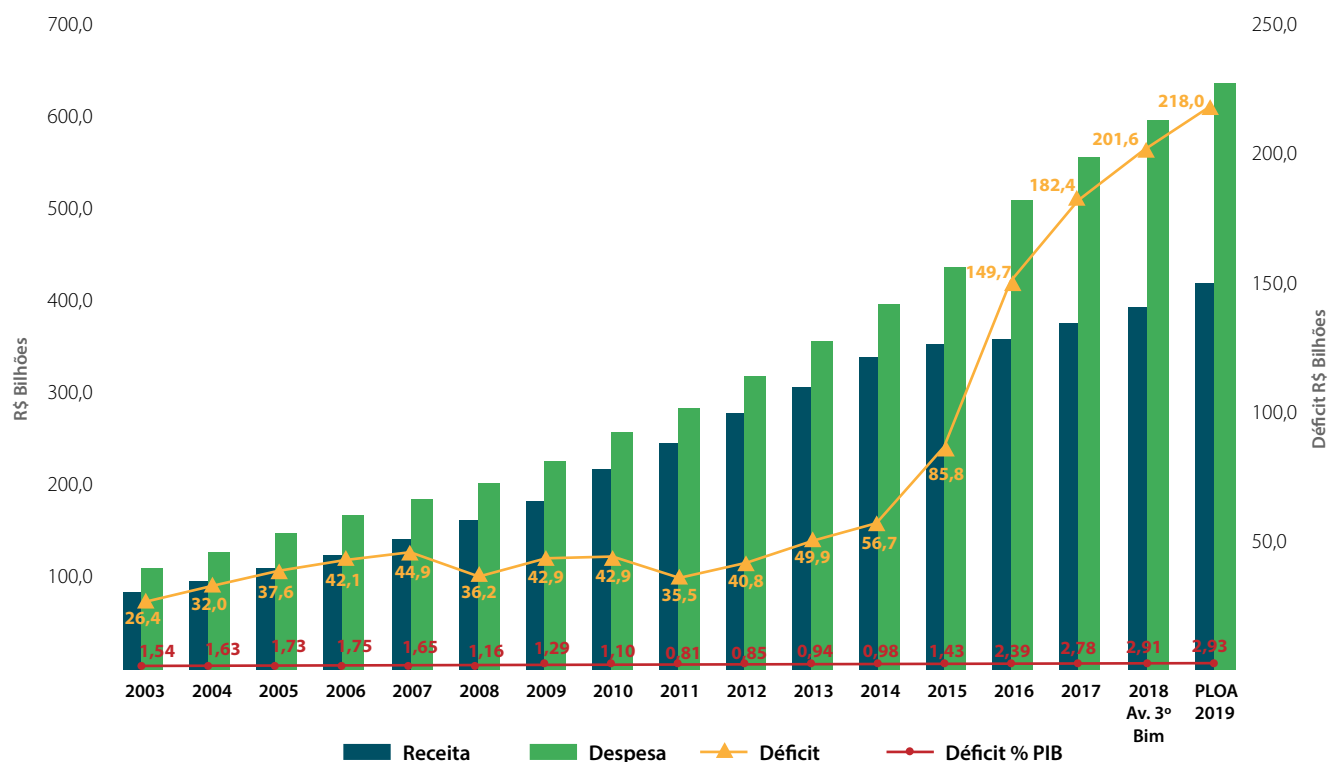


SISTEMAS PREVIDENCIÁRIOS

Regime Geral de Previdência Social

O resultado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é constituído pela diferença entre as contribuições para a Previdência Social, feitas por trabalhadores e empregadores, e o pagamento de benefícios previdenciários aos trabalhadores do setor privado, além das sentenças judiciais associadas ao Regime. Conforme demonstra o Gráfico 1, a tendência do resultado do RGPS foi, até 2006, de déficits crescentes em percentual do PIB. Entre 2007 e 2011, há reversão dessa perspectiva, com o déficit passando a oscilar ano a ano sem esboçar tendência clara de crescimento ou redução. Após 2011, a tendência é de crescimento do déficit, e, para a adequada compreensão da sua dinâmica, é preciso considerar tanto os movimentos de receitas quanto de despesas associadas ao Regime.

Gráfico 1: Evolução do Resultado do RGPS

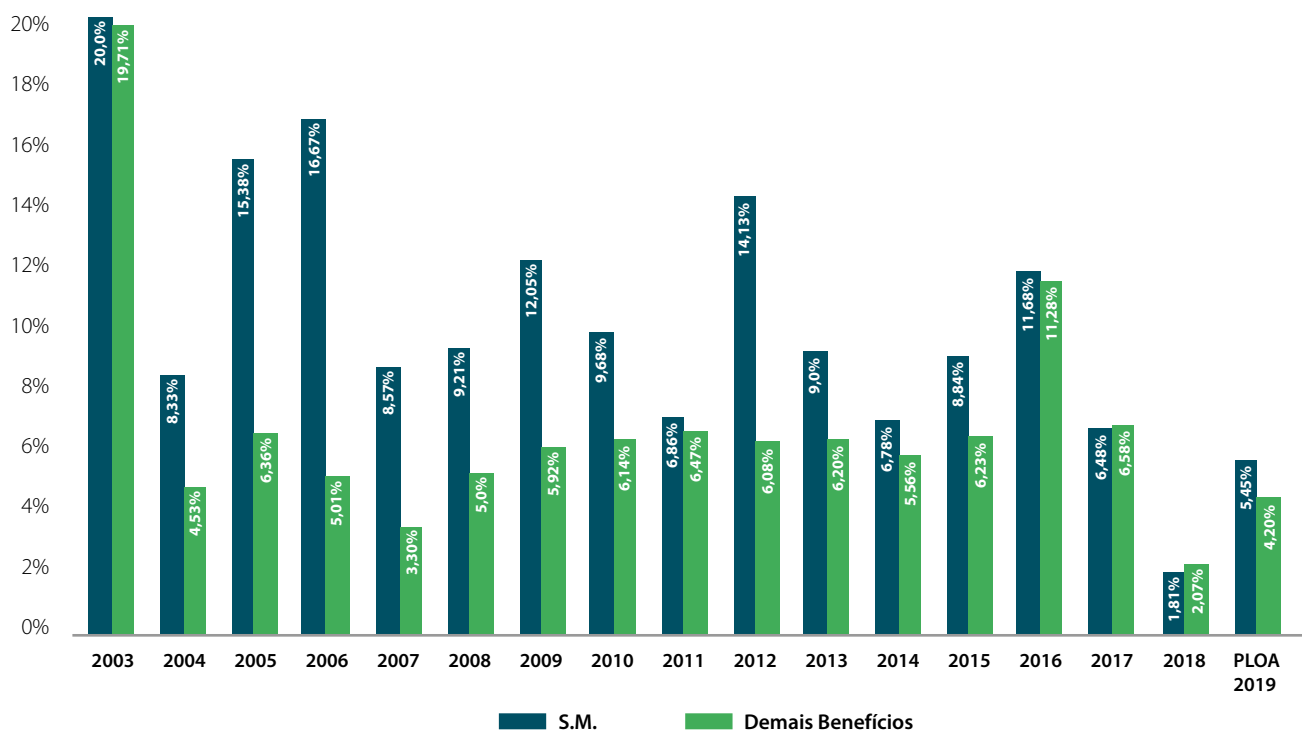


Elaboração: SOF/MP.



Do ponto de vista das despesas, além do crescimento vegetativo dos benefícios, os reajustes concedidos ao salário mínimo e aos demais benefícios são fatores de significativo impacto sobre o déficit do RGPS. O Gráfico 2 mostra os percentuais de reajuste concedidos desde 2002. Observa-se que os reajustes para o salário mínimo, até o ano passado, são superiores aos concedidos aos demais benefícios, que tendem a acompanhar a inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC). Os aumentos dos benefícios até um salário mínimo foram mais relevantes nos anos de 2005, 2006 e 2012, quando o valor do salário mínimo cresceu 15,38%, 16,67% e 14,13%, respectivamente. Em 2015 e 2016, não houve crescimento real do PIB, então a correção do salário mínimo em 2017 e 2018 foi igual ao INPC. Devido ao crescimento real do PIB de 1,00% em 2017, o reajuste do salário mínimo para 2019 será superior ao concedido aos demais benefícios.

Gráfico 2: Reajustes concedidos ao Salário Mínimo e Demais Benefícios



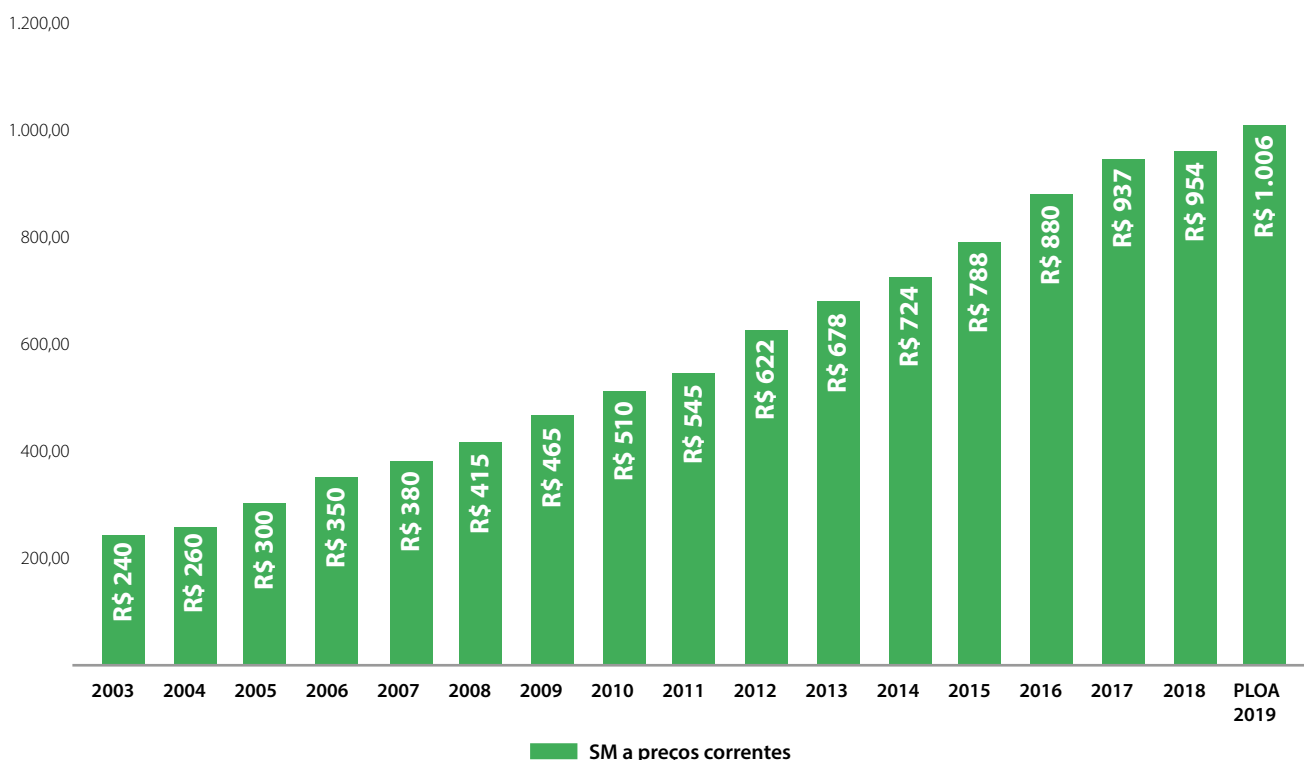
Fonte: SOF/MP.

A política de valorização do salário mínimo gerou aumento do poder de compra da população de mais baixa renda, com ganhos reais significativos. Se trazidos a valores reais de 2019, considerando como deflator o INPC médio no ano, observa-se tendência crescente entre 2003 e 2017. Os valores ultrapassaram a marca de R\$ 600,00 no ano de 2005, de R\$ 900,00 em 2012 e de R\$ 1.000,00 em 2017.



A política de valorização do salário mínimo foi prorrogada até 2019 por meio da Lei nº 13.152, de 29 de julho de 2015, a qual estabelece que a correção do salário mínimo para 2019 será calculada pela variação do INPC estimado para o exercício de 2018 mais o crescimento do PIB real em 2017. Para 2019, haverá aumento real do salário mínimo, pois houve crescimento do PIB real no período de referência. Dessa forma, o salário mínimo deve atingir o patamar de R\$ 1.006,00. O Gráfico 3 mostra a evolução do valor do salário mínimo.

Gráfico 3: Evolução do Salário Mínimo



Fonte: SOF/MP

Em análise anual mais detalhada do déficit (Gráfico 1), observa-se que, após 2011, houve elevação do resultado deficitário, cuja razão maior é a diminuição na arrecadação devido a fatores como queda na atividade econômica, na taxa de crescimento da massa salarial nominal, conjugada com a manutenção de reajustes elevados nas despesas previdenciárias. Para 2019, projeta-se que o déficit do RGPS aumenta tanto em termos nominais quanto em proporção do PIB. A massa salarial nominal, que é um dos principais parâmetros para projeção de tais receitas, apresenta, para 2019, variação de 7,54% em relação a 2018, conforme projeção da SPE.

A projeção do RGPS aponta para déficit de R\$ 218,0 bilhões, ou 2,93% do PIB. O reajuste do salário mínimo será de 5,45%, a partir de janeiro de 2019, conforme regra contida no art. 1º da Lei nº 13.152, de 2015. O crescimento vegetativo considerado foi de 3,50%, associado à expectativa de crescimento do número de beneficiários e do valor médio dos benefícios.



Importante destacar que foi considerada na projeção de despesas para 2019 a sétima de dez parcelas anuais referentes ao montante atrasado, decorrentes de decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) da 3ª Região. Após a alteração do art. 202 da Constituição, pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, a Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, procedeu à substituição da técnica de cálculo dos benefícios. O Decreto nº 3.265, de 29 de novembro de 1999, ao regulamentar as alterações, estabeleceu que, na hipótese de contar o segurado com menos de 144 contribuições (hipótese possível para os benefícios citados), seria considerada a integralidade dos salários de contribuição. Essa sistemática trazia o valor da média para baixo, pelo que foram ajuizadas inúmeras ações questionando a legitimidade da regulamentação. As regras de cálculo foram revogadas pelo Decreto nº 6.939, de 18 de agosto de 2009, que lançou parâmetros compatíveis com a literalidade das alterações trazidas pela Lei nº 9.876, de 1999.

Salienta-se que o resultado do RGPS não sofreu impactos decorrentes da publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que alterou a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários de diversos setores econômicos. Seguindo o que determina o inciso IV do art. 9º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, a União compensará o Fundo do Regime Geral de Previdência Social (FRGPS) no valor correspondente à estimativa de renúncia previdenciária decorrente da desoneração, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro do RGPS.

Considerando os fatores citados, a projeção da despesa total em 2019, com benefícios, atingiu R\$ 637,8 bilhões, sendo R\$ 619,4 bilhões relativos a benefícios normais, R\$ 14,8 bilhões destinados ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 3,7 bilhões referentes à compensação entre o RGPS e os demais regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre o RGPS e os RPPS – Comprev). Por sua vez, a estimativa de arrecadação líquida é de R\$ 419,8 bilhões, considerando-se aumento da massa salarial nominal de 7,54%.

A Tabela 22 detalha a estimativa do déficit do RGPS e principais parâmetros adotados.

Tabela 22: Resumo do Resultado do RGPS e Parâmetros Adotados

Descrição	R\$ milhões PLOA 2019
Arrecadação	419.812
Benefícios	637.852
Benefícios normais	619.373
Precatórios e sentenças	14.784
Comprev	3.694
Resultado	-218.040
Hipóteses adotadas	
Massa salarial nominal (%)	7,54%
Reajuste do salário mínimo (%)	5,45%
Valor do salário mínimo (R\$)	1006,00
Reajuste dos demais benefícios (%)	4,20%

Fonte: SPE/MF e SOF/MP.



REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS E INATIVIDADE REMUNERADA E PENSÕES MILITARES

Por meio da Portaria Conjunta nº 01, de 13 de abril de 2017, da Secretaria de Previdência (SPREV) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ambas do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (SEPLAN) e da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relação do Trabalho no Serviço Público (SEGRT), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, foi instituído grupo de trabalho com o objetivo de avaliar e aperfeiçoar as metodologias de apuração do resultado financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União.

Como conclusão do grupo, buscou-se a harmonização dos conceitos e procedimentos relativos aos registros das receitas, despesas e resultados do RPPS da União, nos demonstrativos fiscais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento Federal (SIOP).

Desta forma, a metodologia de cálculo do resultado do RPPS utilizada no PLOA 2019 e apresentada nesta mensagem, está de acordo com a metodologia utilizada no Relatório Resumido de Execução Orçamentária publicado pela STN, exceto quanto às sentenças judiciais, uma vez que a separação entre ativo e inativo se dá na execução, em nível de subelemento. Sendo assim, para uma maior comparabilidade entre o PLOA 2019 e a execução de 2018, as sentenças foram apartadas do cálculo.

Resultado do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais

O déficit projetado para o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União para 2019 é de R\$ 44,31 bilhões, correspondendo a 0,60% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 4 mostra que o déficit nominal, após longo período de trajetória ascendente até 2018, apresenta leve redução em 2019. Já no tocante ao déficit como percentual do PIB, observa-se redução em 2019 em comparação com o projetado para 2018.



Gráfico 4: Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS (% PIB)

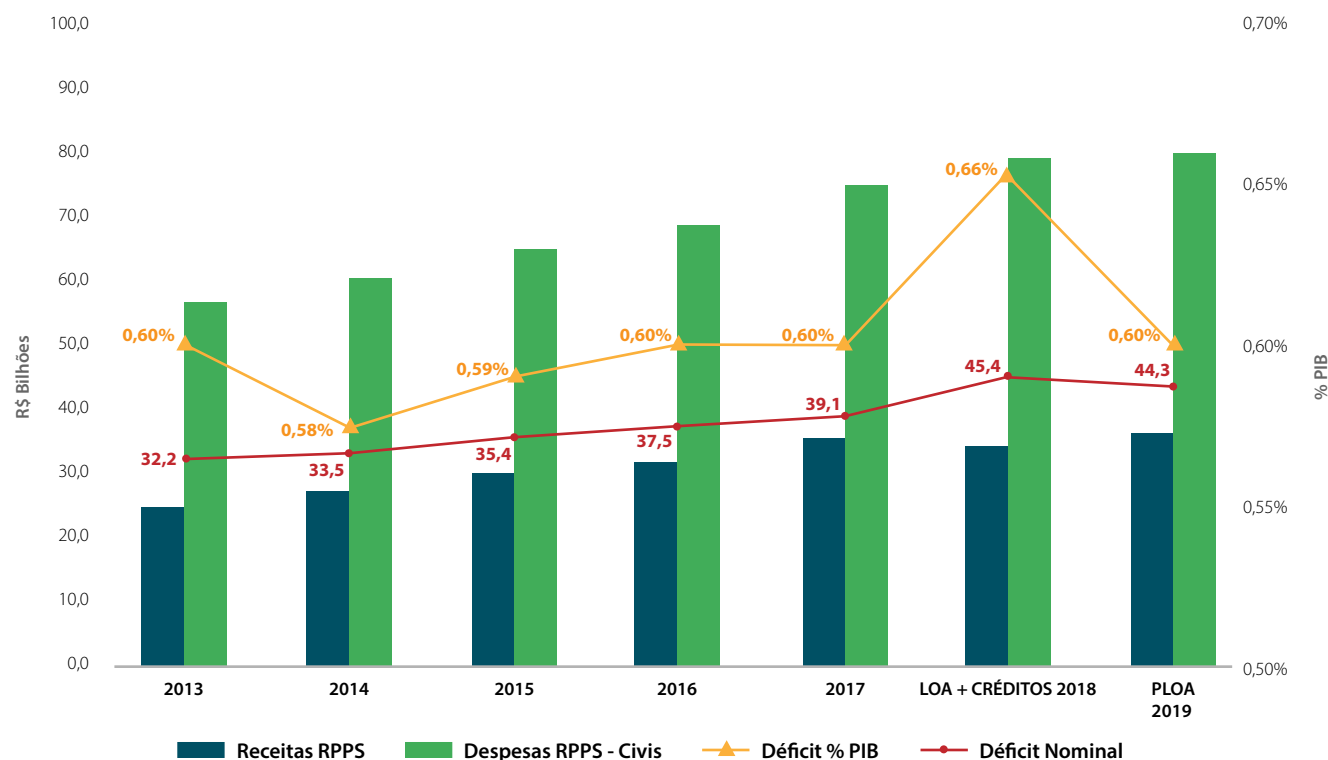


Tabela 23 – Resultado do Regime Próprio dos Servidores Cíveis da União

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2018	PLOA 2019
RPPS - CIVIS			
RECEITAS DO RPPS - CIVIS		33.951,6	36.121,9
Contribuição do Servidor para o RPPS		13.804,7	14.540,2
Contribuição Patronal para o RPPS		20.146,9	21.581,7
DESPESAS DO RPPS - CIVIS		79.380,9	80.433,2
Aposentadorias e Pensões - Cíveis (inclusive ex-Territórios)	0181	79.218,7	80.272,0
Aposentadorias e Pensões do Extinto Instituto de Previdência dos Congressistas	0397	162,3	161,2
RESULTADO RPPS - CIVIS		-45.429,3	-44.311,3

Os preceitos legais do RPPS são regidos pelo art. 40 da Constituição Federal. Uma reforma importante consubstanciou-se na Emenda Constitucional (EC) nº 20, de 15 de dezembro de 1998, que alterou as regras de concessão de aposentadoria, antes contabilizada por tempo de serviço, para se encaixar em um regime de previdência de caráter contributivo, observando critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.



Com a EC nº 41, de 19 de dezembro de 2003, houve o fim da paridade de remuneração entre servidores ativos e inativos e a instituição de contribuição para aposentados e pensionistas. Além disso, a EC nº 41, de 2003, empreendeu modificações pontuais nos critérios de elegibilidade e nas fórmulas de cálculo do valor dos benefícios e previu a criação de regime de previdência complementar para os servidores públicos. A Lei nº 10.887, de 2004, determinou que a contribuição patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor seria o dobro da contribuição do servidor estabelecida, até então, em 11%.

A EC nº 47, de 5 de julho de 2005, por sua vez, promoveu outras alterações, entre as quais:

- Instituição da paridade plena entre ativos e inativos para os servidores que ingressaram até a data da promulgação da EC nº 41, de 2003;
- Introdução de regra de transição que diminui em um ano a idade mínima de aposentadoria para cada ano trabalhado, além do tempo mínimo de contribuição;
- Diminuição da base de incidência da contribuição previdenciária para os inativos portadores de doença incapacitante que recebam proventos até duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS, medida essa que, para ser efetivamente implementada, necessita de regulamentação; e
- Abertura de espaço para que leis complementares institua critérios diferenciados para a aposentadoria dos servidores com deficiência, dos que exerçam atividades de risco e daqueles cujas atividades ofereçam risco à saúde.

Outra inovação no campo do RPPS foi a promulgação da Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, que transferiu do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) para a Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda (RFB/MF) a competência para normatizar, cobrar, fiscalizar e controlar a arrecadação da contribuição destinada ao custeio do RPPS do servidor público federal.

Em atendimento ao disposto na EC nº 41, de 2003, foi promulgada, em 30 de abril de 2012, a Lei nº 12.618, que instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo da União, suas autarquias e fundações, inclusive para os membros do Poder Judiciário, do Ministério Público da União (MPU) e do Tribunal de Contas da União (TCU). De acordo com a referida Lei, poderão ser criadas até três entidades fechadas de previdência complementar, uma para cada Poder, denominadas Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo (Funpresp-Exe), Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Legislativo (Funpresp-Leg) e Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud).

Com o advento das entidades fechadas de previdência complementar, os servidores que ingressaram no serviço público a partir de 31 de janeiro de 2013, e aqueles que por elas optarem, terão teto de aposentadoria igual ao dos beneficiários do RGPS.



O objetivo das Fundações é garantir complementação à aposentadoria dos servidores participantes que possuam renda superior ao teto dos beneficiários do RGPS. As fundações disponibilizarão aos seus participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida, conforme estipulado no § 15 do art. 40 da Constituição. O valor a ser recebido pelo servidor, ao se aposentar, dependerá das contribuições efetuadas ao longo dos anos trabalhados e da capitalização dos investimentos realizados pela Fundação, que conta em seu Conselho Deliberativo com três representantes do patrocinador (União) e três representantes dos servidores optantes pelos planos de benefícios administrados pelas Fundações.

As contribuições do patrocinador e do participante incidem sobre a parcela da base de contribuição que exceder o teto dos beneficiários do RGPS. A alíquota da contribuição do participante será por ele definida anualmente, observado o disposto no regulamento do plano de benefícios, e a alíquota da contribuição do patrocinador será igual à do participante e não poderá exceder o percentual de 8,5%.

De acordo com a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, o prazo para o exercício da opção de migração o regime de previdência complementar encerrou-se no dia 29 de julho de 2018.

Inatividade Remunerada e Resultado da Pensões de Militares

As sucessivas alterações constitucionais e na legislação infralegal, relativas à criação do Regime Próprio de Previdência do Servidor Público Federal (RPPS), não incluíram os militares das Forças Armadas, implicando a conclusão de que o pagamento feito aos militares inativos não estaria sujeito a um regime previdenciário, e sim, administrativo. Entretanto, tal conclusão não deve ser aplicada às pensões militares.

Por intermédio do Parecer nº 00016/2015/ASSE/CGU/AGU, de 2 de junho de 2015, a Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União (CGU/AGU) emitiu entendimento sobre o assunto, afirmando que não é possível tratar do Regime Próprio de Previdência dos Militares, por ausência de um Plano de Custeio paralelo a um Plano de Benefício.

O déficit projetado para as pensões de militares para 2019 é de R\$ 18,4 bilhões, correspondendo a 0,25% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 5 mostra que o déficit nominal permanece com tendência de crescimento. Para o próximo ano, estima-se um crescimento de 2,13% do déficit nominal em relação a 2018.



Gráfico 5: Evolução da Receita, Despesa e Déficit das Pensões Militares (% PIB)

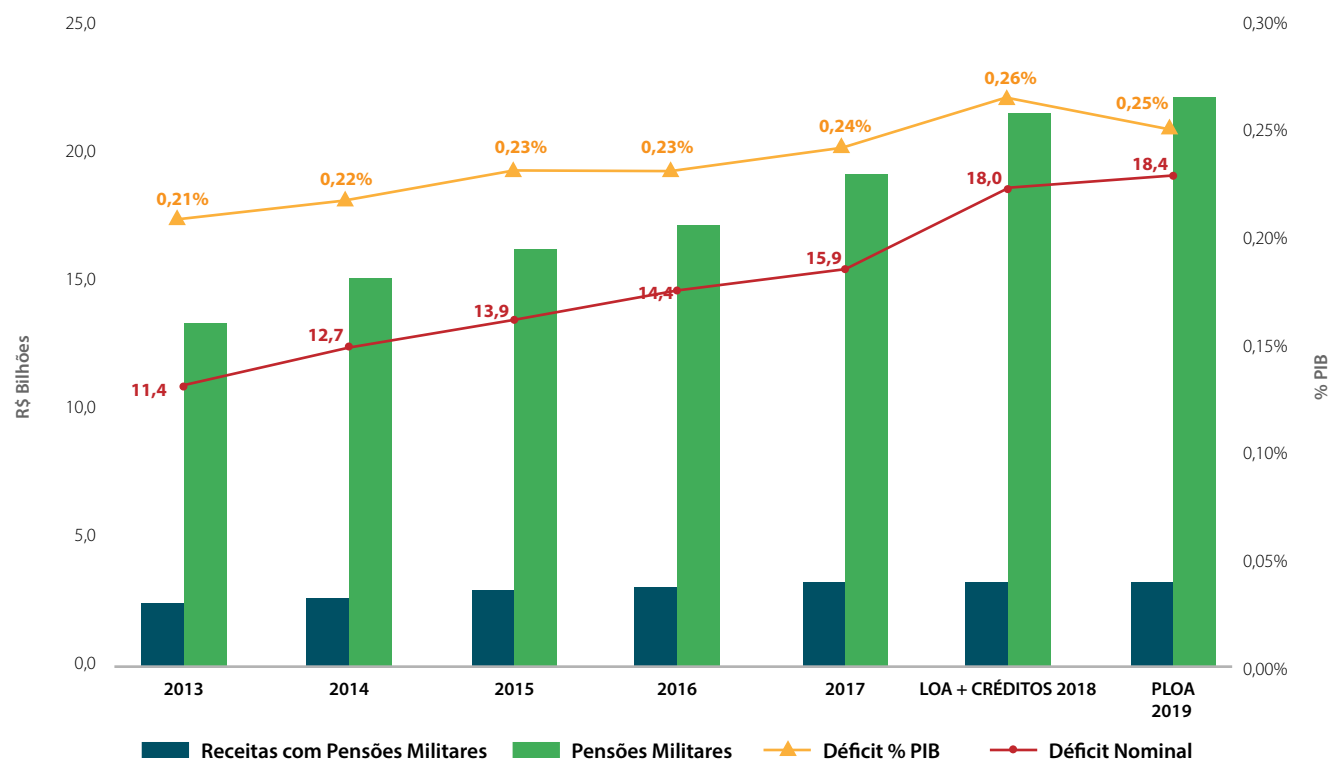


Tabela 24 – Déficit das Pensões Militares da União

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2018	PLOA 2019
PENSÕES MILITARES			
RECEITAS DE PENSÕES MILITARES		3.253,8	3.323,1
Contrib para Custeio das Pensões Militares das Forças Armadas - com DRU		3.218,8	3.287,8
Contrib para Custeio das Pensões Militares dos Ex-Territórios - com DRU		35,0	35,3
DESPESAS COM PENSÕES MILITARES		21.269,9	21.723,0
Pensões Militares das Forças Armadas	0179	20.431,5	20.685,5
Pensões Militares do Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	00QD	838,4	1.037,5
RESULTADO PENSÕES MILITARES		-18.016,1	-18.399,9



Tabela 25 – Inatividade Remunerada dos Militares da União

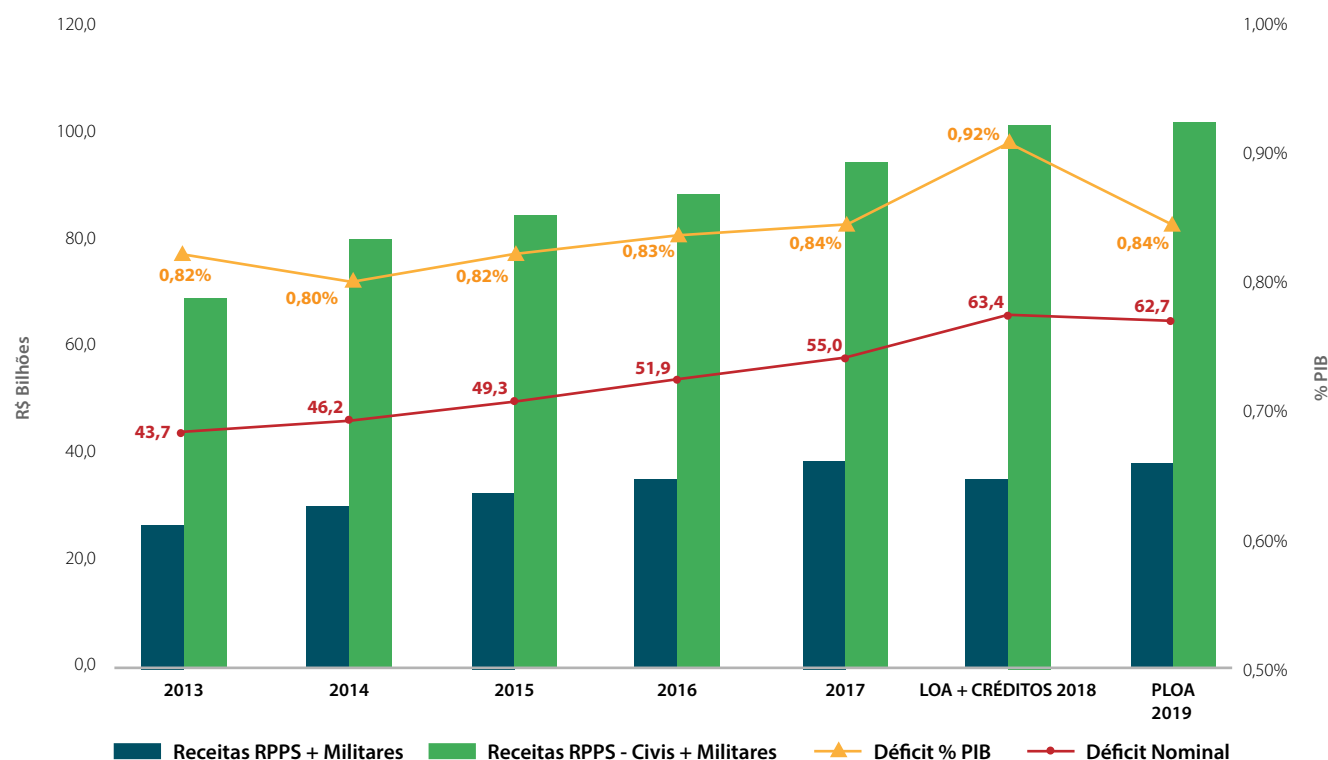
R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2018	PLOA 2019
INATIVOS MILITARES			
DESPESAS COM INATIVOS MILITARES		24.578,6	24.898,8
Inativos Militares das Forças Armadas	214H	23.764,0	24.058,5
Inativos Militares dos Ex-Territórios e do Antigo Estado da Guanabara	218K	814,6	840,3
RESULTADO INATIVOS MILITARES		-24.578,6	-24.898,8

Situação consolidada dos Resultados do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Federais e das Pensões de Militares

O déficit total projetado para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis da União e das pensões militares para 2019 é de R\$ 62,71 bilhões, correspondendo a 0,84% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 6 mostra que o déficit nominal apresenta leve redução em 2019. Para o próximo ano, estima-se uma redução do déficit nominal em 1,16% em relação a 2018.

Gráfico 6: Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS e das Pensões de Militares (% PIB)



Situação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Civis do Fundo Constitucional do Distrito Federal

O déficit total projetado para o custeio do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores civis do Distrito Federal e dos pensionistas militares custeados com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal para 2019 é de R\$ 820,56 milhões, correspondendo a 0,011% do PIB previsto para o mesmo ano. O Gráfico 7 mostra que o déficit nominal apresenta leve aumento em 2019. Para o próximo ano, estima-se um aumento do déficit nominal em 1,96% em relação a 2018.

Gráfico 7: Evolução da Receita, Despesa e Déficit do RPPS do FCDF

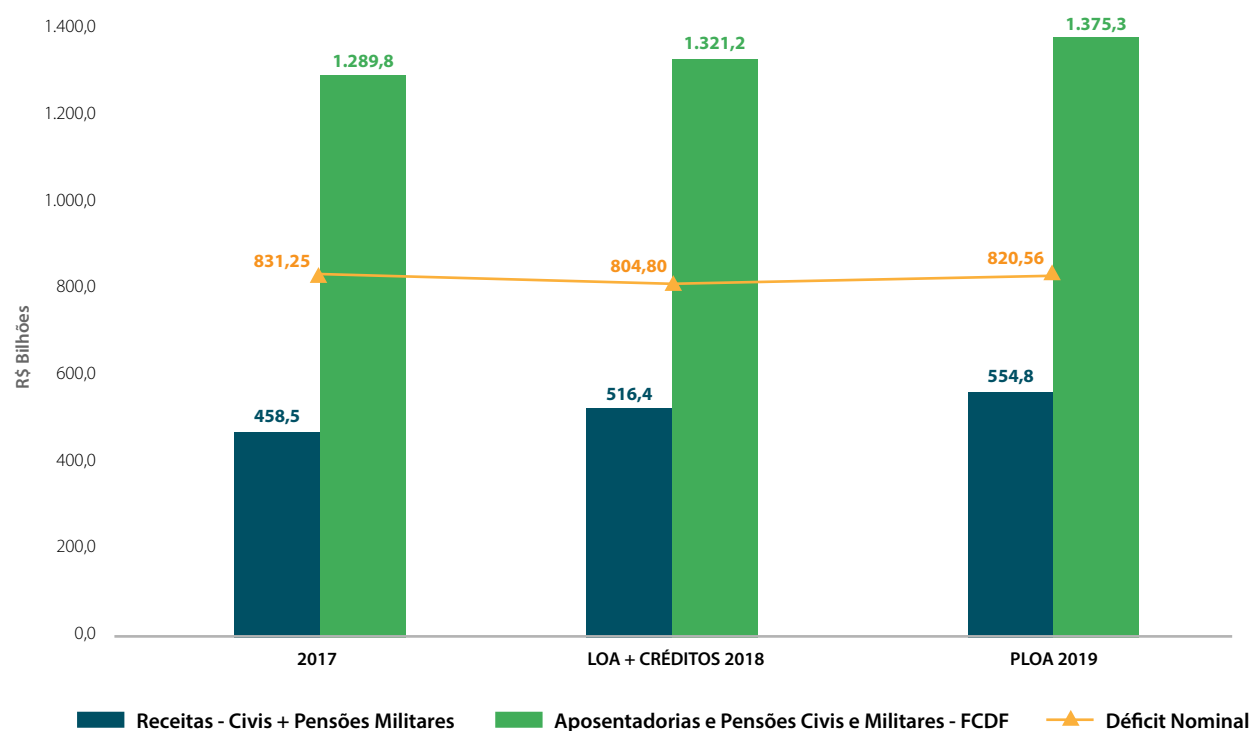


Tabela 26 – Déficit do RPPS e Despesas com Inativos Militares do FCDF

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO	COD AÇÃO a partir de 2018	LOA + CRÉDITOS 2018	PLOA 2019
FCDF			
RECEITAS DO FCDF - Cíveis		276,4	313,1
Fonte 156 - Contribuição do Servidor para o RPPS - FCDF		123,9	140,3
Fonte 969 - Contribuição do Servidor para o RPPS - FCDF		152,5	172,8
DESPESAS DO FCDF - Cíveis		905,7	958,8
Aposentadorias e Pensões PCDF - FCDF	00QN	905,7	958,8
RESULTADO DO FCDF CÍVIL		-629,3	-645,7
RECEITAS DO FCDF - Pensões Militares		239,9	241,7
Fonte 123 - Contrib para Custeio das Pensões Militares do GDF - FCDF - com DRU		239,9	241,7
DESPESAS DO FCDF - Pensões Militares		415,4	416,5
Pensões Militares da PMDF e do CBMDF - FCDF	00Q2	415,4	416,5
RESULTADO DO FCDF PENSÕES MILITARES		-175,5	-174,8
DESPESAS COM INATIVOS MILITARES		1.639,0	1.598,6
Pessoal Inativo da PM e do CBMDF - FCDF	00NS	1.639,0	1.598,6
RESULTADO DO FCDF INATIVOS MILITARES		-1.639,0	-1.598,6
RESULTADO DO FCDF		-2.443,8	-2.419,2



Capítulo 4

AGÊNCIAS FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO



Aplicações em Operações de Crédito

Investimentos no Ativo Imobilizado das Instituições Financeiras

APLICAÇÕES EM OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Para 2019, as agências financeiras oficiais de fomento (instituições financeiras) pretendem ampliar recursos para aplicações em operações de crédito em R\$ 58,0 bilhões.

Neste contexto, destacam-se: o setor Rural apresenta uma redução no fluxo de aplicações na ordem de 7,3%, passando de R\$ 21,9 bilhões em 2018, para R\$ 20,3 bilhões em 2019; o setor Industrial apresenta redução de 347,5%, passando de R\$ 1,8 bilhão em 2018, para R\$ 4,6 bilhões negativos em 2019; o setor de Habitação mostra aumento do fluxo de aplicações de R\$ 28,0 bilhões negativos em 2018 para R\$ 17,1 bilhões positivos em 2019; o setor Outros Serviços sofrerá uma redução de 17,4% em relação a 2018; e o setor de Comércio, mostra uma redução líquida de R\$ 8,6 bilhões em relação à 2018.

Os dados detalhados sobre os valores relativos à aplicação dos recursos, por agência, região, unidade da Federação, setor de atividade, porte do tomador do empréstimo, fonte de recursos, recebimentos no período e saldos atuais, serão disponibilizados no conjunto das informações complementares a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.



INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O conjunto das instituições financeiras federais destinou, na proposta do Orçamento de Investimento para o exercício de 2019, R\$ 5,7 bilhões para os gastos com aquisição e manutenção de bens classificados no Ativo Imobilizado, exclusive dispêndios vinculados a operações de arrendamento mercantil.

Desse montante, cerca de R\$ 2,3 bilhões estão reservados aos projetos que envolvem Manutenção da Infraestrutura de Atendimento por todo o território nacional.

Para aplicação em Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento, os recursos previstos para o conjunto das instituições financeiras são da ordem de R\$ 2,0 bilhões.

Do total de investimentos propostos para o exercício de 2019, as instituições Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) são responsáveis por dispêndios correspondentes a 48% e 46 %, respectivamente.



Anexos

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS



Empresas do Setor Produtivo

Empresas do Setor Financeiro

EMPRESAS DO SETOR PRODUTIVO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

22000 M. AG., PEC. E ABASTECIMENTO

22208 CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.817.169	Receitas Correntes	52.917.024
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.750.000	Total das Fontes	52.917.024
Imobilizado	1.750.000	Variação Patrimonial	-182.430
Outras Despesas de Capital	67.169	Variação do Disponível	-4.423.096
Despesas Correntes	46.494.329		
Despesas de Pessoal	25.044.581		
Despesas com Dirigentes	1.291.751		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	265.289		
Materiais e Produtos	538.856		
Serviços de Terceiros	12.902.908		
Tributos	4.067.993		
Despesas Financeiras	155.233		
Outras Despesas Correntes	2.227.718		
Total dos Usos	48.311.498	Total Líquido das Fontes	48.311.498

22209 COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	966.700	Receitas de Capital	7.502.720
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	966.700	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	7.502.720
Imobilizado	966.700	Receitas Correntes	20.458.659
Despesas Correntes	24.314.772	Total das Fontes	27.961.379
Despesas de Pessoal	11.862.717	Variação Patrimonial	-3.028.408
Despesas com Dirigentes	702.141	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	17.115
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	282.865	Variação do Disponível	331.386
Materiais e Produtos	1.189.641		
Serviços de Terceiros	4.329.230		
Tributos	2.602.673		
Despesas Financeiras	285.609		
Outras Despesas Correntes	3.059.896		
Total dos Usos	25.281.472	Total Líquido das Fontes	25.281.472

22212 CEAGESP - COMPANHIA DE ENTREPOSTOS E ARMAZÉNS GERAIS DE SÃO PAULO R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	59.219.000	Receitas de Capital	77.692.958
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	59.219.000	Alienação de Valores e Bens	77.342.958
Imobilizado	59.219.000	Participação nos Resultados	350.000
Despesas Correntes	304.959.119	Receitas Correntes	293.575.112
Despesas de Pessoal	117.520.397	Total das Fontes	371.268.070
Despesas com Dirigentes	2.323.887	Variação Patrimonial	-1
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	524.568	Variação do Disponível	-7.089.950
Materiais e Produtos	3.168.380		
Serviços de Terceiros	87.499.906		
Tributos	35.641.733		
Despesas Financeiras	65.274		
Outras Despesas Correntes	58.214.974		
Total dos Usos	364.178.119	Total Líquido das Fontes	364.178.119



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

24000 M.CIÊNCIATEC.INOV.COMUNICAÇÕES

24213 CORREIOS PARTICIPAÇÕES S/A

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	34.300.000	Receitas de Capital	50.000.000
Inversões Financeiras	34.300.000	Aumento do Patrimônio Líquido	50.000.000
Despesas Correntes	28.874.870	Aportes de Empresas Estatais	50.000.000
Despesas com Dirigentes	2.850.328	Receitas Correntes	3.971.839
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	523.128	Total das Fontes	53.971.839
Materiais e Produtos	7.710	Variação do Disponível	9.203.031
Serviços de Terceiros	22.300.000		
Tributos	144.972		
Outras Despesas Correntes	3.048.732		
Total dos Usos	63.174.870	Total Líquido das Fontes	63.174.870

24214 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - ECT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.200.620.244	Receitas de Capital	350.901.331
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	921.920.244	Aumento do Patrimônio Líquido	350.000.000
Imobilizado	921.920.244	Aportes do Tesouro Nacional	350.000.000
Inversões Financeiras	278.700.000	Alienação de Valores e Bens	901.331
Despesas Correntes	19.588.859.817	Receitas Correntes	21.000.396.565
Despesas de Pessoal	12.721.221.511	Total das Fontes	21.351.297.896
Despesas com Dirigentes	7.802.187	Variação Patrimonial	56.520.186
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	740.237	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.094.359
Materiais e Produtos	156.565.554	Variação do Disponível	-616.243.662
Serviços de Terceiros	2.481.081.325		
Tributos	708.708.192		
Despesas Financeiras	186.711.499		
Outras Despesas Correntes	3.326.029.312		
Total dos Usos	20.789.480.061	Total Líquido das Fontes	20.789.480.061

24215 TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. - TELEBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.068.493.500	Receitas de Capital	1.002.924.956
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	50.760.000	Aumento do Patrimônio Líquido	1.000.000.000
No país	50.760.000	Aportes do Tesouro Nacional	1.000.000.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.017.733.500	Resgate de Outros Inst. de Captação	2.824.956
Imobilizado	1.017.733.500	Participação nos Resultados	100.000
Despesas Correntes	647.483.006	Receitas Correntes	503.104.388
Despesas de Pessoal	77.610.229	Total das Fontes	1.506.029.344
Despesas com Dirigentes	4.720.865	Variação Patrimonial	102.569.450
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	590.647	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	97.182.066
Materiais e Produtos	4.300.759	Variação do Disponível	10.195.646
Serviços de Terceiros	101.440.076		
Tributos	151.431.627		
Despesas Financeiras	118.532.237		
Outras Despesas Correntes	188.856.566		
Total dos Usos	1.715.976.506	Total Líquido das Fontes	1.715.976.506



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25207 SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	198.000.000	Receitas de Capital	86.140
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	198.000.000	Alienação de Valores e Bens	86.140
Imobilizado	198.000.000	Receitas Correntes	3.610.104.460
Despesas Correntes	3.394.261.848	Total das Fontes	3.610.190.600
Despesas de Pessoal	2.163.307.270	Variação Patrimonial	-24.265.139
Despesas com Dirigentes	4.166.753	Variação do Disponível	6.336.387
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	449.988		
Materiais e Produtos	7.000.000		
Serviços de Terceiros	462.201.578		
Tributos	674.856.645		
Despesas Financeiras	18.000.000		
Outras Despesas Correntes	64.279.614		
Total dos Usos	3.592.261.848	Total Líquido das Fontes	3.592.261.848

25211 CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	265.907.325	Receitas Correntes	1.405.760.590
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	95.000.000	Total das Fontes	1.405.760.590
No país	95.000.000	Variação Patrimonial	-94.110.267
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	146.164.651	Variação do Disponível	179.037.912
Imobilizado	146.164.651		
Outras Despesas de Capital	24.742.674		
Despesas Correntes	1.224.780.910		
Despesas de Pessoal	521.179.462		
Despesas com Dirigentes	2.547.267		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	641.698		
Materiais e Produtos	496.222.292		
Serviços de Terceiros	65.503.416		
Tributos	8.409.107		
Despesas Financeiras	82.501.487		
Outras Despesas Correntes	47.776.181		
Total dos Usos	1.490.688.235	Total Líquido das Fontes	1.490.688.235

25228 BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S.A. - BB CARTÕES R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.956.445.130	Receitas de Capital	3.944.020.616
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	1.852.550.113	Obtenção de Mútuos com Empresas	1.853.880.565
Concessão de Mútuos com Empresas	2.076.338.287	Amort./Liq. Principal Mútuos Concedidos	2.074.630.528
Outras Despesas de Capital	27.556.730	Outras Receitas de Capital	15.509.523
Despesas Correntes	28.590.451	Receitas Correntes	44.030.387
Despesas de Pessoal	1.715.307	Total das Fontes	3.988.051.003
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	209.118	Variação Patrimonial	-113.428
Tributos	24.832.860	Variação do Disponível	-2.901.994
Despesas Financeiras	5.745		
Outras Despesas Correntes	1.827.421		
Total dos Usos	3.985.035.581	Total Líquido das Fontes	3.985.035.581



25229 BB CORRETORA DE SEGUROS E ADMINISTRADORA DE BENS S.A. - BB CORRETORA R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.537.642.264	Receitas Correntes	2.868.565.121
Outras Despesas de Capital	1.537.642.264	Total das Fontes	2.868.565.121
Despesas Correntes	1.337.623.056	Variação Patrimonial	404.665.048
Despesas de Pessoal	27.847.374	Variação do Disponível	-397.964.849
Despesas com Dirigentes	771.799	Despesas Financeiras	3.959.967
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	99.525	Outras Despesas Correntes	2.905.890
Materiais e Produtos	11.150		
Serviços de Terceiros	179.148.446		
Tributos	1.122.878.905		
Total dos Usos	2.875.265.320	Total Líquido das Fontes	2.875.265.320

25230 COBRA TECNOLOGIA S.A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	60.077.445	Receitas Correntes	1.190.485.829
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	56.762.507	Total das Fontes	1.190.485.829
Imobilizado	56.762.507	Variação Patrimonial	-25.495.321
Outras Despesas de Capital	3.314.938	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-10.583.854
Despesas Correntes	1.097.316.670	Variação do Disponível	2.987.461
Despesas de Pessoal	350.730.617		
Despesas com Dirigentes	3.496.335		
Materiais e Produtos	90.245.923		
Serviços de Terceiros	380.426.858		
Tributos	161.697.824		
Despesas Financeiras	1.186.319		
Outras Despesas Correntes	109.532.794		
Total dos Usos	1.157.394.115	Total Líquido das Fontes	1.157.394.115

25246 BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	60.275.810	Receitas Correntes	6.242.894
Despesas de Pessoal	38.289.236	Total das Fontes	6.242.894
Despesas com Dirigentes	2.653.307	Variação Patrimonial	-109.884
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	453.122	Variação do Disponível	54.142.800
Materiais e Produtos	166.526		
Serviços de Terceiros	4.987.433		
Tributos	474.938		
Despesas Financeiras	448.213		
Outras Despesas Correntes	12.803.035		
Total dos Usos	60.275.810	Total Líquido das Fontes	60.275.810



25276 EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.611.119.985	Receitas de Capital	3.917.858.117
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	2.528.983	Alienação de Valores e Bens	878.632.660
<i>Imobilizado</i>	<i>2.528.983</i>	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	46.248.389
Outras Despesas de Capital	3.608.591.002	Amort./Liq. Principal Mútuos Concedidos	2.992.958.793
Despesas Correntes	1.023.381.696	Recursos de Fundos	18.275
Despesas de Pessoal	28.527.221	Receitas Correntes	1.046.965.562
Despesas com Dirigentes	4.814.314	Total das Fontes	4.964.823.679
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	858.652	Variação Patrimonial	-823.883.913
Materiais e Produtos	190.557	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	540.244.642
Serviços de Terceiros	178.957.243	Variação do Disponível	-46.682.727
Tributos	99.799.975		
Despesas Financeiras	613.111.080		
Outras Despesas Correntes	97.122.654		
Total dos Usos	4.634.501.681	Total Líquido das Fontes	4.634.501.681

25277 ATIVOS S.A. - SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	199.232.101	Receitas de Capital	454.020.002
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	2.000.000	Emissão de Outros Inst. de Captação	450.000.000
<i>Imobilizado</i>	<i>2.000.000</i>	Participação nos Resultados	4.020.002
Inversões Financeiras	4.020.002	Receitas Correntes	733.132.250
Outras Despesas de Capital	193.212.099	Total das Fontes	1.187.152.252
Despesas Correntes	576.911.578	Variação Patrimonial	-411.008.573
Despesas de Pessoal	16.882.139		
Despesas com Dirigentes	4.302.979		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	369.888		
Materiais e Produtos	167.535		
Serviços de Terceiros	88.279.269		
Tributos	110.825.651		
Despesas Financeiras	11.295.419		
Outras Despesas Correntes	344.788.698		
Total dos Usos	776.143.679	Total Líquido das Fontes	776.143.679

25283 BB ELO CARTÕES PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	5.538.096.480	Receitas de Capital	5.344.350.615
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	259.917.184	Aumento do Patrimônio Líquido	300.452.996
Concessão de Mútuos com Empresas	24.843	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	<i>300.452.996</i>
Outras Despesas de Capital	5.278.154.453	Obtenção de Operações de Outros Créditos	265.430.565
Despesas Correntes	169.582.461	Amort./Liq. Principal Mútuos Concedidos	24.838
Despesas de Pessoal	1.951.077	Resgate de Outros Inst. de Captação	362.149.572
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	269.683	Rendas de Participações	496.992.474
Tributos	158.247.036	Participação nos Resultados	40.298.385
Outras Despesas Correntes	9.114.665	Outras Receitas de Capital	3.879.001.785
		Receitas Correntes	437.358.499
		Total das Fontes	5.781.709.114
		Variação Patrimonial	-10.267
		Variação do Disponível	-74.019.906
Total dos Usos	5.707.678.941	Total Líquido das Fontes	5.707.678.941



25286 BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. - BB SEGUROS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.166.707.510	Receitas de Capital	2.506.718.797
Outras Despesas de Capital	2.166.707.510	Rendas de Participações	2.506.718.797
Despesas Correntes	53.900.255	Receitas Correntes	23.668.373
Despesas de Pessoal	11.868.132	Total das Fontes	2.530.387.170
Despesas com Dirigentes	708.982	Variação Patrimonial	-430.255.532
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	107.084	Variação do Disponível	120.476.127
Materiais e Produtos	8.893		
Serviços de Terceiros	2.297.414		
Tributos	37.224.749		
Despesas Financeiras	15.474		
Outras Despesas Correntes	1.669.527		
Total dos Usos	2.220.607.765	Total Líquido das Fontes	2.220.607.765

25291 BB SEGURIDADE PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.277.919.418	Receitas de Capital	4.013.879.418
Outras Despesas de Capital	3.277.919.418	Rendas de Participações	4.013.879.418
Despesas Correntes	115.298.042	Receitas Correntes	196.401.862
Despesas de Pessoal	14.825.244	Total das Fontes	4.210.281.280
Despesas com Dirigentes	634.403	Variação Patrimonial	-150.205.121
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	1.040.770	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
Materiais e Produtos	238.243	Variação do Disponível	-666.858.700
Serviços de Terceiros	2.918.606		
Tributos	52.157.769		
Despesas Financeiras	37.585.505		
Outras Despesas Correntes	5.897.502		
Total dos Usos	3.393.217.460	Total Líquido das Fontes	3.393.217.460

25293 Ativos S.A Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	4.020.001	Receitas Correntes	10.736.103
Outras Despesas de Capital	4.020.001	Total das Fontes	10.736.103
Despesas Correntes	6.715.505	Variação Patrimonial	-597
Despesas de Pessoal	844.700		
Despesas com Dirigentes	56.292		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	8.050		
Materiais e Produtos	3.469		
Serviços de Terceiros	1.636.875		
Tributos	3.026.551		
Despesas Financeiras	293.221		
Outras Despesas Correntes	846.347		
Total dos Usos	10.735.506	Total Líquido das Fontes	10.735.506



25294 Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - DATAPREV R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	247.422.153	Receitas de Capital	100.882.000
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	6.932.703	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	882.000
<i>No país</i>	<i>6.932.703</i>	Obtenção de Operações de Crédito	100.000.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	200.000.000	<i>No país</i>	<i>100.000.000</i>
<i>Imobilizado</i>	<i>200.000.000</i>	Receitas Correntes	1.838.510.440
Outras Despesas de Capital	40.489.450	Total das Fontes	1.939.392.440
Despesas Correntes	1.518.393.422	Variação Patrimonial	-9.555.941
Despesas de Pessoal	765.800.325	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	6.966.935
Despesas com Dirigentes	2.518.085	Variação do Disponível	170.987.859
Materiais e Produtos	1.195.615		
Serviços de Terceiros	51.314.316		
Tributos	408.823.831		
Despesas Financeiras	33.887.754		
Outras Despesas Correntes	254.853.496		
Total dos Usos	1.765.815.575	Total Líquido das Fontes	1.765.815.575



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

32000 M. DE MINAS E ENERGIA

32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELÉTRICA - CEPEL R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	11.900.859	Receitas de Capital	100.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	11.820.000	Outras Receitas de Capital	100.000
Imobilizado	11.820.000	Receitas Correntes	249.972.312
Outras Despesas de Capital	80.859	Total das Fontes	250.072.312
Despesas Correntes	237.063.452	Variação Patrimonial	515.932
Despesas de Pessoal	176.630.004	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	6.937
Materiais e Produtos	1.370.095	Variação do Disponível	-1.630.870
Serviços de Terceiros	35.626.398		
Tributos	2.519.388		
Despesas Financeiras	2.926.450		
Outras Despesas Correntes	17.991.117		
Total dos Usos	248.964.311	Total Líquido das Fontes	248.964.311

32204 ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	912.313.777	Receitas de Capital	2.700.000
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	3.440.741	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	500.000
Amort./Liq. de Principal de Mútuos Obtidos	195.179.844	Outras Receitas de Capital	2.200.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	623.693.192	Receitas Correntes	3.515.851.944
Imobilizado	623.693.192	Total das Fontes	3.518.551.944
Outras Despesas de Capital	90.000.000	Variação Patrimonial	-26.043.846
Despesas Correntes	2.489.899.763	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-126.290.507
Despesas de Pessoal	619.571.579	Variação do Disponível	35.995.949
Despesas com Dirigentes	4.057.798		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	615.892		
Materiais e Produtos	749.802.500		
Serviços de Terceiros	400.014.251		
Tributos	507.361.663		
Despesas Financeiras	91.399.122		
Outras Despesas Correntes	117.076.958		
Total dos Usos	3.402.213.540	Total Líquido das Fontes	3.402.213.540



32223 CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A. - ELETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	7.212.722.325	Receitas de Capital	14.981.965.214
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	4.953.861.301	Aumento do Patrimônio Líquido	3.500.000.000
<i>No país</i>	1.082.640.000	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	3.500.000.000
<i>No exterior</i>	3.871.221.301	Obtenção de Operações de Crédito	3.630.000.000
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	250.802.112	No exterior	3.630.000.000
Concessão de Mútuos com Empresas	1.000.000.000	Amort./Liq. Principal Mútuos Concedidos	3.935.021.059
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	38.958.210	Recursos de Fundos	325.000.000
Imobilizado	38.958.210	Participação nos Resultados	3.591.944.155
Inversões Financeiras	143.984.702	Receitas Correntes	32.867.198.461
Outras Despesas de Capital	825.116.000	Total das Fontes	47.849.163.675
Despesas Correntes	33.684.343.859	Variação Patrimonial	-2.629.091.161
Despesas de Pessoal	386.960.731	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-672.882.821
Despesas com Dirigentes	7.693.895	Variação do Disponível	-3.650.123.509
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	462.238		
Materiais e Produtos	29.197.411.877		
Serviços de Terceiros	503.936.541		
Tributos	2.200.468.528		
Despesas Financeiras	1.139.228.051		
Outras Despesas Correntes	248.181.998		
Total dos Usos	40.897.066.184	Total Líquido das Fontes	40.897.066.184

32224 CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.071.008.858	Receitas de Capital	471.023.058
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	379.104.000	Obtenção de Operações de Crédito	150.000.000
<i>No país</i>	379.104.000	<i>No país</i>	150.000.000
Amort./Liq. de Principal de Mútuos Obtidos	159.389.000	Recursos de Fundos	214.043.007
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	756.058.706	Rendas de Participações	76.599.126
<i>Imobilizado</i>	756.058.706	Participação nos Resultados	30.380.925
Inversões Financeiras	253.073.000	Receitas Correntes	8.098.145.789
Outras Despesas de Capital	1.523.384.152	Total das Fontes	8.569.168.847
Despesas Correntes	4.736.605.814	Variação Patrimonial	-53.471.931
Despesas de Pessoal	1.242.818.711	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-296.180.000
Despesas com Dirigentes	3.438.225	Variação do Disponível	-411.902.244
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	430.959		
Materiais e Produtos	845.177.661		
Serviços de Terceiros	298.325.009		
Tributos	1.294.269.443		
Despesas Financeiras	245.500.000		
Outras Despesas Correntes	806.645.806		
Total dos Usos	7.807.614.672	Total Líquido das Fontes	7.807.614.672



32225 ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.041.500.569	Receitas de Capital	471.023.058
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	287.786.427	Obtenção de Operações de Crédito	50.000.000
<i>No país</i>	<i>287.786.427</i>	<i>No país</i>	<i>50.000.000</i>
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	3.135.505	Rendas de Participações	31.990.344
Amort./Liq. de Principal de Mútuos Obtidos	54.873.984	Participação nos Resultados	40.481.979
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	191.585.000	Outras Receitas de Capital	1.333.230
<i>Imobilizado</i>	<i>191.585.000</i>	Receitas Correntes	2.401.717.212
Inversões Financeiras	340.658.607	Total das Fontes	2.528.322.765
Outras Despesas de Capital	163.461.046	Variação Patrimonial	142.682.929
Despesas Correntes	1.825.267.503	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	412.752
Despesas de Pessoal	385.206.462	Variação do Disponível	195.349.626
Despesas com Dirigentes	4.924.499		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	484.112		
Materiais e Produtos	475.089.682		
Serviços de Terceiros	129.854.037		
Tributos	492.788.981		
Despesas Financeiras	198.195.522		
Outras Despesas Correntes	138.724.208		
Receitas de Capital	126.605.553		
Ganhos na Alienação de Valores e Bens	2.800.000		
Total dos Usos	2.866.768.072	Total Líquido das Fontes	2.866.768.072

32226 COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO - CHESF

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.604.289.171	Receitas de Capital	828.749.174
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	277.732.713	Obtenção de Operações de Crédito	493.105.006
<i>No país</i>	<i>277.732.713</i>	<i>No país</i>	<i>493.105.006</i>
Amort./Liq. de Principal de Mútuos Obtidos	366.571.178	Recursos de Fundos	227.852.553
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.602.668.160	Rendas de Participações	107.791.615
<i>Imobilizado</i>	<i>1.602.668.160</i>	Receitas Correntes	6.704.079.705
Inversões Financeiras	245.194.729	Total das Fontes	7.532.828.879
Outras Despesas de Capital	1.112.122.391	Variação Patrimonial	-236.707.903
Despesas Correntes	4.438.383.725	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	7.830.178
Despesas de Pessoal	1.012.416.072	Variação do Disponível	738.721.742
Despesas com Dirigentes	4.396.452		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	482.768		
Materiais e Produtos	1.026.793.964		
Serviços de Terceiros	334.775.651		
Tributos	1.609.675.294		
Despesas Financeiras	208.439.392		
Outras Despesas Correntes	241.404.132		
Total dos Usos	8.042.672.896	Total Líquido das Fontes	8.042.672.896



32228 FURNAS - CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	4.081.437.903	Receitas de Capital	1.135.676.358
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	1.384.018.913	Obtenção de Operações de Crédito	726.138.670
<i>No país</i>	1.357.068.911	<i>No país</i>	726.138.670
<i>No exterior</i>	26.950.002	Amort./Liq. Principal Mútuos Concedidos	337.860
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	11.112.416	Rendas de Participações	409.199.828
Amort./Liq. de Principal de Mútuos Obtidos	588.817.461	Receitas Correntes	10.714.653.701
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.122.856.364	Total das Fontes	11.850.330.059
<i>Imobilizado</i>	1.122.856.364	Variação Patrimonial	-251.750.059
Inversões Financeiras	329.858.998	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	54.483.959
Outras Despesas de Capital	644.773.751	Variação do Disponível	-13.677.968
Despesas Correntes	7.557.948.088		
Despesas de Pessoal	1.371.875.133		
Despesas com Dirigentes	7.466.331		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	701.011		
Materiais e Produtos	1.777.281.098		
Serviços de Terceiros	581.908.774		
Tributos	2.517.625.653		
Despesas Financeiras	713.407.296		
Outras Despesas Correntes	587.682.792		
Total dos Usos	11.639.385.991	Total Líquido das Fontes	11.639.385.991

32230 PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	181.566.195.936	Receitas de Capital	6.645.133.772
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	9.422.517.912	Participação nos Resultados	6.645.133.772
<i>No exterior</i>	9.422.517.912	Receitas Correntes	364.457.093.453
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	99.075.782.000	Total das Fontes	371.102.227.225
<i>Imobilizado</i>	98.839.786.000	Variação Patrimonial	100.113.875.492
<i>Intangível</i>	235.996.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-25.305.254
Inversões Financeiras	282.159.502	Variação do Disponível	489.819.448
Outras Despesas de Capital	72.785.736.522		
Despesas Correntes	290.114.420.975		
Despesas de Pessoal	22.733.458.681		
Despesas com Dirigentes	20.709.035		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	3.089.064		
Materiais e Produtos	49.295.225.635		
Serviços de Terceiros	49.338.061.861		
Tributos	90.389.430.547		
Despesas Financeiras	11.248.440.406		
Outras Despesas Correntes	67.086.005.746		
Total dos Usos	471.680.616.911	Total Líquido das Fontes	471.680.616.911

32232 BRASPETRO OIL SERVICES COMPANY - BRASOIL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	2.185.273	Receitas Correntes	6.076.553
Outras Despesas Correntes	2.185.273	Total das Fontes	6.076.553
		Variação do Disponível	-3.891.280
Total dos Usos	2.185.273	Total Líquido das Fontes	2.185.273



32239 PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - BR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.491.382.415	Receitas de Capital	121.596.668
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	187.009.304	Alienação de Valores e Bens	10.908.418
<i>No país</i>	<i>187.009.304</i>	Amort./Liq. Principal Mútuos Concedidos	86.465.121
Concessão de Mútuos com Empresas	154.320.120	Participação nos Resultados	24.223.129
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	736.170.000	Receitas Correntes	130.036.004.469
<i>Imobilizado</i>	<i>697.890.000</i>	Total das Fontes	130.157.601.137
<i>Intangível</i>	<i>38.280.000</i>	Variação Patrimonial	-937.150.657
Inversões Financeiras	1.124.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	47.573.901
Outras Despesas de Capital	2.412.758.991	Variação do Disponível	-1
Despesas Correntes	125.776.641.965		
Despesas de Pessoal	1.343.210.904		
Despesas com Dirigentes	14.285.087		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	4.812.321		
Materiais e Produtos	89.829.966.342		
Serviços de Terceiros	3.645.750.948		
Tributos	29.872.348.591		
Despesas Financeiras	518.964.908		
Outras Despesas Correntes	547.302.864		
Total dos Usos	129.268.024.380	Total Líquido das Fontes	129.268.024.380

32240 PETROBRAS GÁS S.A. - GASPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	152.198.853	Receitas de Capital	203.740.636
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	50.000	Participação nos Resultados	203.740.636
<i>Imobilizado</i>	<i>50.000</i>	Receitas Correntes	18.220.341
Inversões Financeiras	780.000	Total das Fontes	221.960.977
Outras Despesas de Capital	151.368.853	Variação Patrimonial	-4.874.201
Despesas Correntes	60.301.578	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.372.219
Despesas de Pessoal	37.480.212	Variação do Disponível	-2.214.126
Despesas com Dirigentes	6.254.673		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	1.332.553		
Materiais e Produtos	157.719		
Serviços de Terceiros	636.706		
Tributos	7.227.331		
Despesas Financeiras	2.558		
Outras Despesas Correntes	7.209.826		
Total dos Usos	212.500.431	Total Líquido das Fontes	212.500.431



32264 ELETROBRÁS PARTICIPAÇÕES S.A. - ELETROPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	13.171.714	Receitas de Capital	8.800.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	115.000	Rendas de Participações	5.000.000
<i>Imobilizado</i>	<i>115.000</i>	Participação nos Resultados	3.800.000
Inversões Financeiras	8.444.000	Receitas Correntes	3.400.000
Outras Despesas de Capital	4.612.714	Total das Fontes	12.200.000
Despesas Correntes	7.320.272	Variação Patrimonial	-3.250.982
Despesas de Pessoal	1.972.480	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-98.524
Despesas com Dirigentes	1.376.884	Variação do Disponível	11.641.492
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	323.796		
Materiais e Produtos	22.924		
Serviços de Terceiros	1.663.331		
Tributos	608.000		
Despesas Financeiras	251.476		
Outras Despesas Correntes	1.101.381		
Total dos Usos	20.491.986	Total Líquido das Fontes	20.491.986

32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE - ELETROACRE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	7.000	Receitas de Capital	2.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	7.000	Obtenção de Mútuos com Empresas	1.000
<i>Imobilizado</i>	<i>7.000</i>	Outras Receitas de Capital	1.000
Despesas Correntes	6.000	Receitas Correntes	1.000
Despesas de Pessoal	1.000	Total das Fontes	3.000
Materiais e Produtos	1.000	Variação do Disponível	10.000
Serviços de Terceiros	1.000		
Tributos	1.000		
Outras Despesas Correntes	2.000		
Total dos Usos	13.000	Total Líquido das Fontes	13.000

32268 COMPANHIA ENERGÉTICA DE ALAGOAS - CEAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	7.000	Receitas de Capital	2.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	7.000	Obtenção de Mútuos com Empresas	1.000
<i>Imobilizado</i>	<i>7.000</i>	Total das Fontes	3.000
Despesas Correntes	6.000	Variação do Disponível	10.000
Despesas de Pessoal	1.000		
Materiais e Produtos	1.000		
Serviços de Terceiros	1.000		
Tributos	1.000		
Outras Despesas Correntes	2.000		
Outras Receitas de Capital	1.000		
Receitas Correntes	1.000		
Total dos Usos	13.000	Total Líquido das Fontes	13.000



32270 CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S.A. - CERON

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	7.000	Receitas de Capital	2.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	7.000	Obtenção de Mútuos com Empresas	1.000
<i>Imobilizado</i>	<i>7.000</i>	Outras Receitas de Capital	1.000
Despesas Correntes	6.000	Receitas Correntes	1.000
Despesas de Pessoal	1.000	Total das Fontes	3.000
Materiais e Produtos	1.000	Variação do Disponível	10.000
Serviços de Terceiros	1.000		
Tributos	1.000		
Outras Despesas Correntes	2.000		
Total dos Usos	13.000	Total Líquido das Fontes	13.000

32271 TRANSPORTADORA BRASILEIRA GASODUTO BOLÍVIA-BRASIL S.A. - TBG

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	711.301.379	Receitas Correntes	1.857.144.838
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	73.186.000	Total das Fontes	1.857.144.838
<i>Imobilizado</i>	<i>73.186.000</i>	Variação Patrimonial	130.738.309
Outras Despesas de Capital	638.115.379	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	23.860.636
Despesas Correntes	1.045.545.426	Variação do Disponível	-254.896.978
Despesas de Pessoal	165.276.695		
Despesas com Dirigentes	9.529.705		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	1.614.725		
Materiais e Produtos	9.700.831		
Serviços de Terceiros	91.085.957		
Tributos	682.330.782		
Despesas Financeiras	23.860.636		
Outras Despesas Correntes	62.146.095		
Total dos Usos	1.756.846.805	Total Líquido das Fontes	1.756.846.805

32272 BOA VISTA ENERGIA S.A. - BVENERGIA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	7.000	Receitas de Capital	2.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	7.000	Obtenção de Mútuos com Empresas	1.000
<i>Imobilizado</i>	<i>7.000</i>	Outras Receitas de Capital	1.000
Despesas Correntes	6.000	Receitas Correntes	1.000
Despesas de Pessoal	1.000	Total das Fontes	3.000
Materiais e Produtos	1.000	Variação do Disponível	10.000
Serviços de Terceiros	1.000		
Tributos	1.000		
Outras Despesas Correntes	2.000		
Total dos Usos	13.000	Total Líquido das Fontes	13.000



32273 AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. - AmE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	9.000	Receitas de Capital	2.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	9.000	Obtenção de Mútuos com Empresas	1.000
Imobilizado	9.000	Outras Receitas de Capital	1.000
Despesas Correntes	6.000	Receitas Correntes	1.000
Despesas de Pessoal	1.000	Total das Fontes	3.000
Materiais e Produtos	1.000	Variação do Disponível	12.000
Serviços de Terceiros	1.000		
Tributos	1.000		
Outras Despesas Correntes	2.000		
Total dos Usos	15.000	Total Líquido das Fontes	15.000

32274 PETROBRAS TRANSPORTE S.A. - TRANSPETRO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	2.069.192.634	Receitas de Capital	837.493.629
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	287.881.291	Obtenção de Operações de Crédito	837.493.629
No país	287.881.291	No país	837.493.629
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.421.040.000	Receitas Correntes	8.638.987.059
Imobilizado	1.421.040.000	Total das Fontes	9.476.480.688
Outras Despesas de Capital	360.271.343	Variação Patrimonial	488.361.884
Despesas Correntes	7.676.702.984	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	149.586.504
Despesas de Pessoal	2.383.179.485	Variação do Disponível	-368.533.458
Despesas com Dirigentes	12.711.895		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	2.256.816		
Materiais e Produtos	184.545.632		
Serviços de Terceiros	1.468.768.938		
Tributos	1.388.569.063		
Despesas Financeiras	511.297.148		
Outras Despesas Correntes	1.725.374.007		
Total dos Usos	9.745.895.618	Total Líquido das Fontes	9.745.895.618

32276 COMPANHIA DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA - CGTEE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	208.196.365	Receitas de Capital	186.186.726
Amort./Liq. de Principal de Mútuos Obtidos	16.357.688	Aumento do Patrimônio Líquido	126.084.702
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	191.838.677	Aportes de Empresas Estatais	126.084.702
Imobilizado	191.838.677	Outras Receitas de Capital	60.102.024
Despesas Correntes	753.990.108	Receitas Correntes	635.325.706
Despesas de Pessoal	94.411.716	Total das Fontes	821.512.432
Despesas com Dirigentes	1.938.381	Variação Patrimonial	60.070.605
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	399.694	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.875.242
Materiais e Produtos	460.544.753	Variação do Disponível	198.869.404
Serviços de Terceiros	54.456.118		
Tributos	74.836.603		
Despesas Financeiras	48.828.548		
Outras Despesas Correntes	18.574.295		
Total dos Usos	962.186.473	Total Líquido das Fontes	962.186.473



32280 PETROBRAS LOGÍSTICA DE EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO S.A. - PB-LOG R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	788.155.548	Receitas Correntes	5.728.585.971
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	200.000	Total das Fontes	5.728.585.971
Imobilizado	200.000	Variação Patrimonial	90.050
Outras Despesas de Capital	787.955.548	Variação do Disponível	-24.872.801
Despesas Correntes	4.915.647.672		
Despesas de Pessoal	21.628.108		
Despesas com Dirigentes	5.235.376		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	279.264		
Materiais e Produtos	26.400		
Serviços de Terceiros	3.602.014.128		
Tributos	1.208.396.428		
Outras Despesas Correntes	78.067.968		
Total dos Usos	5.703.803.220	Total Líquido das Fontes	5.703.803.220

32282 PETROBRAS NETHERLANDS B.V. - PNBV R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	49.897.708.428	Receitas de Capital	110.000.000.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	411.104.000	Outras Receitas de Capital	110.000.000.000
Imobilizado	411.104.000	Receitas Correntes	1.755.740.910
Inversões Financeiras	486.604.428	Total das Fontes	111.755.740.910
Outras Despesas de Capital	49.000.000.000	Variação Patrimonial	19.581
Despesas Correntes	1.095.572.642	Variação do Disponível	-60.762.479.421
Despesas de Pessoal	5.812.840		
Despesas com Dirigentes	3.496.458		
Serviços de Terceiros	647.189.469		
Despesas Financeiras	437.554.682		
Outras Despesas Correntes	1.519.193		
Total dos Usos	50.993.281.070	Total Líquido das Fontes	50.993.281.070

32285 5283 PARTICIPAÇÕES LTDA. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	190.144	Receitas Correntes	11.378
Outras Despesas Correntes	190.144	Total das Fontes	11.378
		Variação do Disponível	178.766
Total dos Usos	190.144	Total Líquido das Fontes	190.144

32287 PETROBRAS INTERNATIONAL BRASPETRO B.V. - PIB BV R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	6.125.144.921	Receitas de Capital	49.034.732.650
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	4.905.984.921	Aumento do Patrimônio Líquido	34.732.650
No exterior	4.905.984.921	Aportes de Empresas Estatais	34.732.650
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.219.160.000	Outras Receitas de Capital	49.000.000.000
Imobilizado	1.219.160.000	Receitas Correntes	79.957.227.842
Despesas Correntes	72.980.438.051	Total das Fontes	128.991.960.492
Despesas de Pessoal	441.021.883	Variação Patrimonial	-48.165.593.583
Materiais e Produtos	56.058.346.727	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.458.771
Serviços de Terceiros	2.623.608.282	Variação do Disponível	-1.722.242.708
Tributos	631.578.893		
Despesas Financeiras	12.848.261.414		
Outras Despesas Correntes	377.620.852		
Total dos Usos	79.105.582.972	Total Líquido das Fontes	79.105.582.972



32288 PETROBRAS COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. - PBEN R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.513.399	Receitas Correntes	528.231.301
Outras Despesas de Capital	1.513.399	Total das Fontes	528.231.301
Despesas Correntes	526.717.904	Variação Patrimonial	-1.615.446
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	63.864	Variação do Disponível	1.615.448
Materiais e Produtos	474.547.324		
Serviços de Terceiros	2.216.353		
Tributos	48.796.127		
Despesas Financeiras	492.157		
Outras Despesas Correntes	602.079		
Total dos Usos	528.231.303	Total Líquido das Fontes	528.231.303

32289 PETROBRAS NEGÓCIOS ELETRÔNICOS S.A. - e-PETRO R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	688.000	Receitas de Capital	1.088.000
Outras Despesas de Capital	688.000	Participação nos Resultados	1.088.000
Despesas Correntes	364.696	Receitas Correntes	30.000
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	34.640	Total das Fontes	1.118.000
Serviços de Terceiros	129.260	Variação Patrimonial	960
Tributos	3.552	Variação do Disponível	-66.264
Outras Despesas Correntes	197.244		
Total dos Usos	1.052.696	Total Líquido das Fontes	1.052.696

32308 TRANSPORTADORA ASSOCIADA DE GÁS S.A. - TAG R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.357.946.596	Receitas Correntes	6.362.371.141
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtida	869.467.268	Total das Fontes	6.362.371.141
<i>No país</i>	869.467.268	Variação Patrimonial	738.320.089
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	267.616.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.366.350
<i>Imobilizado</i>	267.616.000	Variação do Disponível	-1.000.137.649
Outras Despesas de Capital	2.220.863.328		
Despesas Correntes	2.741.240.635		
Despesas de Pessoal	39.994.344		
Despesas com Dirigentes	5.009.328		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	402.851		
Materiais e Produtos	40.644		
Serviços de Terceiros	581.292.786		
Tributos	1.622.415.693		
Despesas Financeiras	178.889.080		
Outras Despesas Correntes	313.195.909		
Total dos Usos	6.099.187.231	Total Líquido das Fontes	6.099.187.231



32316 LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A. - LIQUIGÁS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	274.041.894	Receitas de Capital	60.960.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	85.179.000	Alienação de Valores e Bens	9.000.000
Imobilizado	81.553.000	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	51.000.000
Intangível	3.626.000	Participação nos Resultados	960.000
Outras Despesas de Capital	188.862.894	Receitas Correntes	5.592.331.129
Despesas Correntes	5.326.602.846	Total das Fontes	5.653.291.129
Despesas de Pessoal	464.192.706	Variação Patrimonial	-50.938.167
Despesas com Dirigentes	11.541.554	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	8.512.185
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	1.272.000	Variação do Disponível	-10.220.407
Materiais e Produtos	3.559.530.075		
Serviços de Terceiros	344.856.797		
Tributos	774.727.563		
Outras Despesas Correntes	170.482.151		
Total dos Usos	5.600.644.740	Total Líquido das Fontes	5.600.644.740

32321 BAIXADA SANTISTA ENERGIA LTDA. - BSE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	110.639.619	Receitas Correntes	136.563.219
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	164.227	Total das Fontes	136.563.219
Serviços de Terceiros	392.416	Variação Patrimonial	7.683.861
Tributos	25.236.983	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-5.048.534
Outras Despesas Correntes	84.845.993	Variação do Disponível	-28.558.927
Total dos Usos	110.639.619	Total Líquido das Fontes	110.639.619

32322 TERMOMACAÉ LTDA.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	120.955.249	Receitas Correntes	196.393.160
Despesas de Pessoal	30.135.244	Total das Fontes	196.393.160
Serviços de Terceiros	2.823.820	Variação Patrimonial	-45.197.546
Tributos	53.703.697	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.010.333
Outras Despesas Correntes	34.292.488	Variação do Disponível	-27.230.032
Total dos Usos	120.955.249	Total Líquido das Fontes	120.955.249

32332 TERMOBAHIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	75.422.315	Receitas Correntes	173.637.993
Outras Despesas de Capital	75.422.315	Total das Fontes	173.639.812
Despesas Correntes	42.828.192	Variação Patrimonial	-11.921.075
Despesas de Pessoal	16.620.653	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-343.125
Despesas com Dirigentes	22.896	Variação do Disponível	-43.125.105
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	244.564		
Materiais e Produtos	1.200		
Serviços de Terceiros	297.766		
Receitas de Capital	1.819		
Alienação de Valores e Bens	1.819		
Tributos	19.963.238		
Despesas Financeiras	4.109.439		
Outras Despesas Correntes	1.568.436		
Total dos Usos	118.250.507	Total Líquido das Fontes	118.250.507



32333 STRATURA ASFALTOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	236.551.285	Receitas de Capital	323.053.156
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	48.000.000	Obtenção de Operações de Crédito	163.000.000
<i>No país</i>	<i>48.000.000</i>	<i>No país</i>	<i>163.000.000</i>
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	4.275.000	Resgate de Principal de Aplic. Financeiras	160.053.156
<i>Imobilizado</i>	<i>4.275.000</i>	Receitas Correntes	1.712.867.549
Outras Despesas de Capital	184.276.285	Total das Fontes	2.035.920.705
Despesas Correntes	1.670.534.966	Variação Patrimonial	-13.412.535
Despesas de Pessoal	13.666.080	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1
Despesas com Dirigentes	5.028.900	Variação do Disponível	-115.421.920
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	753.018		
Materiais e Produtos	1.128.030.384		
Serviços de Terceiros	55.327.978		
Tributos	445.007.257		
Despesas Financeiras	3.361.363		
Outras Despesas Correntes	19.359.986		
Total dos Usos	1.907.086.251	Total Líquido das Fontes	1.907.086.251

32334 PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A. - PBIO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	55.675.000	Receitas Correntes	1.408.425.381
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	12.275.000	Total das Fontes	1.408.425.381
<i>Imobilizado</i>	<i>12.275.000</i>	Variação Patrimonial	-19.336.140
Inversões Financeiras	43.400.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	25.305.253
Despesas Correntes	1.293.540.054	Variação do Disponível	-65.179.440
Despesas de Pessoal	110.115.570		
Despesas com Dirigentes	4.924.170		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	900.514		
Materiais e Produtos	899.195.225		
Serviços de Terceiros	32.633.109		
Tributos	186.548.783		
Despesas Financeiras	1.610.832		
Outras Despesas Correntes	57.611.851		
Total dos Usos	1.349.215.054	Total Líquido das Fontes	1.349.215.054

32345 BREITENER ENERGÉTICA S.A. - BREITENER

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	10.639.955	Receitas de Capital	3.924.997
Outras Despesas de Capital	10.639.955	Participação nos Resultados	3.924.997
Despesas Correntes	25.937.221	Receitas Correntes	31.904.839
Despesas de Pessoal	5.657.650	Total das Fontes	35.829.836
Despesas com Dirigentes	1.085.857	Variação Patrimonial	26.806.741
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	376.967	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	11.014.340
Materiais e Produtos	96.000	Variação do Disponível	-37.073.741
Serviços de Terceiros	518.432		
Tributos	5.956.379		
Despesas Financeiras	11.014.340		
Outras Despesas Correntes	1.231.596		
Total dos Usos	36.577.176	Total Líquido das Fontes	36.577.176



32346 EÓLICA MANGUE SECO 2 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A. - MANGUE SECO 2 R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.404.022	Receitas Correntes	22.363.500
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	3.021.844	Total das Fontes	22.363.500
<i>No país</i>	3.021.844	Variação Patrimonial	1.437.924
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	62.000	Variação do Disponível	-5.164.787
<i>Imobilizado</i>	62.000		
Outras Despesas de Capital	320.178		
Despesas Correntes	15.232.615		
Despesas de Pessoal	2.071.620		
Despesas com Dirigentes	599.172		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	205.736		
Materiais e Produtos	17.509		
Serviços de Terceiros	5.236.269		
Tributos	1.289.314		
Despesas Financeiras	5.171.798		
Outras Despesas Correntes	641.197		
Total dos Usos	18.636.637	Total Líquido das Fontes	18.636.637

32351 GAS BRASILIANO DISTRIBUIDORA S.A. R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	72.836.580	Receitas de Capital	1.172.850
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	445.793	Obtenção de Operações de Crédito	1.172.850
<i>No país</i>	445.793	<i>No país</i>	1.172.850
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	34.093.000	Receitas Correntes	587.881.360
<i>Imobilizado</i>	1.563.000	Total das Fontes	589.054.210
<i>Intangível</i>	32.530.000	Variação Patrimonial	4.744.292
Outras Despesas de Capital	38.297.787	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-3.625.985
Despesas Correntes	527.237.380	Variação do Disponível	9.901.443
Despesas de Pessoal	23.003.653		
Despesas com Dirigentes	2.249.248		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	315.514		
Materiais e Produtos	303.473.284		
Serviços de Terceiros	17.931.866		
Tributos	167.146.665		
Despesas Financeiras	1.218.769		
Outras Despesas Correntes	11.898.381		
Total dos Usos	600.073.960	Total Líquido das Fontes	600.073.960

32357 TERMOMACAÉ COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. - TMC R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	190.039	Receitas Correntes	10.220.086
Outras Despesas de Capital	190.039	Total das Fontes	10.220.086
Despesas Correntes	10.030.046	Variação Patrimonial	-126.955
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	63.864	Variação do Disponível	126.954
Materiais e Produtos	8.274.636		
Serviços de Terceiros	566.338		
Tributos	1.015.000		
Outras Despesas Correntes	110.208		
Total dos Usos	10.220.085	Total Líquido das Fontes	10.220.085



32360 BREITENER JARAQUI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	235.683.379	Receitas Correntes	183.830.278
Despesas de Pessoal	18.389.284	Total das Fontes	183.830.278
Materiais e Produtos	86.554.213	Variação Patrimonial	-22.131.203
Serviços de Terceiros	44.320.852	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	9.025.601
Tributos	59.489.217	Variação do Disponível	64.958.703
Despesas Financeiras	9.025.601		
Outras Despesas Correntes	17.904.212		
Total dos Usos	235.683.379	Total Líquido das Fontes	235.683.379

32361 BREITENER TAMBAQUI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.924.997	Receitas Correntes	227.676.797
Outras Despesas de Capital	3.924.997	Total das Fontes	227.676.797
Despesas Correntes	251.874.397	Variação Patrimonial	-15.839.070
Despesas de Pessoal	23.367.252	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	9.183.777
Materiais e Produtos	90.355.938	Variação do Disponível	34.777.890
Serviços de Terceiros	42.932.014		
Tributos	67.593.767		
Despesas Financeiras	9.183.777		
Outras Despesas Correntes	18.441.649		
Total dos Usos	255.799.394	Total Líquido das Fontes	255.799.394

32362 UIRAPURU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	16.767.375	Receitas de Capital	143.755
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	1.500.000	Outras Receitas de Capital	143.755
<i>No país</i>	1.500.000	Receitas Correntes	35.603.262
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	2.104.534	Total das Fontes	35.747.017
<i>Imobilizado</i>	2.104.534	Variação Patrimonial	113.270
Outras Despesas de Capital	13.162.841	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	2
Despesas Correntes	11.302.593	Variação do Disponível	-7.790.321
Despesas de Pessoal	476.566		
Despesas com Dirigentes	534.691		
Materiais e Produtos	15.748		
Serviços de Terceiros	5.058.355		
Tributos	3.651.619		
Despesas Financeiras	676.936		
Outras Despesas Correntes	888.678		
Total dos Usos	28.069.968	Total Líquido das Fontes	28.069.968



32363 TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A. - TSBE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	36.949.667	Receitas Correntes	76.838.916
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	21.600.000	Total das Fontes	76.838.916
<i>No país</i>	<i>21.600.000</i>	Variação Patrimonial	4.133.254
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	2.200.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	513.900
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	200.000	Variação do Disponível	14.965.488
<i>Imobilizado</i>	<i>200.000</i>		
Outras Despesas de Capital	12.949.667		
Despesas Correntes	59.501.891		
Despesas com Dirigentes	1.248.486		
Materiais e Produtos	23.880		
Serviços de Terceiros	7.837.017		
Tributos	12.157.326		
Despesas Financeiras	37.737.080		
Outras Despesas Correntes	498.102		
Total dos Usos	96.451.558	Total Líquido das Fontes	96.451.558

32364 TRANSMISSORA SUL LITORÂNEA DE ENERGIA S.A. - TSLE

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	71.931.469	Receitas de Capital	27.251.000
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	30.000.000	Emissão de Outros Inst. de Captação	27.251.000
<i>No país</i>	<i>30.000.000</i>	Receitas Correntes	133.277.185
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	7.500.000	Total das Fontes	160.528.185
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	6.172.000	Variação Patrimonial	13.969.657
<i>Imobilizado</i>	<i>6.172.000</i>	Variação do Disponível	-29.373.336
Outras Despesas de Capital	28.259.469		
Despesas Correntes	73.193.037		
Despesas com Dirigentes	826.696		
Materiais e Produtos	2.519.985		
Serviços de Terceiros	8.079.901		
Tributos	17.271.256		
Despesas Financeiras	43.768.300		
Outras Despesas Correntes	726.899		
Total dos Usos	145.124.506	Total Líquido das Fontes	145.124.506

32365 AMAZONAS GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A. - AmGT

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	192.203.680	Receitas de Capital	1.127.962.719
Amort./Liq. de Principal de Mútuos Obtidos	138.404.316	Outras Receitas de Capital	1.127.962.719
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	53.799.364	Receitas Correntes	5.081.787.438
<i>Imobilizado</i>	<i>53.799.364</i>	Total das Fontes	6.209.750.157
Despesas Correntes	5.492.659.533	Variação Patrimonial	-343.214.747
Despesas de Pessoal	130.402.883	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	40.476.160
Despesas com Dirigentes	1.269.994	Variação do Disponível	-222.148.357
Materiais e Produtos	2.907.739.662		
Serviços de Terceiros	118.807.198		
Tributos	1.177.477.051		
Despesas Financeiras	227.657.412		
Outras Despesas Correntes	929.305.333		
Total dos Usos	5.684.863.213	Total Líquido das Fontes	5.684.863.213



32367 ARAUCÁRIA NITROGENADOS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	130.034.000	Receitas de Capital	282.030.502
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	130.034.000	Aumento do Patrimônio Líquido	282.030.502
Imobilizado	130.034.000	Aportes de Empresas Estatais	282.030.502
Despesas Correntes	1.053.836.177	Receitas Correntes	900.710.687
Despesas de Pessoal	146.442.238	Total das Fontes	1.182.741.189
Materiais e Produtos	424.665.611	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	600
Serviços de Terceiros	71.592.210	Variação do Disponível	1.128.388
Tributos	84.118.102		
Outras Despesas Correntes	327.018.016		
Total dos Usos	1.183.870.177	Total Líquido das Fontes	1.183.870.177

32369 EMPRESA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL S.A. - PRÉ-SAL PETRÓLEO S.A. - PPSA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	38.220.467	Receitas de Capital	3.000.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	38.220.467	Aumento do Patrimônio Líquido	3.000.000
Imobilizado	13.149.100	Aportes do Tesouro Nacional	3.000.000
Intangível	25.071.367	Receitas Correntes	196.268.176
Despesas Correntes	123.038.532	Total das Fontes	199.268.176
Despesas de Pessoal	26.926.489	Variação Patrimonial	-31.536.813
Despesas com Dirigentes	5.235.576	Variação do Disponível	-6.472.364
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	1.248.944		
Materiais e Produtos	46.890		
Serviços de Terceiros	23.716.556		
Tributos	61.887.025		
Outras Despesas Correntes	3.977.052		
Total dos Usos	161.258.999	Total Líquido das Fontes	161.258.999

32370 TRANSPETRO INTERNATIONAL B.V.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	629.200.000	Receitas de Capital	94.360.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	629.200.000	Obtenção de Operações de Crédito	94.360.000
Imobilizado	629.200.000	No exterior	94.360.000
Despesas Correntes	844.175.886	Receitas Correntes	977.980.221
Despesas com Dirigentes	2.602.045	Total das Fontes	1.072.340.221
Materiais e Produtos	34.621.114	Variação Patrimonial	46.092.889
Serviços de Terceiros	292.499.468	Variação do Disponível	354.942.776
Tributos	3.935.917		
Despesas Financeiras	161.760		
Outras Despesas Correntes	510.355.582		
Total dos Usos	1.473.375.886	Total Líquido das Fontes	1.473.375.886



32375 Petrobrás logística de Gás S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	332.559.077	Receitas de Capital	325.438.843
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	215.000	Participação nos Resultados	325.438.843
<i>Imobilizado</i>	<i>215.000</i>	Receitas Correntes	27.609.339
Outras Despesas de Capital	332.344.077	Total das Fontes	353.048.182
Despesas Correntes	45.501.899	Variação Patrimonial	5.560.969
Despesas de Pessoal	18.478.628	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-96.288
Despesas com Dirigentes	1.050.240	Variação do Disponível	19.548.113
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	806.884		
Materiais e Produtos	5.000		
Serviços de Terceiros	5.361.871		
Tributos	3.428.496		
Despesas Financeiras	12.073.416		
Outras Despesas Correntes	4.297.364		
Total dos Usos	378.060.976	Total Líquido das Fontes	378.060.976

32376 BRASIL VENTOS ENERGIA S/A

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	186.400.362	Receitas de Capital	197.207.043
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	180.000	Aumento do Patrimônio Líquido	197.207.043
<i>Imobilizado</i>	<i>180.000</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>197.207.043</i>
Inversões Financeiras	186.220.362	Receitas Correntes	59.500
Despesas Correntes	10.834.936	Total das Fontes	197.266.543
Despesas de Pessoal	3.973.886	Variação Patrimonial	1
Despesas com Dirigentes	2.032.611	Variação do Disponível	-31.246
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	483.000		
Materiais e Produtos	60.000		
Serviços de Terceiros	2.798.999		
Tributos	72.000		
Outras Despesas Correntes	1.414.440		
Total dos Usos	197.235.298	Total Líquido das Fontes	197.235.298

32377 TRANSENERGIA GOIÁS S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	21.754.744	Receitas de Capital	352.101
Amort./Liq. de Principal de Mútuos Obtidos	4.200.000	Outras Receitas de Capital	352.101
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	13.994.516	Receitas Correntes	17.627.430
<i>Imobilizado</i>	<i>13.994.516</i>	Total das Fontes	17.979.531
Outras Despesas de Capital	3.560.228	Variação Patrimonial	1.199.999
Despesas Correntes	11.864.902	Variação do Disponível	14.440.116
Despesas de Pessoal	2.505.212		
Despesas com Dirigentes	1.084.418		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	299.092		
Materiais e Produtos	74.406		
Serviços de Terceiros	3.354.568		
Tributos	1.688.884		
Despesas Financeiras	338.113		
Outras Despesas Correntes	2.520.209		
Total dos Usos	33.619.646	Total Líquido das Fontes	33.619.646



32378 GERADORA EOLICA VENTOS DE ANGELIM S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.457.061	Receitas de Capital	1.576.197
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.457.061	Aumento do Patrimônio Líquido	1.576.197
<i>Imobilizado</i>	<i>1.457.061</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>1.576.197</i>
Despesas Correntes	109.636	Receitas Correntes	6.500
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	42.000	Total das Fontes	1.582.697
Serviços de Terceiros	59.236	Variação do Disponível	-16.000
Tributos	6.000		
Outras Despesas Correntes	2.400		
Total dos Usos	1.566.697	Total Líquido das Fontes	1.566.697

32379 GERADORA EOLICA VENTOS DE SANTA ROSA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.242.218	Receitas de Capital	1.367.354
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.242.218	Aumento do Patrimônio Líquido	1.367.354
<i>Imobilizado</i>	<i>1.242.218</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>1.367.354</i>
Despesas Correntes	115.636	Receitas Correntes	6.700
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	42.000	Total das Fontes	1.374.054
Serviços de Terceiros	65.236	Variação do Disponível	-16.200
Tributos	6.000		
Outras Despesas Correntes	2.400		
Total dos Usos	1.357.854	Total Líquido das Fontes	1.357.854

32380 GERADORA EOLICA VENTOS DE UIRAPURU S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.655.105	Receitas de Capital	1.774.241
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.655.105	Aumento do Patrimônio Líquido	1.774.241
<i>Imobilizado</i>	<i>1.655.105</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>1.774.241</i>
Despesas Correntes	109.636	Receitas Correntes	6.700
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	42.000	Total das Fontes	1.780.941
Serviços de Terceiros	59.236	Variação do Disponível	-16.200
Tributos	6.000		
Outras Despesas Correntes	2.400		
Total dos Usos	1.764.741	Total Líquido das Fontes	1.764.741

32381 GERADORA EOLICA ARARA AZUL S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.371.623	Receitas de Capital	1.473.959
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.371.623	Aumento do Patrimônio Líquido	1.473.959
<i>Imobilizado</i>	<i>1.371.623</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>1.473.959</i>
Despesas Correntes	92.836	Receitas Correntes	6.500
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Total das Fontes	1.480.459
Serviços de Terceiros	59.236	Variação do Disponível	-16.000
Tributos	6.000		
Outras Despesas Correntes	2.400		
Total dos Usos	1.464.459	Total Líquido das Fontes	1.464.459



32382 GERADORA EOLICA BENTEVI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	732.885	Receitas de Capital	835.221
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	732.885	Aumento do Patrimônio Líquido	835.221
<i>Imobilizado</i>	<i>732.885</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>835.221</i>
Despesas Correntes	92.836	Receitas Correntes	6.500
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Total das Fontes	841.721
Serviços de Terceiros	59.236	Variação do Disponível	-16.000
Tributos	6.000		
Outras Despesas Correntes	2.400		
Total dos Usos	825.721	Total Líquido das Fontes	825.721

32383 GERADORA EOLICA OURO VERDE I S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.365.623	Receitas de Capital	1.467.959
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.365.623	Aumento do Patrimônio Líquido	1.467.959
<i>Imobilizado</i>	<i>1.365.623</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>1.467.959</i>
Despesas Correntes	92.836	Receitas Correntes	6.500
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Total das Fontes	1.474.459
Serviços de Terceiros	59.236	Variação do Disponível	-16.000
Tributos	6.000		
Outras Despesas Correntes	2.400		
Total dos Usos	1.458.459	Total Líquido das Fontes	1.458.459

32384 GERADORA EOLICA OURO VERDE II S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.471.770	Receitas de Capital	1.574.106
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.471.770	Aumento do Patrimônio Líquido	1.574.106
<i>Imobilizado</i>	<i>1.471.770</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>1.574.106</i>
Despesas Correntes	92.836	Receitas Correntes	6.500
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Total das Fontes	1.580.606
Serviços de Terceiros	59.236	Variação do Disponível	-16.000
Tributos	6.000		
Outras Despesas Correntes	2.400		
Total dos Usos	1.564.606	Total Líquido das Fontes	1.564.606

32385 GERADORA EOLICA OURO VERDE III S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.211.475	Receitas de Capital	1.313.811
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.211.475	Aumento do Patrimônio Líquido	1.313.811
<i>Imobilizado</i>	<i>1.211.475</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>1.313.811</i>
Despesas Correntes	92.836	Receitas Correntes	6.500
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Total das Fontes	1.320.311
Serviços de Terceiros	59.236	Variação do Disponível	-16.000
Tributos	6.000		
Outras Despesas Correntes	2.400		
Total dos Usos	1.304.311	Total Líquido das Fontes	1.304.311



32386 ENERGIA DOS VENTOS V S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	91.489.920	Receitas de Capital	28.184.987
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	91.489.920	Aumento do Patrimônio Líquido	28.184.987
<i>Imobilizado</i>	<i>91.489.920</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>28.184.987</i>
Despesas Correntes	2.488.536	Receitas Correntes	65.824.469
Despesas de Pessoal	379.075	Total das Fontes	94.009.456
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Variação Patrimonial	1
Serviços de Terceiros	1.242.761	Variação do Disponível	-31.001
Tributos	685.500		
Outras Despesas Correntes	156.000		
Total dos Usos	93.978.456	Total Líquido das Fontes	93.978.456

32387 ENERGIA DOS VENTOS VI S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	130.699.886	Receitas de Capital	40.084.559
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	130.699.886	Aumento do Patrimônio Líquido	40.084.559
<i>Imobilizado</i>	<i>130.699.886</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>40.084.559</i>
Despesas Correntes	2.943.799	Receitas Correntes	93.601.630
Despesas de Pessoal	559.656	Total das Fontes	133.686.189
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Variação Patrimonial	-2
Serviços de Terceiros	1.493.443	Variação do Disponível	-42.502
Tributos	685.500		
Outras Despesas Correntes	180.000		
Total dos Usos	133.643.685	Total Líquido das Fontes	133.643.685

32388 ENERGIA DOS VENTOS VII S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	117.629.898	Receitas de Capital	36.255.006
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	117.629.898	Aumento do Patrimônio Líquido	36.255.006
<i>Imobilizado</i>	<i>117.629.898</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>36.255.006</i>
Despesas Correntes	3.248.618	Receitas Correntes	84.666.015
Despesas de Pessoal	664.084	Total das Fontes	120.921.021
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Variação Patrimonial	-1
Serviços de Terceiros	1.717.834	Variação do Disponível	-42.504
Tributos	685.500		
Outras Despesas Correntes	156.000		
Total dos Usos	120.878.516	Total Líquido das Fontes	120.878.516

32389 ENERGIA DOS VENTOS VIII S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	91.489.920	Receitas de Capital	28.166.514
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	91.489.920	Aumento do Patrimônio Líquido	28.166.514
<i>Imobilizado</i>	<i>91.489.920</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>28.166.514</i>
Despesas Correntes	2.426.958	Receitas Correntes	65.781.364
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Total das Fontes	93.947.878
Materiais e Produtos	30.000	Variação do Disponível	-31.000
Serviços de Terceiros	1.443.018		
Tributos	685.500		
Outras Despesas Correntes	243.240		
Total dos Usos	93.916.878	Total Líquido das Fontes	93.916.878



32390 ENERGIA DOS VENTOS IX S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	104.559.909	Receitas de Capital	32.162.936
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	104.559.909	Aumento do Patrimônio Líquido	32.162.936
<i>Imobilizado</i>	<i>104.559.909</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>32.162.936</i>
Despesas Correntes	2.678.377	Receitas Correntes	75.106.353
Despesas de Pessoal	415.989	Total das Fontes	107.269.289
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	25.200	Variação Patrimonial	3
Serviços de Terceiros	1.395.688	Variação do Disponível	-31.006
Tributos	685.500		
Outras Despesas Correntes	156.000		
Total dos Usos	107.238.286	Total Líquido das Fontes	107.238.286

32391 FRONTEIRA OESTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	62.810.976	Receitas de Capital	29.061.335
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	58.911.786	Aumento do Patrimônio Líquido	29.061.335
<i>Imobilizado</i>	<i>58.911.786</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>29.061.335</i>
Outras Despesas de Capital	3.899.190	Receitas Correntes	19.303.709
Despesas Correntes	4.489.172	Total das Fontes	48.365.044
Despesas com Dirigentes	586.154	Variação Patrimonial	2.588.475
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	225.444	Variação do Disponível	16.346.629
Materiais e Produtos	60.000		
Serviços de Terceiros	1.764.307		
Tributos	1.690.015		
Outras Despesas Correntes	163.252		
Total dos Usos	67.300.148	Total Líquido das Fontes	67.300.148

32392 EÓLICA HERMENEGILDO I S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	10.800.000	Receitas de Capital	2.100.000
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	10.500.000	Aumento do Patrimônio Líquido	2.100.000
<i>No país</i>	<i>10.500.000</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>2.100.000</i>
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	300.000	Receitas Correntes	43.838.888
<i>Imobilizado</i>	<i>300.000</i>	Total das Fontes	45.938.888
Despesas Correntes	41.116.661	Variação Patrimonial	2.727.547
Despesas com Dirigentes	1.190.773	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	3.064.810
Materiais e Produtos	5.475.151	Variação do Disponível	185.416
Serviços de Terceiros	9.236.308		
Tributos	7.243.209		
Despesas Financeiras	16.680.440		
Outras Despesas Correntes	1.290.780		
Total dos Usos	51.916.661	Total Líquido das Fontes	51.916.661



32393 EÓLICA HERMENEGILDO II S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	10.860.000	Receitas de Capital	800.000
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	10.560.000	Aumento do Patrimônio Líquido	800.000
<i>No país</i>	<i>10.560.000</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>800.000</i>
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	300.000	Receitas Correntes	45.984.555
<i>Imobilizado</i>	<i>300.000</i>	Total das Fontes	46.784.555
Despesas Correntes	42.929.262	Variação Patrimonial	3.393.744
Materiais e Produtos	8.230.042	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	3.011.556
Serviços de Terceiros	9.232.199	Variação do Disponível	599.407
Tributos	7.562.585		
Despesas Financeiras	16.684.081		
Outras Despesas Correntes	1.220.355		
Total dos Usos	53.789.262	Total Líquido das Fontes	53.789.262

32394 EÓLICA HERMENEGILDO III S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	9.320.000	Receitas Correntes	38.703.725
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	9.120.000	Total das Fontes	38.703.725
<i>No país</i>	<i>9.120.000</i>	Variação Patrimonial	3.103.947
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	200.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	3.168.530
<i>Imobilizado</i>	<i>200.000</i>	Variação do Disponível	321.583
Despesas Correntes	35.977.785		
Materiais e Produtos	6.306.706		
Serviços de Terceiros	7.200.000		
Tributos	6.666.747		
Despesas Financeiras	14.764.449		
Outras Despesas Correntes	1.039.883		
Total dos Usos	45.297.785	Total Líquido das Fontes	45.297.785

32395 EÓLICA CHUÍ IX S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	3.160.000	Receitas Correntes	13.625.409
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	3.060.000	Total das Fontes	13.625.409
<i>No país</i>	<i>3.060.000</i>	Variação Patrimonial	964.967
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	100.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	205.980
<i>Imobilizado</i>	<i>100.000</i>	Variação do Disponível	72.954
Despesas Correntes	11.709.310		
Materiais e Produtos	2.054.290		
Serviços de Terceiros	2.760.000		
Tributos	2.204.114		
Despesas Financeiras	4.312.649		
Outras Despesas Correntes	378.257		
Total dos Usos	14.869.310	Total Líquido das Fontes	14.869.310



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10º, inciso VI

36000 M. DA SAÚDE**36215 EMPRESA BRASILEIRA DE HEMODERIVADOS E BIOTECNOLOGIA - HEMOBRÁS****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	495.492.560	Receitas de Capital	287.956.395
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	495.492.560	Aumento do Patrimônio Líquido	287.956.395
Imobilizado	485.982.560	Outros Recursos para Aumento do PL	287.956.395
Intangível	9.510.000	Receitas Correntes	810.636.396
Despesas Correntes	745.963.696	Total das Fontes	1.098.592.791
Despesas de Pessoal	49.034.073	Variação Patrimonial	-5.417.954
Despesas com Dirigentes	1.870.822	Variação do Disponível	148.281.419
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	535.555		
Materiais e Produtos	475.960.507		
Serviços de Terceiros	129.703.505		
Tributos	46.809.955		
Despesas Financeiras	20.286.000		
Outras Despesas Correntes	21.763.279		
Total dos Usos	1.241.456.256	Total Líquido das Fontes	1.241.456.256



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

39000 M.TRANSP.PORTOS AVIAÇÃO CIVIL

39210 COMPANHIA DOCAS DO CEARÁ - CDC

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	20.294.991	Receitas de Capital	10.000.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	20.294.991	Aumento do Patrimônio Líquido	10.000.000
Imobilizado	17.585.991	Aportes do Tesouro Nacional	10.000.000
Intangível	2.709.000	Receitas Correntes	60.107.280
Despesas Correntes	58.061.177	Total das Fontes	70.107.280
Despesas de Pessoal	23.890.368	Variação Patrimonial	9.011.386
Despesas com Dirigentes	1.400.080	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-33.000
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	296.988	Variação do Disponível	-729.498
Materiais e Produtos	240.000		
Serviços de Terceiros	12.058.400		
Tributos	16.803.341		
Outras Despesas Correntes	3.372.000		
Total dos Usos	78.356.168	Total Líquido das Fontes	78.356.168

39211 COMPANHIA DOCAS DO ESPÍRITO SANTO - CODESA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	48.200.000	Receitas de Capital	26.500.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	48.200.000	Aumento do Patrimônio Líquido	26.500.000
Imobilizado	39.200.000	Aportes do Tesouro Nacional	26.500.000
Intangível	9.000.000	Receitas Correntes	162.620.340
Despesas Correntes	150.520.697	Total das Fontes	189.120.340
Despesas de Pessoal	80.762.518	Variação Patrimonial	1.384.880
Despesas com Dirigentes	2.607.448	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-150.000
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	742.434	Variação do Disponível	8.365.477
Materiais e Produtos	491.000		
Serviços de Terceiros	34.712.000		
Tributos	20.850.220		
Outras Despesas Correntes	10.355.077		
Total dos Usos	198.720.697	Total Líquido das Fontes	198.720.697

39212 COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA - CODEBA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	44.497.667	Receitas de Capital	1.500.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	44.497.667	Aumento do Patrimônio Líquido	1.500.000
Imobilizado	44.497.667	Aportes do Tesouro Nacional	1.500.000
Despesas Correntes	139.034.712	Receitas Correntes	150.971.786
Despesas de Pessoal	59.455.157	Total das Fontes	152.471.786
Despesas com Dirigentes	817.499	Variação Patrimonial	14.548.347
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	545.518	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	48.439.134
Materiais e Produtos	2.425.013	Variação do Disponível	-31.926.888
Serviços de Terceiros	41.992.277		
Tributos	24.514.770		
Outras Despesas Correntes	9.284.478		
Total dos Usos	183.532.379	Total Líquido das Fontes	183.532.379



39213 COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	187.438.388	Receitas de Capital	81.500.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	187.438.388	Aumento do Patrimônio Líquido	81.500.000
<i>Imobilizado</i>	<i>187.438.388</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>81.500.000</i>
Despesas Correntes	912.051.990	Receitas Correntes	968.886.201
Despesas de Pessoal	422.944.288	Total das Fontes	1.050.386.201
Despesas com Dirigentes	3.403.136	Variação Patrimonial	-53.235.129
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	700.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	69.207.045
Materiais e Produtos	2.070.000	Variação do Disponível	33.132.261
Serviços de Terceiros	239.164.584		
Tributos	128.203.817		
Despesas Financeiras	77.291.497		
Outras Despesas Correntes	38.274.668		
Total dos Usos	1.099.490.378	Total Líquido das Fontes	1.099.490.378

39214 COMPANHIA DOCAS DO MARANHÃO - CODOMAR R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	6.892.514	Receitas de Capital	9.875.000
Despesas de Pessoal	4.818.692	Subsídios do Tesouro Nacional	9.875.000
Despesas com Dirigentes	358.822	Total das Fontes	9.875.000
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	70.000	Variação Patrimonial	332.626
Materiais e Produtos	55.000	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	12.000
Serviços de Terceiros	880.000	Variação do Disponível	-3.327.112
Tributos	40.000		
Despesas Financeiras	240.000		
Outras Despesas Correntes	430.000		
Total dos Usos	6.892.514	Total Líquido das Fontes	6.892.514

39215 COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	29.751.259	Receitas de Capital	2.000.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	29.751.259	Aumento do Patrimônio Líquido	2.000.000
<i>Imobilizado</i>	<i>29.751.259</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>2.000.000</i>
Despesas Correntes	150.389.991	Receitas Correntes	177.259.566
Despesas de Pessoal	96.385.004	Total das Fontes	179.259.566
Despesas com Dirigentes	1.240.312	Variação Patrimonial	-1.868.316
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	278.497	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-27.961
Materiais e Produtos	2.205.656	Variação do Disponível	2.777.961
Serviços de Terceiros	12.342.770		
Tributos	25.297.198		
Outras Despesas Correntes	12.640.554		
Total dos Usos	180.141.250	Total Líquido das Fontes	180.141.250



39216 COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO - CDRJ

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	79.239.568	Receitas de Capital	55.456.956
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	79.239.568	Aumento do Patrimônio Líquido	24.700.000
<i>Imobilizado</i>	<i>79.239.568</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>24.700.000</i>
Despesas Correntes	480.121.430	Outras Receitas de Capital	30.756.956
Despesas de Pessoal	339.852.065	Receitas Correntes	506.994.323
Despesas com Dirigentes	3.365.952	Total das Fontes	562.451.279
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	846.563	Variação Patrimonial	9.769.849
Materiais e Produtos	3.324.085	Variação do Disponível	-12.860.130
Serviços de Terceiros	28.311.950		
Tributos	62.837.703		
Outras Despesas Correntes	41.583.112		
Total dos Usos	559.360.998	Total Líquido das Fontes	559.360.998

39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	10.711.798	Receitas de Capital	1.500.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	10.711.798	Aumento do Patrimônio Líquido	1.500.000
<i>Imobilizado</i>	<i>10.711.798</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>1.500.000</i>
Despesas Correntes	89.177.898	Receitas Correntes	88.299.319
Despesas de Pessoal	50.566.089	Total das Fontes	89.799.319
Despesas com Dirigentes	1.734.012	Variação Patrimonial	4.791.599
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	858.113	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-121.513
Materiais e Produtos	5.212.817	Variação do Disponível	5.420.291
Serviços de Terceiros	10.159.159		
Tributos	11.988.750		
Outras Despesas Correntes	8.658.958		
Total dos Usos	992.889.696	Total Líquido das Fontes	99.889.696

39256 EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - INFRAERO

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.057.300.000	Receitas de Capital	1.057.000.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	520.300.000	Aumento do Patrimônio Líquido	987.000.000
<i>Imobilizado</i>	<i>520.300.000</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>987.000.000</i>
Inversões Financeiras	537.000.000	Outras Receitas de Capital	70.000.000
Despesas Correntes	2.852.387.086	Receitas Correntes	2.851.027.670
Despesas de Pessoal	1.680.517.609	Total das Fontes	3.908.027.670
Despesas com Dirigentes	5.151.419	Variação Patrimonial	-170.063.953
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	881.129	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-25.804.165
Materiais e Produtos	31.215.924	Variação do Disponível	197.527.534
Serviços de Terceiros	678.180.289		
Tributos	238.988.839		
Despesas Financeiras	38.600.000		
Outras Despesas Correntes	178.851.877		
Total dos Usos	3.909.687.086	Total Líquido das Fontes	3.909.687.086



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10º, inciso VI

47000 M.PLAN. DESENVOL. E GESTÃO**47216 AGÊNCIA BRASILEIRA GESTORA DE FUNDOS GARANTIDORES E GARANTIAS S.A. - ABGF****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	569.466.157	Receitas de Capital	1.700.000.000
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	1.781.500	Aumento do Patrimônio Líquido	1.700.000.000
Imobilizado	1.778.000	Aportes do Tesouro Nacional	800.000.000
Intangível	3.500	Outros Recursos para Aumento do PL	900.000.000
Inversões Financeiras	500.000.000	Receitas Correntes	73.562.809
Outras Despesas de Capital	67.684.657	Total das Fontes	1.773.562.809
Despesas Correntes	188.313.817	Variação Patrimonial	61.700.287
Despesas de Pessoal	20.869.674	Variação do Disponível	-1.077.483.122
Despesas com Dirigentes	3.086.899		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	937.342		
Materiais e Produtos	227.840		
Serviços de Terceiros	6.578.830		
Tributos	151.984.446		
Outras Despesas Correntes	4.628.786		
Total dos Usos	757.779.974	Total Líquido das Fontes	757.779.974



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019**DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES**

LDO, Art 10º, inciso VI

52000 M. DA DEFESA**52231 EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON****R\$ 1,00**

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	806.259.000	Receitas de Capital	2.500.002.200
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	800.150.000	Aumento do Patrimônio Líquido	2.500.000.000
<i>Imobilizado</i>	<i>800.150.000</i>	<i>Aportes do Tesouro Nacional</i>	<i>2.500.000.000</i>
Outras Despesas de Capital	6.109.000	Outras Receitas de Capital	2.200
Despesas Correntes	255.104.849	Receitas Correntes	264.858.496
Despesas de Pessoal	103.086.013	Total das Fontes	2.764.860.696
Despesas com Dirigentes	1.137.366	Variação Patrimonial	5.914.269
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	414.247	Variação do Disponível	-1.709.411.116
Materiais e Produtos	13.178.654		
Serviços de Terceiros	18.260.920		
Tributos	40.455.942		
Despesas Financeiras	85.719		
Outras Despesas Correntes	78.485.988		
Total dos Usos	1.061.363.849	Total Líquido das Fontes	1.061.363.849



EMPRESAS DO SETOR FINANCEIRO

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

24000 M.CIÊNCIATEC.INOV.COMUNICAÇÕES

24202 FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	5.835.887.073	Receitas de Capital	4.637.169.571
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	1.188.790.920	Obtenção de Operações de Crédito	614.454.000
<i>No país</i>	1.188.790.920	<i>No exterior</i>	614.454.000
Concessão de Operações de Crédito	3.850.000.000	Amort./Liq. Princ. Oper. Créd. Concedidos	2.603.345.577
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	102.998.150	Recursos de Fundos	1.416.369.994
<i>Imobilizado</i>	92.998.150	Participação nos Resultados	3.000.000
<i>Intangível</i>	10.000.000	Receitas Correntes	1.994.108.856
Inversões Financeiras	260.000.000	Total das Fontes	6.631.278.427
Outras Despesas de Capital	434.098.003	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	50.175.298
Despesas Correntes	1.996.326.077	Variação do Disponível	1.150.759.425
Despesas de Pessoal	300.416.849		
Despesas com Dirigentes	6.837.991		
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	825.132		
Materiais e Produtos	2.472.283		
Serviços de Terceiros	111.832.292		
Tributos	205.339.202		
Despesas Financeiras	1.261.448.868		
Outras Despesas Correntes	107.153.460		
Total dos Usos	7.832.213.150	Total Líquido das Fontes	7.832.213.150



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

25000 M. DA FAZENDA

25202 BANCO DA AMAZÔNIA S.A. - BASA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	5.240.212.985	Receitas de Capital	4.772.795.768
Concessão de Operações de Crédito	2.041.561.639	Alienação de Valores e Bens	1.253.481.368
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	206.681.828	Obtenção de Operações de Crédito	158.015.306
Imobilizado	64.740.828	No país	122.656.545
Intangível	141.941.000	No exterior	35.358.761
Outras Despesas de Capital	2.991.969.518	Amort./Liq. Oper. Outros Créd. Concedidos	9.533.876
Despesas Correntes	2.296.208.406	Recursos do Tesouro Nacional	9.389.919
Despesas de Pessoal	608.651.951	Recursos de Fundos	3.196.403.750
Despesas com Dirigentes	4.579.596	Outras Receitas de Capital	145.971.549
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	1.523.983	Receitas Correntes	3.148.944.859
Materiais e Produtos	1.230.000	Total das Fontes	7.921.740.627
Serviços de Terceiros	100.638.698	Variação Patrimonial	-309.786.616
Tributos	386.246.524	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	85.753.379
Despesas Financeiras	683.577.442	Variação do Disponível	-161.285.999
Outras Despesas Correntes	509.760.212		
Total dos Usos	7.536.421.391	Total Líquido das Fontes	7.536.421.391

25210 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. - BNB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	11.923.770.023	Receitas de Capital	13.342.564.078
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	1.299.474.850	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	36.879.506
No país	169.629.632	Obtenção de Operações de Crédito	75.000.000
No exterior	1.129.845.218	No país	75.000.000
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	372.387	Obtenção de Operações de Outros Créditos	368.334
Concessão de Operações de Crédito	354.184.952	Amort./Liq. Princ. Oper. Créd. Concedidos	33.107.435
Concessão de Operações de Outros Créditos	750.134.866	Emissão de Outros Inst. de Captação	114.745.145
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	144.379.728	Aplicações Financeiras	82.045.577
Imobilizado	144.379.728	Recursos de Fundos	7.823.155.826
Outras Despesas de Capital	9.375.223.240	Recursos Provenientes de Depósitos	862.459.127
Despesas Correntes	6.723.081.216	Subsídios do Tesouro Nacional	4.314.803.128
Despesas de Pessoal	1.942.048.028	Receitas Correntes	8.728.079.370
Despesas com Dirigentes	9.433.663	Variação Patrimonial	-3.051.078.573
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	2.853.034	Total das Fontes	22.070.643.448
Materiais e Produtos	9.933.116	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-429.802.236
Serviços de Terceiros	1.169.275.744	Variação do Disponível	57.669.370
Tributos	1.020.072.266		
Despesas Financeiras	1.902.788.324		
Outras Despesas Correntes	666.677.041		
Total dos Usos	18.646.851.239	Total Líquido das Fontes	18.646.851.239



25220 CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	107.402.203.922	Receitas de Capital	49.226.897.483
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	2.252.204.039	Obtenção de Operações de Crédito	62.467.241
<i>No país</i>	<i>2.100.782.039</i>	<i>No exterior</i>	<i>62.467.241</i>
Concessão de Operações de Crédito	22.952.331.867	Resgate de Principal de Aplic. Financeiras	5.134.829.282
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	2.710.399.964	Recursos de Fundos	11.407.747.543
<i>Imobilizado</i>	<i>2.603.818.911</i>	Recursos Provenientes de Depósitos	1.724.992.175.657
<i>Intangível</i>	<i>106.581.053</i>	Outras Receitas de Capital	30.859.449.322
Outras Despesas de Capital	79.638.690.052	Receitas Correntes	161.157.028.308
Despesas Correntes	121.226.703.267	Total das Fontes	210.383.925.791
Despesas de Pessoal	21.918.617.814	Variação Patrimonial	3.472.951.135
Despesas com Dirigentes	40.268.681	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	14.198.053.514
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	5.604.347	Variação do Disponível	573.956.637
Materiais e Produtos	151.808.500		
Serviços de Terceiros	6.526.839.337		
Tributos	7.481.952.096		
Despesas Financeiras	63.063.493.050		
Outras Despesas Correntes	22.038.119.442		
Total dos Usos	228.628.907.189	Total Líquido das Fontes	228.628.907.189

25234 BANCO DO BRASIL S.A. - BB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	86.736.214.251	Receitas de Capital	58.081.504.433
Concessão de Operações de Crédito	21.700.626.089	Aumento do Patrimônio Líquido	9.860.409.116
Concessão de Operações de Outros Créditos	4.246.620.398	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	<i>9.860.409.116</i>
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	2.742.459.550	Alienação de Valores e Bens	1.450.132.200
<i>Imobilizado</i>	<i>2.742.459.550</i>	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	57.602.568
Inversões Financeiras	2.828.772.543	Obtenção de Operações de Crédito	1.037.589.817
Outras Despesas de Capital	55.217.735.671	<i>No exterior</i>	<i>1.037.589.817</i>
Despesas Correntes	130.082.679.450	Obtenção de Operações de Outros Créditos	5.039.222.516
Despesas de Pessoal	21.050.434.682	Emissão de Outros Inst. de Captação	15.388.380.769
Despesas com Dirigentes	126.872.257	Recursos do Tesouro Nacional	533.635.700
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	12.587.842	Recursos de Fundos	2.206.579.908
Materiais e Produtos	109.498.502	Recursos Provenientes de Depósitos	14.590.358.132
Serviços de Terceiros	3.362.600.862	Rendas de Participações	7.917.593.707
Tributos	11.023.078.166	Receitas Correntes	169.287.252.350
Despesas Financeiras	76.593.812.762	Total das Fontes	227.368.756.783
Outras Despesas Correntes	17.803.794.377	Variação Patrimonial	-10.530.054.276
		Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	1.480.191.190
		Variação do Disponível	-1.499.999.996
Total dos Usos	216.818.893.701	Total Líquido das Fontes	216.818.893.701



25235 BB BANCO DE INVESTIMENTO S.A. - BB INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	124.766.850.718	Receitas de Capital	124.381.986.863
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	55.206.842.656	Aumento do Patrimônio Líquido	260.433.450
Concessão de Operações de Outros Créditos	25.265.899.343	Outros Recursos para Aumento do PL	260.433.450
Outras Despesas de Capital	44.294.108.719	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	208.633.922
Despesas Correntes	978.135.642	Obtenção de Operações de Outros Créditos	55.274.169.533
Despesas de Pessoal	68.947.820	Amort./Liq. Oper. Outros Créd. Concedidos	25.234.278.060
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	193.221	Resgate de Outros Inst. de Captação	9.177.346.674
Materiais e Produtos	4.189	Aplicações Financeiras	3.900.177
Serviços de Terceiros	5.851.350	Resgate de Principal de Aplic. Financeiras	43.071.195
Tributos	415.896.545	Recursos Provenientes de Depósitos	28.654.531.634
Despesas Financeiras	349.347.914	Rendas de Participações	1.088.596.932
Outras Despesas Correntes	137.894.603	Participação nos Resultados	1.072.597.227
		Outras Receitas de Capital	3.364.428.059
		Receitas Correntes	1.536.316.758
		Total das Fontes	125.918.303.621
		Variação Patrimonial	-172.347.282
		Variação do Disponível	-969.979
Total dos Usos	125.744.986.360	Total Líquido das Fontes	125.744.986.360

25236 BB GESTÃO DE RECURSOS - DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BB DTVM R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	1.645.227.545	Receitas de Capital	255.057.559
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	27.262.912	Obtenção de Operações de Outros Créditos	251.936.735
Concessão de Operações de Outros Créditos	38.418.636	Amort./Liq. Oper. Outros Créd. Concedidos	3.120.824
Inversões Financeiras	5.867.437	Receitas Correntes	2.638.379.042
Outras Despesas de Capital	1.573.678.560	Total das Fontes	2.893.436.601
Despesas Correntes	1.256.067.119	Variação Patrimonial	136.505.650
Despesas de Pessoal	97.606.450	Variação do Disponível	-128.647.587
Despesas com Dirigentes	2.600.473	Tributos	1.073.845.175
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	780.000	Outras Despesas Correntes	52.189.176
Materiais e Produtos	183.459		
Serviços de Terceiros	28.862.386		
Total dos Usos	2.901.294.664	Total Líquido das Fontes	2.901.294.664

25238 BB-LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL - BB LAM

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	238.108.178.225	Receitas de Capital	237.963.304.132
Outras Despesas de Capital	238.108.178.225	Aumento do Patrimônio Líquido	110.483.723
Despesas Correntes	584.551.801	Outros Recursos para Aumento do PL	110.483.723
Despesas de Pessoal	3.098.243	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	46.343
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	193.221	Obtenção de Operações de Outros Créditos	236.743.192.641
Serviços de Terceiros	109.682	Amort./Liq. Princ. Oper. Créd. Concedidos	54.338.431
Tributos	153.126.876	Amort./Liq. Oper. Outros Créd. Concedidos	28.416.591
Despesas Financeiras	418.501.888	Aplicações Financeiras	1.501
Outras Despesas Correntes	9.521.891	Resgate de Principal de Aplic. Financeiras	1.026.824.902
		Outras Receitas de Capital	86.395.866
		Receitas Correntes	744.628.532
		Total das Fontes	238.707.932.664
		Variação Patrimonial	-15.226.389
		Variação do Disponível	23.751
Total dos Usos	238.692.730.026	Total Líquido das Fontes	386.186.808.484



25247 BRASILIAN AMERICAN MERCHANT BANK - BAMB

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	796.287.362	Receitas de Capital	814.493.959
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	749.260	Aumento do Patrimônio Líquido	339.065.951
Concessão de Operações de Outros Créditos	22.641.262	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	<i>339.065.951</i>
Outras Despesas de Capital	772.896.840	Obtenção de Operações de Outros Créditos	145.898
Despesas Correntes	47.996.208	Amort./Liq. Oper. Outros Créd. Concedidos	116.001
Despesas de Pessoal	611.719	Resgate de Outros Inst. de Captação	256.382.064
Serviços de Terceiros	1.570.726	Rendas de Participações	218.784.045
Tributos	1.222.116	Receitas Correntes	130.223.494
Despesas Financeiras	44.570.170	Total das Fontes	944.717.453
Outras Despesas Correntes	21.477	Variação Patrimonial	18.521.139
		Variação do Disponível	-118.955.022
Total dos Usos	844.283.570	Total Líquido das Fontes	844.283.570

25272 BESC DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A. - BESCVAL

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	537.451.024	Receitas de Capital	537.718.966
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	1.034.188	Aumento do Patrimônio Líquido	268.700
Concessão de Operações de Outros Créditos	88.372	<i>Outros Recursos para Aumento do PL</i>	<i>268.700</i>
Outras Despesas de Capital	536.328.464	Obtenção de Operações de Outros Créditos	1.036.122
Despesas Correntes	752.911	Amort./Liq. Oper. Outros Créd. Concedidos	88.364
Despesas de Pessoal	226.049	Resgate de Outros Inst. de Captação	536.325.566
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	190.589	Outras Receitas de Capital	214
Serviços de Terceiros	20.642	Receitas Correntes	484.213
Tributos	93.417	Total das Fontes	538.203.179
Outras Despesas Correntes	222.214	Variação Patrimonial	-1
		Variação do Disponível	757
Total dos Usos	538.203.935	Total Líquido das Fontes	538.203.935

25280 BB ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S.A. - BB CONSÓRCIOS R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	639.566.602	Receitas Correntes	1.359.245.214
Outras Despesas de Capital	639.566.602	Total das Fontes	1.359.245.214
Despesas Correntes	682.895.146	Variação Patrimonial	1.262.027.372
Despesas de Pessoal	19.653.028	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-1.336.177.228
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	1.686.439	Variação do Disponível	37.366.390
Serviços de Terceiros	108.483.014		
Tributos	529.205.022		
Outras Despesas Correntes	23.867.643		
Total dos Usos	1.322.461.748	Total Líquido das Fontes	1.322.461.748

25285 CAIXA PARTICIPAÇÕES S.A. - CAIXAPAR

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	96.406.705	Receitas de Capital	105.975.350
Inversões Financeiras	696.000	Rendas de Participações	93.859.350
Outras Despesas de Capital	95.710.705	Participação nos Resultados	12.116.000
Despesas Correntes	55.283.976	Receitas Correntes	91.726.043
Despesas de Pessoal	10.700.162	Total das Fontes	197.701.393
Despesas com Dirigentes	6.180.496	Variação Patrimonial	33.007.276
Serviços de Terceiros	20.718.922	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-30.445.245
Tributos	15.545.796	Variação do Disponível	-48.572.743
Outras Despesas Correntes	2.138.600		
Total dos Usos	151.690.681	Total Líquido das Fontes	151.690.681



25292 CAIXA SEGURIDADE E PARTICIPAÇÕES S.A.

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	422.784.093	Receitas de Capital	1.320.856.497
Outras Despesas de Capital	422.784.093	Rendas de Participações	1.021.499.029
Despesas Correntes	353.619.573	Participação nos Resultados	299.357.468
Despesas de Pessoal	44.740.186	Receitas Correntes	589.339.078
Despesas com Dirigentes	6.235.805	Total das Fontes	1.910.195.575
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	1.517.806	Variação Patrimonial	-1.147.905.789
Serviços de Terceiros	38.811.653	Variação do Disponível	14.113.880
Tributos	246.824.699		
Despesas Financeiras	6.133.192		
Outras Despesas Correntes	9.356.232		
Total dos Usos	776.403.666	Total Líquido das Fontes	776.403.666

25295 CAIXA Instantânea S/A

R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	1.677.102	Receitas Correntes	148.968
Despesas com Dirigentes	1.024.632	Total das Fontes	148.968
Serviços de Terceiros	642.636	Variação Patrimonial	1.486.933
Tributos	6.834	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.050
Outras Despesas Correntes	3.000	Variação do Disponível	43.251
Total dos Usos	1.677.102	Total Líquido das Fontes	1.677.102



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO 2019

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS DAS EMPRESAS ESTATAIS - USOS E FONTES

LDO, Art 10º, inciso VI

47000 M.PLAN. DESENVOL. E GESTÃO

47206 Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	100.397.651.829	Receitas de Capital	142.705.454.803
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	2.097.253.083	Alienação de Valores e Bens	200.000.000
<i>No exterior</i>	<i>2.097.253.083</i>	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	45.726.564
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	24.958.932	Obtenção de Operações de Crédito	5.481.000.000
Concessão de Operações de Crédito	78.603.998.780	<i>No exterior</i>	<i>5.481.000.000</i>
Invest. no Ativo Imobilizado e Intangível	66.172.950	Amort./Liq. Princ. Oper. Créd. Concedidos	92.077.820.866
<i>Imobilizado</i>	<i>66.172.950</i>	Amort./Liq. Oper. Outros Créd. Concedidos	1.880.169.107
Inversões Financeiras	2.600.000.000	Emissão de Outros Inst. de Captação	5.250.000.000
Outras Despesas de Capital	17.005.268.084	Resgate de Outros Inst. de Captação	1.616.799.024
Despesas Correntes	54.759.101.671	Recursos de Fundos	23.000.000.000
Despesas de Pessoal	1.365.598.208	Rendas de Participações	9.084.558.515
Despesas com Dirigentes	14.704.390	Participação nos Resultados	3.921.070.907
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	2.913.095	Outras Receitas de Capital	148.309.820
Materiais e Produtos	712.158	Receitas Correntes	60.146.213.531
Serviços de Terceiros	430.010.203	Total das Fontes	202.851.668.334
Tributos	3.926.969.287	Variação Patrimonial	-20.194.993.329
Despesas Financeiras	48.444.669.762	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	4.494.965.977
Outras Despesas Correntes	573.524.568	Variação do Disponível	-31.994.887.482
Total dos Usos	155.156.753.500	Total Líquido das Fontes	155.156.753.500

47207 BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	8.377.784.694	Receitas de Capital	21.142.947.575
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	5.128.519	Aumento do Patrimônio Líquido	1.900.000.000
Inversões Financeiras	8.500.000	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>1.900.000.000</i>
Outras Despesas de Capital	8.364.156.175	Alienação de Valores e Bens	6.002.729.736
Despesas Correntes	3.747.255.393	Ganhos na Alienação de Valores e Bens	6.730.993.478
Despesas de Pessoal	430.601.806	Amort./Liq. Oper. Outros Créd. Concedidos	425.721.533
Despesas com Dirigentes	445.793	Resgate de Outros Inst. de Captação	1.095.645.161
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	873.926	Rendas de Participações	1.066.786.760
Materiais e Produtos	226.596	Participação nos Resultados	3.921.070.907
Serviços de Terceiros	80.685.637	Receitas Correntes	2.660.026.375
Tributos	2.599.338.935	Total das Fontes	23.802.973.950
Despesas Financeiras	546.626.453	Variação Patrimonial	-9.518.219.275
Outras Despesas Correntes	88.456.247	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-2.159.714.588
Total dos Usos	12.125.040.087	Total Líquido das Fontes	12.125.040.087



47208 AGÊNCIA ESPECIAL DE FINANCIAMENTO INDUSTRIAL - FINAME R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas de Capital	39.783.787.285	Receitas de Capital	41.093.237.445
Amort./Liq. Princ. Op. Créd. Obtidas	13.200.000.000	Aumento do Patrimônio Líquido	700.000.000
<i>No país</i>	<i>13.200.000.000</i>	<i>Aportes de Empresas Estatais</i>	<i>700.000.000</i>
Amort./Liq. Princ. Oper. Outros Créd. Obtidos	1.810.462	Obtenção de Operações de Crédito	13.200.000.000
Concessão de Operações de Crédito	25.528.775.277	<i>No país</i>	<i>13.200.000.000</i>
Outras Despesas de Capital	1.053.201.546	Amort./Liq. Princ. Oper. Créd. Concedidos	24.602.802.654
Despesas Correntes	7.443.206.062	Amort./Liq. Oper. Outros Créd. Concedidos	2.481.000.000
Despesas de Pessoal	266.563.024	Outras Receitas de Capital	109.434.791
Despesas com Dirigentes	275.967	Receitas Correntes	9.428.170.745
Despesas com Conselhos e Comitês Estatutários	291.309	Total das Fontes	50.521.408.190
Materiais e Produtos	140.274	Variação Patrimonial	-4.269.461.972
Serviços de Terceiros	56.310.995	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	975.047.129
Tributos	1.052.599.521		
Despesas Financeiras	6.007.766.856		
Outras Despesas Correntes	59.258.116		
Total dos Usos	47.226.993.347	Total Líquido das Fontes	47.226.993.347

47215 BNDES Limited R\$ 1,00

USOS	VALOR	FONTES	VALOR
Despesas Correntes	5.693.280	Receitas Correntes	6.821.401
Serviços de Terceiros	948.001	Total das Fontes	6.821.401
Tributos	4.710.682	Variação Patrimonial	1
Outras Despesas Correntes	34.597	Ajuste de Receitas e Despesas Financeiras	-6.821.401
		Variação do Disponível	5.693.279
Total dos Usos	5.693.280	Total Líquido das Fontes	5.693.280



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

GOVERNO
FEDERAL





ORÇAMENTO CIDADÃO

Projeto de Lei Orçamentária Anual 2019



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

ORÇAMENTO CIDADÃO

Projeto de Lei Orçamentária Anual 2019

Brasília / DF
2018

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Esteves Pedro Colnago Junior

Secretário-Executivo

Gleisson Cardoso Rubin

Secretário de Orçamento Federal

George Alberto de Aguiar Soares

Secretários-Adjuntos

Bruno César Grossi de Souza

Geraldo Julião Júnior

Márcio Luiz de Albuquerque Oliveira

Luiz Guilherme Pinto Henriques

Coordenador-Geral

Marcos da Costa Avelar

Coordenadora

Leila Barbieri de Matos Frossard

Equipe Técnica

Ana Cláudia Alves de Medeiros Silva

Anderson Trindade Melchtiades

Colaboração

Secretarias Adjuntas e Departamentos da SOF

Assessoria de Comunicação

Informações

www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1

Secretaria de Orçamento Federal

SEPN 516, Bloco "D", Lote 8,

70770-524, Brasília – DF

Tel.: (61) 2020-2000

Brasil. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Secretaria de Orçamento Federal.

Orçamento Cidadão: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2019.

Brasília, 2018.

48p.

1. Orçamento federal. 2. Proposta orçamentária. I. Título.

APRESENTAÇÃO

Desde 2010, a Secretaria de Orçamento Federal tem trabalhado no sentido de tornar as informações orçamentárias acessíveis ao grande público. Nosso grande desafio é permitir que o cidadão compreenda para onde o dinheiro que ele paga em impostos é destinado. Agora, em agosto de 2018, publicamos a nona edição do Orçamento Cidadão, documento que reflete os dados relativos ao Orçamento proposto para o Congresso Nacional para o ano de 2019.

O objetivo deste orçamento simplificado é ampliar a transparência sobre orçamento público federal, assim, contribuiremos para a formação de uma sociedade melhor informada e mais participativa na gestão dos recursos públicos. É no orçamento que se define o que será feito e quanto será gasto pelo Governo Federal para atender às necessidades da população, nas diversas áreas, tais como saúde, agricultura, educação e segurança.

Sabemos que um documento dessa natureza não tem a intenção de suprir integralmente as necessidades de informação sobre o orçamento da União. Porém, esperamos que esta referência inicial permita ao cidadão conhecer a proposta orçamentária para 2019, motivando-o a ampliar seus conhecimentos sobre a matéria e influir futuramente na aprovação e execução da despesa pública.

Acreditamos que este **Orçamento Cidadão**, baseado no Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2019, pode permitir uma melhor compreensão de como o processo orçamentário é realizado. Entender como esta atividade funciona e participar de sua condução, direta ou indiretamente, é uma condição essencial para o exercício da cidadania.

George Soares

Secretário de Orçamento Federal



SUMÁRIO PLOA 2019

O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO?	07
O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO	08
ACOMPANHE ALGUNS PRAZOS IMPORTANTES	09
PROJEÇÕES ECONÔMICAS PARA 2019	09
DEFINIÇÃO DA META DE RESULTADO PRIMÁRIO PARA 2019	10
COMO É DEFINIDA A META DE RESULTADO PRIMÁRIO	10
AS RECEITAS E DESPESAS NO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	11
PRINCIPAIS COMPONENTES DA RECEITA E DA DESPESA	12
REGRA DE OURO	15
ESTRUTURA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLOA	16
QUEM É O RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA DESPESA?	18
EM QUE ÁREA DA DESPESA A AÇÃO GOVERNAMENTAL SERÁ REALIZADA?	19
SAIBA MAIS	48

VALORES GLOBAIS
PLOA 2019

R\$



O QUE É ORÇAMENTO PÚBLICO

O Orçamento Público é o instrumento de planejamento que estima as receitas que o Governo espera arrecadar ao longo do próximo ano e, com base nelas, autoriza um limite de gastos a ser realizado com tais recursos. Ao englobar receitas e despesas, o orçamento apresenta-se como peça fundamental para o equilíbrio das contas públicas e indica para a sociedade as prioridades definidas pelo Governo, como por exemplo: o gasto com educação e saúde.

O Orçamento Federal é um único documento, constituído por três partes: Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pela União. A seguir, são apresentados os valores globais de cada um desses orçamentos.

R\$ 3,4 TRILHÕES

ORÇAMENTO TOTAL - PROPOSTA 2019



ORÇAMENTO FISCAL

— 2,2 TRILHÕES —

No Orçamento Fiscal estão incluídas as despesas dos Poderes Legislativo (Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União), Executivo (Presidência, Ministérios e outros órgãos) e Judiciário (Fóruns e Tribunais), do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, além dos gastos com pagamento e rolagem da dívida pública federal.



ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

— 1,1 TRILHÃO —

O Orçamento da Seguridade Social contém as despesas com previdência e assistência social, bem como ações e serviços públicos de saúde. Os pagamentos de aposentadorias, pensões e benefícios, assim como os gastos com hospitais, medicamentos e Bolsa-Família, são exemplos de despesas desse orçamento.



ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS

— 119,6 BILHÕES —

O Orçamento de Investimento das Empresas Estatais engloba os investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que não necessitam de recursos fiscais para manter ou ampliar suas atividades. São exemplos: Petrobras, Eletrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

1. ELABORAÇÃO

Cabe ao Poder Executivo a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA, com base no planejamento estabelecido no Plano Plurianual - PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO vigentes.

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Orçamento Federal – SOF, faz a captação e consolidação das propostas de cada Ministério e dos demais Poderes, utilizando o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP. Posteriormente, o PLOA deve ser encaminhado ao Poder Legislativo para aprovação.

O PPA é um planejamento de médio prazo, que define as estratégias, diretrizes e metas do Governo por um período de 4 anos.

A LDO define as metas e prioridades do Governo a serem realizadas no ano seguinte. É a lei que estabelece a ligação entre o PPA e a LOA.

2. APROVAÇÃO

Após o envio do projeto de lei para o Congresso Nacional - CN, os Deputados Federais e Senadores, na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, examinam, discutem, ajustam, votam e aprovam a proposta orçamentária. O relatório da CMO é apreciado pelo plenário do CN. Os Deputados e Senadores podem, sob determinadas condições, propor alterações à proposta orçamentária (emendas parlamentares).

O PLOA poderá ser vetado ou sancionado pelo Presidente da República. Em caso de vetos, caberá ao Congresso Nacional apreciá-los, podendo rejeitá-los ou não.

Após sancionado pelo Presidente da República, o PLOA se transforma na Lei Orçamentária Anual - LOA.

3. EXECUÇÃO

Após a publicação do Orçamento, o Poder Executivo tem até 30 dias para editar o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira. Esse Decreto e suas alterações visam adequar os valores da LOA à realidade de cada ano, assegurando, assim, o equilíbrio entre receitas e despesas previsto na LDO (meta de resultado primário). Quando o Decreto estipula limitação de despesas, ocorre o contingenciamento.

Tanto as receitas como as despesas devem ser revistas ao longo do ano. Na fase de execução, os valores aprovados na Lei Orçamentária podem ser insuficientes ou ocorrer necessidades de realização de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas. Diante de tais situações, a LOA poderá ser alterada no decorrer de sua execução por meio de créditos adicionais.

4. CONTROLE

Existem dois sistemas de controle da execução orçamentária: interno e externo. O controle interno é realizado pelo órgão no âmbito da própria Administração, dentro de sua estrutura, com supervisão técnica do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. O controle externo é realizado por instituição independente e autônoma, no caso da União, é exercido pelo Congresso Nacional, auxiliado pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

VOCÊ SABIA ?

As emendas parlamentares são prerrogativas constitucionais que o Poder Legislativo possui para alterar o projeto de lei orçamentária anual enviado pelo Poder Executivo. Podem ser relativas à previsão de receita, ao texto da lei ou à autorização de despesas (apropriação, cancelamento ou remanejamento de despesa).

TIPOS DE CRÉDITOS ADICIONAIS



CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Destinados ao incremento dos valores aprovados na Lei Orçamentária, quando considerados insuficientes.

CRÉDITOS ESPECIAIS

Destinados a despesas para as quais não haja previsão orçamentária específica.

CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS

Destinados a despesas urgentes e imprevisíveis.



ACOMPANHE ALGUNS PRAZOS IMPORTANTES

	PPA 4 ANOS	LDO ANUAL	LOA ANUAL
Data limite para o Executivo enviar o projeto de cada lei para o Congresso Nacional	31 DE AGOSTO	15 DE ABRIL	31 DE AGOSTO
Data limite para o Congresso devolver os projetos para sanção	22 DE DEZEMBRO	17 DE JULHO	22 DE DEZEMBRO

DECRETO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Publicado pelo poder Executivo até 30 dias após a Publicação do Orçamento.

Bimestralmente, o Poder Executivo realiza avaliações e elabora relatório de receitas e despesas primárias, de modo a acompanhar o alcance da meta de resultado primário estabelecida. Os relatórios estão disponíveis em:

<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/relatorios-de-avaliacao-fiscal>

AVALIAÇÕES BIMESTRAIS

Março	✓
Maio	✓
Julho	✓
Setembro	✓
Novembro	✓

PROJEÇÕES ECONÔMICAS PARA 2019

Considerando que o PLOA é elaborado no ano anterior de sua vigência, é necessário projetar quanto será arrecadado e planejar de que maneira esses valores serão gastos. Para estimar as receitas do próximo ano, o Governo faz previsões de alguns indicadores econômicos importantes, como, por exemplo, a produção econômica total do país (o Produto Interno Bruto – PIB), a inflação, a taxa de juros, a taxa de câmbio, o salário mínimo, entre outras.

Essas estimativas também servem para determinar quanto será reservado no orçamento para algumas despesas. Por exemplo, o valor gasto com aposentadorias depende do salário mínimo, as despesas com juros dependem da taxa de juros, algumas despesas sofrem impactos da taxa de câmbio e assim por diante.

INFLAÇÃO ACUMULADA DO PERÍODO 4,2%
Variação Anual do IPCA

CRESCIMENTO DO PIB 2,5%
real

TAXA DE CÂMBIO MÉDIA 3,62
reais/dólar

TAXA DE JUROS MÉDIA 7,17%
ao ano

SALÁRIO MÍNIMO R\$ 1.006,00



DEFINIÇÃO DA META DE RESULTADO PRIMÁRIO PARA 2019

Um importante passo na elaboração do orçamento para o próximo ano consiste na definição da meta de resultado primário, que é tudo que o Governo arrecada menos o que gasta, sem considerar as receitas financeiras e as despesas relacionadas à dívida (juros e amortizações). Comparando com um orçamento familiar, o resultado primário de uma família seria o que sobra da renda familiar depois de pagar todas as despesas do dia a dia, mas antes de pagar as prestações de financiamentos e empréstimos e os juros do cheque especial ou do cartão de crédito.

O ORÇAMENTO DO GOVERNO PODE APRESENTAR UMA DAS TRÊS SITUAÇÕES:		
SUPERÁVIT Arrecadou mais do que gastou.	NEUTRO Gastou exatamente o que arrecadou.	DÉFICIT Gastou mais do que arrecadou.



O ESTABELECIMENTO DE METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO EXISTE PARA MANTER O ENDIVIDAMENTO PÚBLICO SOB CONTROLE.

COMO É DEFINIDA?

A definição da meta de resultado primário de um país depende do comportamento esperado das receitas e despesas e do nível de endividamento que se pretende obter, geralmente calculado por um indicador da relação dívida/PIB. Se o objetivo for diminuir esse indicador, há dois caminhos: diminuição da dívida (por meio de superávits) ou aumento do PIB (por meio do crescimento econômico).

A meta de resultado primário é fixada após avaliação do cenário macroeconômico para o ano seguinte, considerando parâmetros como taxa de juros, taxa de câmbio, crescimento econômico e o resultado que deve ser atingido para manter a relação dívida/PIB em nível adequado para o país.

Neste contexto, a Lei de Diretrizes Orçamentárias contém o Anexo de Metas Fiscais, no qual é apresentada a meta de resultado primário para o exercício a que se refere e para os dois seguintes. Para 2019, o Governo propôs ao Congresso meta deficitária de R\$ 139,0 bilhões.

TAMBÉM É IMPORTANTE COMPREENDER QUE A META DE RESULTADO PRIMÁRIO É UM ESFORÇO CONJUNTO DE TODO O GOVERNO, INCLUSIVE DE SUAS EMPRESAS ESTATAIS.



AS RECEITAS E DESPESAS NO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL



Na elaboração do orçamento público, tanto as receitas quanto as despesas são classificadas em primárias e financeiras.

As receitas primárias correspondem, em sua maior parte, aos tributos arrecadados e, as despesas primárias, aos gastos do governo para manter suas atividades e investir em ações novas. O pagamento de servidores públicos, a manutenção de universidades ou a construção de aeroportos são exemplos de despesas primárias.

Já as receitas e as despesas financeiras são as que se originam, como o próprio nome diz, de operações financeiras, que, em sua maior parte, são empréstimos. Anualmente, o Governo Federal pega novos empréstimos para pagar dívidas de anos passados, "rolando a dívida". Se o governo decide pagar menos dívida, fica em condições de gastar mais naquele momento, mas no futuro ficará mais endividado, o que pode trazer problemas, inclusive inflação, principalmente se a arrecadação futura não aumentar.



RECEITAS PRIMÁRIAS

Correspondem às provenientes da arrecadação tributária com impostos, taxas e contribuições, bem como do esforço próprio de arrecadação de suas unidades. Além disso, o Governo consegue gerar receitas por meio do seu patrimônio, como aluguéis e os dividendos que recebe das empresas que controla.



RECEITAS FINANCEIRAS

As Receitas Financeiras são todas aquelas não primárias. São as relacionadas a uma dívida, tanto do governo perante pessoas, instituições brasileiras e organizações internacionais quanto destas junto ao governo. O valor recebido pelo governo ao adquirir um novo empréstimo (gerando nova dívida), assim como o pagamento, por terceiros, de dívidas que possuem com o Poder Público são receitas financeiras.



DESPESAS PRIMÁRIAS

São os gastos do Governo para prover bens e serviços públicos à população (por exemplo, saúde, educação e rodovias), além dos gastos necessários para a manutenção da estrutura do Estado.



DESPESAS FINANCEIRAS

As Despesas Financeiras são todas aquelas não primárias, resultantes do pagamento de uma dívida do Governo, na concessão de empréstimo ou no subsídio dos juros de empréstimos tomados por outra instituição ou pessoa (por exemplo: financiamento estudantil e subsídio do programa "Minha Casa Minha Vida").

DESPESAS PRIMÁRIAS

AS DESPESAS PRIMÁRIAS PODEM SER OBRIGATÓRIAS OU DISCRICIONÁRIAS.

OBRIGATÓRIAS

R\$ 1.589,6 BILHÕES PLOA 2019

As Despesas Obrigatórias são aquelas que a União tem a obrigação legal ou contratual de realizar, ou seja, são despesas cuja execução é mandatória. Os maiores grupos de despesas obrigatórias são pessoal e encargos sociais e os benefícios da previdência social.

DISCRICIONÁRIAS

R\$ 112,6 BILHÕES PLOA 2019

As Despesas Discricionárias são aquelas cuja execução depende da avaliação ou escolha que o Governo faz acerca da conveniência e da oportunidade de sua realização. Por não haver obrigatoriedade no dispêndio, a escolha depende da avaliação do governo sobre quais são as prioridades da população.

É IMPORTANTE PERCEBER QUE QUANTO MAIORES FOREM AS DESPESAS OBRIGATÓRIAS, MENOR SERÁ O ESPAÇO DE DECISÃO PARA ALOCAÇÃO DE RECURSOS NO ORÇAMENTO (DESPESAS DISCRICIONÁRIAS).

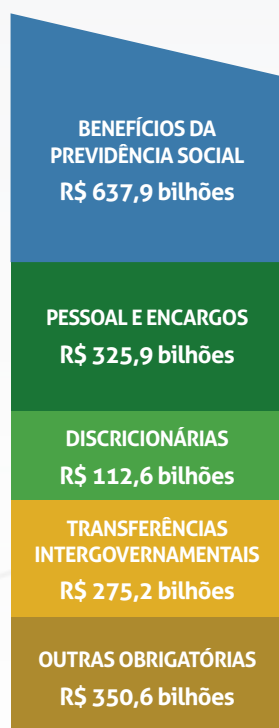
PRINCIPAIS COMPONENTES DA RECEITA E DA DESPESA



RECEITA PRIMÁRIA
R\$ 1.574,9 bilhões



DESPESA PRIMÁRIA
R\$ 1.702,2 bilhões



RECEITA FINANCEIRA
R\$ 1.687,3 bilhões



DESPESA FINANCEIRA
R\$ 1.560,0 bilhões



DESPESAS PRIMÁRIAS



PREVIDÊNCIA SOCIAL

Para garantir diversos direitos de proteção do trabalhador, inclusive a aposentadoria, empregados e empregadores contribuem para sistemas previdenciários, que são estruturas que permitem a acumulação de recursos destinados a pagar benefícios que garantem a subsistência dos trabalhadores em diversos casos, como por exemplo: maternidade, doença, velhice e desemprego.

Os principais sistemas previdenciários de filiação obrigatória são aqueles que atendem aos trabalhadores

da iniciativa privada e aos servidores públicos. Os trabalhadores e empregadores da iniciativa privada contribuem para o Regime Geral de Previdência Social enquanto os servidores públicos e os entes governamentais o fazem para o Regime Próprio de Previdência Social.

Caso as contribuições não sejam suficientes para o pagamento de todos os beneficiários, cabe ao Tesouro Nacional complementar os valores para que todos sejam atendidos.

Na proposta orçamentária de 2019, a previsão para o salário mínimo é de R\$ 1.006,00 e estima-se um aumento da massa salarial de 7,54%. Com esse cenário, projeta-se que a despesa total com benefícios atingirá R\$ 637,9 bilhões, sendo R\$ 619,3 bilhões relativos a benefícios normais, R\$ 14,8 bilhões, ao pagamento de sentenças judiciais e R\$ 3,7 bilhões, à compensação entre o Regime Geral e os regimes próprios de previdência (Sistema de Compensação Previdenciária entre os regimes). Por sua vez, a estimativa de arrecadação com contribuições ao regime será de R\$ 419,8 bilhões. Assim, espera-se um déficit do Regime Geral em torno de R\$ 218,1 bilhões. Já para o Regime Próprio de Previdência Social dos servidores da União, o déficit projetado para 2019 é de R\$ 44,3 bilhões.



PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

A proposta de orçamento para o exercício de 2019 prevê gastos com pessoal da ordem de R\$ 326,9 bilhões, com impacto financeiro em 2019 estimado em R\$ 325,9 bilhões, incluindo inativos e pensionistas da União e outras despesas relacionadas a pessoal. Importa mencionar que a esse valor soma-se R\$ 24,5 bilhões referentes à contribuição patronal ao regime próprio dos servidores, que trata-se de despesa financeira.

Do total orçamentário, excluídas as despesas com sentenças judiciais, os gastos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo representam, respectivamente, 3,1%, 10,8% e 84,4%, do Ministério Público da União - MPU, 1,6%, e da Defensoria Pública da União, 0,1%.



TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA

O Brasil adota a forma de estado federativa, composta pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Cada um deles possui competência tributária própria para que possam cumprir com suas obrigações administrativas. Porém, para promover melhor eficiência na arrecadação tributária, boa parte dela está concentrada na União.

Assim, as transferências a Estados, DF e Municípios por repartição de Receita, denominadas neste texto apenas

por Transferências Intergovernamentais, representam a parcela de tributos que, embora arrecadada pela União, pertencem aos demais entes e, portanto, são transferidas. O montante previsto no PLOA 2019 para estas transferências alcança a cifra de R\$ 275,2 bilhões.

Um dos objetivos das Transferências Intergovernamentais é a diminuição das desigualdades regionais, por meio da redistribuição dos recursos em favor das regiões mais pobres. Além disso, tais transferências visam promover a equidade na provisão de bens e serviços públicos em todo o país. De caráter obrigatório, as Transferências Intergovernamentais têm suas regras de cálculo estabelecidas na Constituição Federal e em demais dispositivos legais.

DESPESAS FINANCEIRAS



DÍVIDA PÚBLICA

Por diversos motivos, às vezes, famílias, empresas, ou mesmo o Governo precisam gastar mais do que recebem. Nessas situações, para conseguirem realizar esses gastos, recorrem a empréstimos ou financiamentos. Por exemplo: na ausência de sistema de crédito, muitas famílias precisariam economizar dinheiro durante vários anos para que fosse possível adquirir um imóvel. No entanto, por meio do financiamento imobiliário, podem antecipar a compra da casa própria em prestações compatíveis com a renda familiar, e, assim, não pagar aluguel.

Os países, assim como as famílias, também precisam, algumas vezes, recorrer a empréstimos ou financiamentos e, consequentemente se endividam.

No Orçamento Fiscal, embora o valor total da despesa com a Dívida Pública Federal esteja estimado, para 2019, em R\$ 1.424,8 bilhões, a maior parte desse montante, equivalente a R\$ 758,7 bilhões, corresponde ao seu refinanciamento. Esse valor é resultado da chamada “rolagem da dívida”. Restam, ainda, R\$ 666,2 bilhões, dos quais R\$ 378,9 bilhões são relativos ao pagamento de juros e, R\$ 287,3 bilhões, à amortização da dívida. Essa última parcela é a que permite a redução do principal da dívida.

“Rolagem da dívida” é um processo rotineiro de gestão referente à substituição de títulos anteriormente emitidos por títulos novos, o que nada mais é que o pagamento de uma dívida com outra dívida. Por essa razão, o valor do refinanciamento consta na peça orçamentária no mesmo montante, tanto na receita, como na despesa.



REGRA DE OURO



A “Regra de Ouro” constitui norma fundamental para a elaboração e gestão orçamentária, prescrita no inciso III, do art. 167 da Constituição Federal, que veda “a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital”. Excetuam-se à regra, as despesas autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta.

O cenário fiscal restritivo fez com que as despesas de capital constantes do presente Projeto de Lei Orçamentária para 2019 – PLOA 2019, em relação aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, fossem insuficientes para o cumprimento da Regra. A diferença entre o total das receitas de operações de crédito previstas e o total das despesas de capital programadas no PLOA, corresponde a R\$ 258,2 bilhões.

Para agregar todas as despesas foi criado um órgão orçamentário responsável intitulado “*Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição*”, ao qual foi alocado esse valor.

Para a utilização desses recursos, será necessário encaminhamento de projeto de lei de crédito suplementar ao Congresso Nacional no próximo ano, de forma a obter autorização para a realização de operações de crédito, neste montante e, dessa forma, financiar as despesas correspondentes.





ESTRUTURA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - PLOA



TEXTO DO PROJETO DE LEI

REÚNE OS DISPOSITIVOS LEGAIS QUE ORIENTARÃO O ORÇAMENTO DA UNIÃO PARA O EXERCÍCIO, SENDO ORGANIZADOS NOS SEGUINTE CAPÍTULOS:

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares: informa o montante global da estimativa da receita e fixação da despesa orçamentária.

CAPÍTULO II

Dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: detalha os valores da receita, da despesa e do refinanciamento da dívida pública federal, além de definir regras e condições de autorização para abertura de créditos suplementares.

CAPÍTULO III

Do Orçamento de Investimento: dispõe sobre as fontes de financiamento e o montante fixado para suas despesas, bem como as regras e condições de autorização para abertura de créditos suplementares.

CAPÍTULO IV

Da Autorização para Contratação de Operações de Crédito e Emissão de Títulos da Dívida Agrária: informa sobre as autorizações para contratação das operações de crédito e emissão de Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional com vistas ao atendimento de despesas previstas no projeto de lei.

CAPÍTULO V

Das Disposições Finais: indica os anexos que integram o projeto de lei e determina o início da vigência da futura Lei.

ANEXOS

CONSOLIDAM INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RELEVANTES QUE CONSTAM DO PLOA

ANEXO I

Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica e Fonte: demonstra a composição das receitas constantes no PLOA com os respectivos valores.

ANEXO II

Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão Orçamentário: agrega os valores da despesa por órgão orçamentário.

ANEXO III

Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento: descreve as fontes que irão financiar as empresas estatais.

ANEXO IV

Despesas do Orçamento de Investimento: apresenta o montante das despesas de investimento das empresas estatais por órgão orçamentário ao qual se vinculam.

ANEXO V

Autorizações específicas, relativas a despesas de pessoal e encargos sociais: listagem com montantes da despesa relativos à criação e/ou provimentos de cargos, empregos e funções, bem como admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, alteração de estrutura de carreiras e aumento de remuneração.

ANEXO VI

Relação das obras e serviços com indícios de irregularidades graves: lista com as obras e serviços assim classificados pelo Tribunal de Contas da União.

VOLUMES

DETALHAM AS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RELATIVAS À RECEITA E DESPESA DA UNIÃO

VOLUME I

Série de informações disponibilizadas por meio de quadros orçamentários consolidados; pelo detalhamento da receita orçamentária em determinadas classificações; e ainda reúne toda a legislação que fundamenta a receita e a despesa orçamentária.

VOLUME II

Consolida as informações relativas aos Programas de Governo constantes do orçamento, detalhando-os por objetivos, iniciativas, órgãos responsáveis e ações orçamentárias.

VOLUME III

Despesas orçamentárias alocadas nos Órgãos do Poder Legislativo, no Tribunal de Contas da União, nos Órgãos do Poder Judiciário e no Ministério Público da União. Tais despesas constam de forma mais detalhada, sendo apresentadas por meio de uma série de classificações orçamentárias e atendem aos princípios da especificação e publicidade.

VOLUME IV

Despesas alocadas nos Órgãos do Poder Executivo: Presidência da República e Ministérios detalhados no mesmo formato do Volume III, o qual não inclui as dotações orçamentárias do Ministério da Educação, que possui volume específico.

VOLUME V

Despesas orçamentárias alocadas no Ministério da Educação: compreende apenas as dotações orçamentárias a serem utilizadas nas políticas executadas pelo órgão. É disponibilizado volume específico para tais informações, tendo em vista que abrange volumosa programação orçamentária decorrente do grande número de unidades orçamentárias (institutos, universidades e hospitais universitários).

VOLUME VI

Reúne informações acerca do orçamento de investimento, apresentando quadros orçamentários, bem como os detalhamentos da programação e de suas ações orçamentárias.



QUEM É O RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DA DESPESA?

A Classificação Institucional evidencia a distribuição dos recursos orçamentários pelos órgãos e unidades orçamentárias responsáveis pela execução. Um órgão ou uma unidade orçamentária pode, eventualmente, não corresponder a uma estrutura administrativa, como, por exemplo, "Encargos Financeiros da União", "Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios" e "Operações Oficiais de Crédito".

R\$ milhões

Advocacia-Geral da União	3.807,2
Câmara dos Deputados	6.316,1
Conselho Nacional de Justiça	231,2
Conselho Nacional do Ministério Público	98,0
Defensoria Pública da União	623,1
Dívida Pública Federal	1.422.153,2
Encargos Financeiros da União	55.278,6
Gabinete da Vice-Presidência da República	19,3
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	3.013,5
Justiça do Trabalho	22.208,8
Justiça Eleitoral	8.603,6
Justiça Federal	12.856,0
Justiça Militar da União	593,6
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	11.136,3
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	15.300,2
Ministério da Cultura	2.699,7
Ministério da Defesa	107.026,0
Ministério da Educação	121.963,2
Ministério da Fazenda	29.951,8
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	3.419,4
Ministério da Integração Nacional	4.476,6
Ministério da Justiça	2.008,7
Ministério da Saúde	129.802,3
Ministério da Segurança Pública	15.761,1
Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	1.082,3
Ministério das Cidades	8.264,4
Ministério das Relações Exteriores	3.712,4
Ministério de Minas e Energia	9.979,6
Ministério do Desenvolvimento Social	499.500,9
Ministério do Esporte	821,4
Ministério do Meio Ambiente	3.771,8
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	7.199,2
Ministério do Trabalho	89.732,3
Ministério do Turismo	559,2
Ministério dos Direitos Humanos	398,3
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	19.675,5
Ministério Público da União	7.054,2
Operações Oficiais de Crédito	51.196,4
Presidência da República	7.226,5
Programações Condicionadas à Aprovação Legislativa prevista no inciso III do art. 167 da Constituição	258.179,5
Reserva de Contingência	17.070,4
Senado Federal	4.503,0
Superior Tribunal de Justiça	1.644,8
Supremo Tribunal Federal	778,6
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	288.277,8
Tribunal de Contas da União	2.233,2

EM QUE ÁREA DA DESPESA A AÇÃO GOVERNAMENTAL SERÁ REALIZADA?

Na próxima seção, são apresentados os valores da proposta de orçamento federal para 2019 de cada área de atuação do governo, denominada Função. A classificação funcional procura responder à questão "Em que área da despesa a ação governamental será realizada?". Essa classificação é de aplicação comum e obrigatória, no âmbito dos Municípios, dos Estados, do Distrito Federal e da União, o que permite a consolidação nacional dos gastos do setor público.



ADMINISTRAÇÃO
R\$ 30,7 bilhões



AGRICULTURA
R\$ 26,1 bilhões



ASSISTÊNCIA SOCIAL
R\$ 92,1 bilhões



CIÊNCIA E TECNOLOGIA
R\$ 7,5 bilhões



COMUNICAÇÕES
R\$ 1,5 bilhão



CULTURA
R\$ 1,9 bilhão



DEFESA NACIONAL
R\$ 74,6 bilhões



DESPORTO E LAZER
R\$ 815,8 milhões



DIREITOS DA CIDADANIA
R\$ 2,0 bilhões



EDUCAÇÃO
R\$ 114,1 bilhões



ENCARGOS ESPECIAIS
R\$ 1,8 trilhão



ENERGIA
R\$ 2,2 bilhões



ESSENCIAL À JUSTIÇA
R\$ 7,6 bilhões



GESTÃO AMBIENTAL
R\$ 4,4 bilhões



HABITAÇÃO
R\$ 22,5 milhões



INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS
R\$ 6,9 bilhões



JUDICIÁRIA
R\$ 37,1 bilhões



LEGISLATIVA
R\$ 8,3 bilhões



ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA
R\$ 2,3 bilhões



PREVIDÊNCIA SOCIAL
R\$ 734,9 bilhões



RELAÇÕES EXTERIORES
R\$ 3,3 bilhões



RESERVA DE CONTINGÊNCIA
R\$ 67,1 bilhões



SANEAMENTO
R\$ 458,8 milhões



SAÚDE
R\$ 114,3 bilhões



SEGURANÇA PÚBLICA
R\$ 10,7 bilhões



TRABALHO
R\$ 80,4 bilhões



TRANSPORTE
R\$ 17,0 bilhões



URBANISMO
R\$ 2,0 bilhões

Para cada área da despesa são apresentados, ao longo das próximas páginas, diferentes recortes, complementares à classificação funcional. As despesas são divididas por subfunção orçamentária (subárea da despesa), por Ministério envolvido, ou outra classificação adequada ao caso particular, buscando facilitar o entendimento das informações que constam da proposta orçamentária. Em geral, as despesas com pessoal e encargos sociais são contabilizadas na subfunção Administração Geral, apresentada em várias funções.



ADMINISTRAÇÃO

R\$ 30,7 bilhões

Esse tema concentra ações de gestão e manutenção de órgãos do Governo, incluindo, por exemplo, pagamento de pessoal ativo da União e administração de unidades.

70,38%
OBRIGATÓRIAS

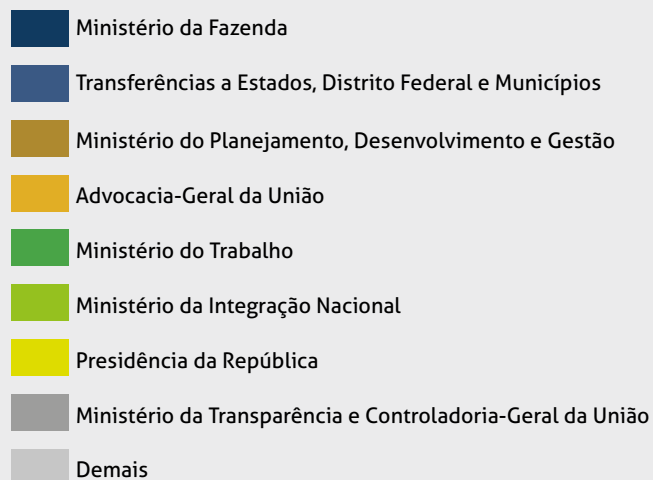
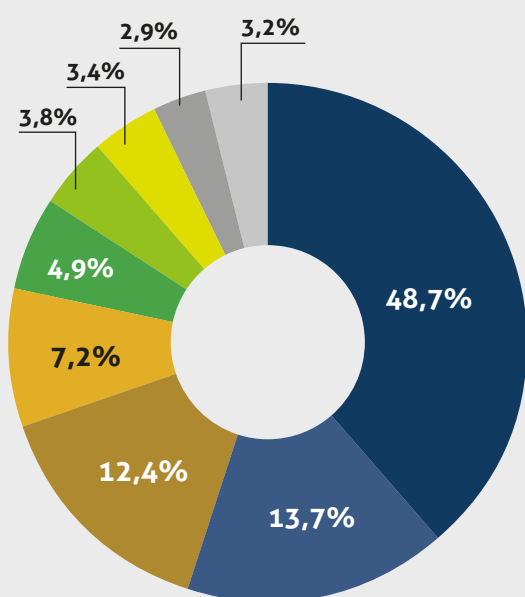
20,66%
DISCRICIONÁRIAS

8,73%
FINANCEIRAS

0,23%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES



PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS





AGRICULTURA

R\$ 26,1 bilhões

Tem suas políticas formuladas e executadas pelo Governo Federal no intuito de promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio brasileiro. A sua atuação baseia-se, principalmente, na busca da sanidade da produção animal e vegetal, do aumento da produtividade e da qualidade dos alimentos, da organização das cadeias produtivas do agronegócio, da modernização e execução dos instrumentos da política agrícola e de incentivo às exportações.

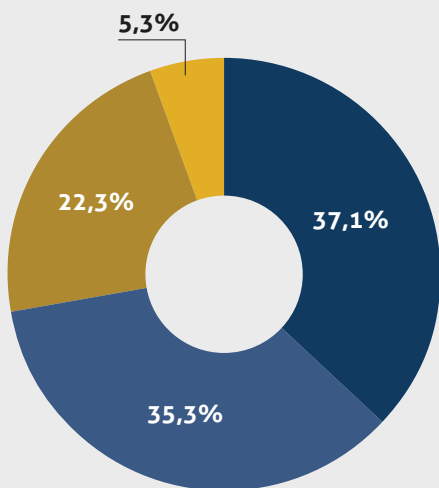
66,70%
OBRIGATÓRIAS

5,81%
DISCRICIONÁRIAS

27,32%
FINANCEIRAS

0,17%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Promoção da Produção Agropecuária
- Abastecimento
- Administração Geral
- Demais



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

A área de Defesa Agropecuária é responsável pela execução das ações de Estado para prevenção, controle e erradicação de doenças e de pragas nos animais e nos vegetais. Sua atuação é fundamental para a oferta de alimentos seguros, evitando possíveis riscos à saúde do consumidor e práticas desleais de comércio. Parte razoável dos recursos da defesa agropecuária são descentralizados às unidades da federação em apoio à execução conjunta dos planos de prevenção e controle. Para essas despesas, estão previstos R\$ 219,6 milhões.

Serão disponibilizados R\$ 320,0 milhões para a promoção de inovação tecnológica focada na geração de conhecimento e tecnologia para agropecuária brasileira, por meio de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologias, especialmente no âmbito de atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa, de modo a contribuir para a agregação de valor, o aumento da produção e produtividade de insumos e recursos, dentre outros.

A subvenção ao prêmio do seguro rural é um instrumento de política agrícola previsto no Plano Agrícola e Pecuário, que objetiva reduzir o preço pago pelo produtor na contratação de seguro rural frente ao preço cobrado pelas instituições seguradoras privadas. Serão beneficiados cerca de 54,8 mil produtores rurais que poderão contar com R\$ 450,0 milhões nessa política pública.



ASSISTÊNCIA SOCIAL

R\$ 92,1 bilhões

Direito do cidadão e dever do Estado, a Assistência Social é uma política pública não contributiva, que objetiva prover os mínimos sociais para garantir o atendimento às necessidades básicas. É realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade. No Governo Federal, o principal órgão que executa essas ações é o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

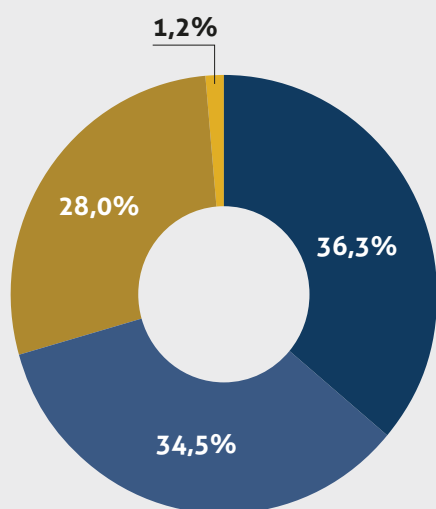
97,02%
OBRIGATÓRIAS

2,97%
DISCRICIONÁRIAS

0,01%
FINANCEIRAS



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Assistência ao Portador de Deficiência



Assistência Comunitária



Assistência ao Idoso



Demais



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Estão previstos R\$ 59,2 bilhões para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Renda Mensal Vitalícia (RMV), que beneficiarão 4,9 milhões de pessoas, sendo 2,1 milhões de idosos e 2,8 milhões de pessoas com deficiência. Estes valores referem-se à transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 anos ou mais, e à pessoa com deficiência, que comprovem não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família.

A promoção do desenvolvimento humano de 385 mil crianças em situação de vulnerabilidade e risco social, em especial nos primeiros 1.000 dias de vida, por meio de visitas domiciliares semanais, realizadas por agentes especializados em técnicas de desenvolvimento infantil integral, contará com o montante de R\$ 377,3 milhões.

De forma a incentivar a agricultura familiar por intermédio da compra de sua produção de alimentos, ao mesmo tempo em que destina esses produtos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, garantindo a elas acesso à alimentação, serão destinados R\$ 279,0 milhões, beneficiando 40 mil famílias agricultoras com a aquisição da produção e 70 mil famílias com a distribuição de alimentos.

O Programa Bolsa Família de transferência direta de renda beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, estimando-se o valor de R\$ 29,5 bilhões, com o atendimento de 13,6 milhões de famílias beneficiárias. Para receber o benefício são considerados a renda por pessoa da família (renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 178,00), o número de crianças e adolescentes com até 17 anos e a existência de gestantes e nutrízes. As famílias que, mesmo após o recebimento dos demais benefícios se mantenham abaixo da linha de extrema pobreza, (renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 89,00), recebem o benefício de superação da extrema pobreza, cujo valor é variável e equivale ao necessário para superar os R\$ 89,00 por pessoa. Para tal, as famílias beneficiárias devem assumir compromissos e cumprir certas condicionalidades.



CIÊNCIA E TECNOLOGIA

R\$ 7,5 bilhões

Para a implementação da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, o Governo Federal executa programas e ações que fomentam a pesquisa científica e tecnológica e, também, a inovação por meio, principalmente, de duas importantes agências – a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e suas respectivas unidades de pesquisa.

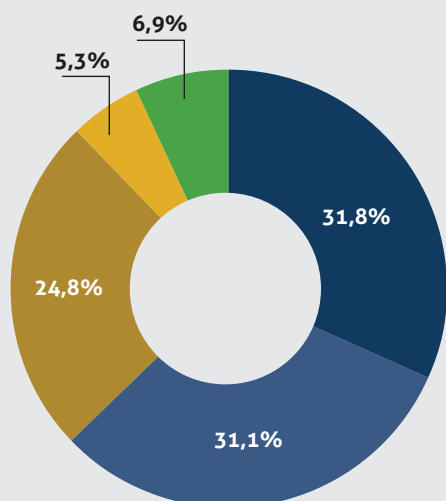
27,01%
OBRIGATÓRIAS

47,47%
DISCRICIONÁRIAS

21,49%
FINANCEIRAS

4,03%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

A Finep gerencia o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que financia projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para o qual serão destinados R\$ 851,2 milhões.

O Programa Nuclear, que visa o uso da energia nuclear de forma saudável e pacífica e o desenvolvimento da ciência e tecnologia nucleares para a medicina, indústria, agricultura, meio ambiente e geração de energia, contará com R\$ 597,4 milhões.

No âmbito do CNPq, para a concessão de bolsas de estudo de graduação, mestrado, doutorado, pós-doutorado e de iniciação científica para a qualificação de pessoal, estão previstos R\$ 784,8 milhões.

O Governo apoia, com a destinação de R\$ 272,4 milhões, Organizações Sociais que contribuem para o fortalecimento da infraestrutura científica e tecnológica no país.

Estão previstos R\$ 270,0 milhões para a Construção da Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração. O Brasil é o único país da América Latina a possuir um laboratório de luz Síncrotron, capaz de analisar a natureza por meio de radiações eletromagnéticas, que tem por objetivo desenvolver materiais de alto desempenho, mais econômicos e menos nocivos ao meio ambiente, além de gerar conhecimentos sobre diversas áreas, como a biológica, podendo viabilizar a produção de novos medicamentos.

COMUNICAÇÕES

R\$ 1,5 bilhão

Setor responsável por formular e propor as políticas nacionais de radiodifusão, de postagem, de inclusão digital e de telecomunicações, além de outorgar e fiscalizar serviços de radiodifusão. Objetiva desenvolver políticas públicas que promovam o acesso aos serviços de comunicações contribuam para o crescimento econômico, a inovação tecnológica e a inclusão social.

Tem como o órgão regulador responsável por implementar a Política Nacional de Telecomunicações a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel).

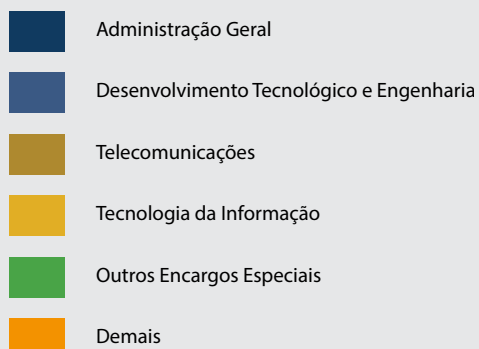
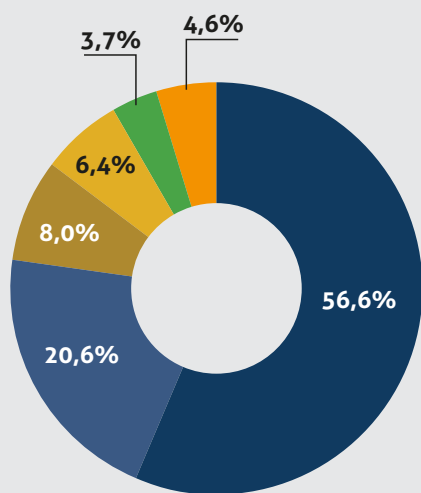
47,65%
OBRIGATÓRIAS

22,69%
DISCRICIONÁRIAS

23,23%
FINANCEIRAS

6,44%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Estão previstos R\$ 17,0 milhões ao Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações, que fomenta empreendimentos em padronização tecnológica, pesquisas aplicadas que envolvam risco tecnológico relevante e a capacitação de recursos humanos, objetivando o desenvolvimento das telecomunicações.

Para a Inclusão Digital, que busca a democratização do acesso às tecnologias da informação de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação, serão destinados R\$ 46,1 milhões.

A fiscalização e a regulação na Anatel terá alocado o valor de R\$ 178,1 milhões.

O Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), cujo objetivo é massificar o acesso à internet banda larga no país, receberá R\$ 852,0 milhões.

Em maio de 2017, entrou em órbita o Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica - SGDC, parte essencial do PNBL, fornecendo ainda um canal de comunicação autônomo às Forças Armadas. Estão previstos R\$ 148,0 milhões para dar continuidade ao projeto, agora com a implantação de infraestrutura de terra para comunicação com o satélite.

CULTURA

R\$ 1,9 bilhão

Conjunto de políticas na busca do pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, bem como na valorização e difusão das manifestações culturais. Destaca-se, ainda, a proteção das manifestações das culturas populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

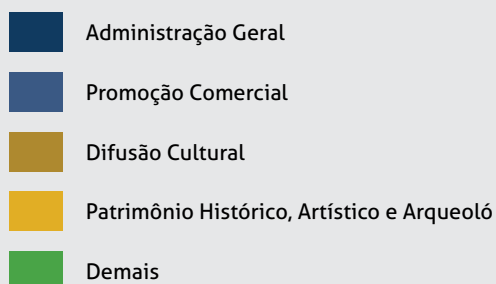
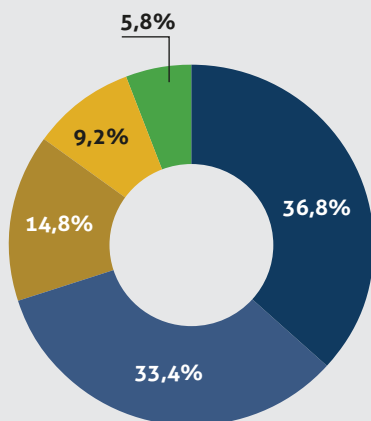
22,82%
OBRIGATÓRIAS

28,93%
DISCRICIONÁRIAS

40,55%
FINANCEIRAS

7,70%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Para o funcionamento dos espaços culturais – tais como bibliotecas, teatros, museus, salas de exposições, auditórios, dentre outros, serão destinados R\$ 95,1 milhões.

Para o apoio e fomento a projetos culturais, responsáveis pela criação, produção, divulgação e circulação do produto cultural brasileiro, serão alocados R\$ 53,4 milhões.

Para a preservação do patrimônio cultural das cidades históricas, que envolve planejamento, desenvolvimento, fomento, coordenação, monitoramento e avaliação de ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro, há previsão de R\$ 150,0 milhões.



DEFESA NACIONAL

R\$ 74,6 bilhões

O Ministério da Defesa é o órgão responsável pela direção superior das Forças Armadas, instituições nacionais primordialmente responsáveis pela Defesa Nacional e constituídas pelos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, além do Estado-Maior, que trata das operações conjuntas dos três Comandos Militares.

82,04%
OBRIGATORIAS

11,06%
DISCRICIONÁRIAS

0,81%
FINANCEIRAS

6,09%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019



O Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro contará com R\$ 1,64 bilhão para garantir a segurança e a qualidade do tráfego aéreo brasileiro.

O Programa Antártico Brasileiro contará com R\$ 37,7 milhões para apoiar a pesquisa brasileira no continente Antártico e garantir a reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz, após incêndio ocorrido em 2012.

O Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras - SISFRON contará com R\$ 283,0 milhões destinados ao combate a contrabandos e crimes transfronteiriços.

O desenvolvimento e a aquisição de viaturas mecanizadas média e leve, Blindados Guarani, com previsão de R\$ 413,0 milhões.

O Projeto ASTROS 2020 responsável pelo desenvolvimento e aquisição de mísseis táticos e foguetes guiados contará com R\$ 155,7 milhões.

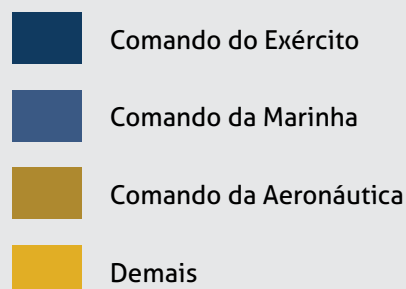
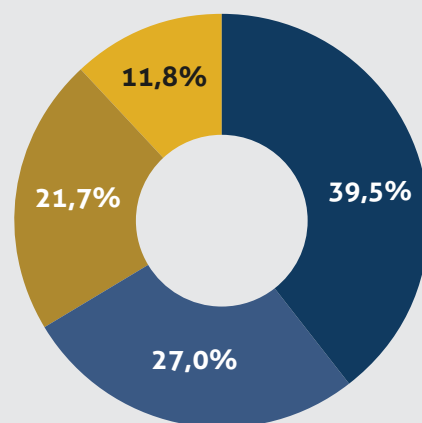
Em relação a aeronaves, estão previstos R\$ 2,4 bilhões sendo: R\$ 258,2 milhões para a aquisição de helicópteros HX-Br, de médio porte, R\$ 1,36 bilhão para a aquisição de caças suecos Gripen FX-2 e R\$ 800,0 milhões para desenvolvimento e aquisição do cargueiro tático militar KC-X.

Para capitalização da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON com vistas à recomposição do Núcleo do Poder Naval, iniciando-se com a construção de quatro (4) Corvetas, em estaleiros nacionais, serão destinados R\$ 2,5 bilhões.

O Programa de Desenvolvimento de Submarinos – PROSUB para construção de quatro submarinos convencionais, um submarino nuclear e estaleiro e base naval de apoio contará com R\$ 962,7 milhões.

O Programa Nuclear da Marinha, visando o domínio do ciclo do combustível nuclear e o desenvolvimento e a construção de uma planta nuclear, essencial ao PROSUB, contará com a soma de R\$ 215,0 milhões.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS





DESPORTO E LAZER

R\$ 815,8 milhões

Nossa Constituição consagra o lazer como direito social e afirma que é dever do Estado fomentar práticas desportivas. Para esse fim o Governo Federal estrutura suas ações a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte, o qual possui quatro eixos: inclusão social pelo esporte e lazer; qualificação do esporte de rendimento; ampliação da infraestrutura esportiva; e promoção de grandes eventos esportivos.

7,46%
OBRIGATÓRIAS

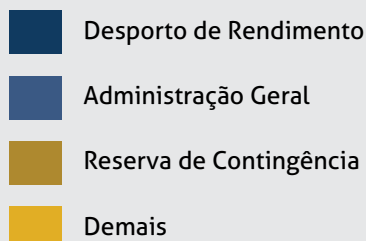
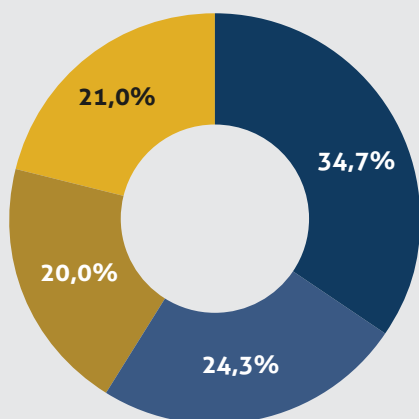
66,94%
DISCRICIONÁRIAS

20,20%
FINANCEIRAS

5,39%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Para a concessão de bolsas com o objetivo de garantir a manutenção de atletas de alto rendimento nas seguintes categorias: Base, Estudantil, Nacional, Internacional, Olímpica/Paraolímpica e Pódio, serão destinados R\$ 70,0 milhões.

O apoio a projetos de esporte educacional, lazer e inclusão social, por meio de diversos programas, contará com R\$ 70,0 milhões, e atenderá cerca de 50 mil beneficiários.

Para a implantação e modernização de infraestruturas esportivas em diversos municípios, serão destinados R\$ 69,2 milhões.

DIREITOS DA CIDADANIA

R\$ 2,0 bilhões

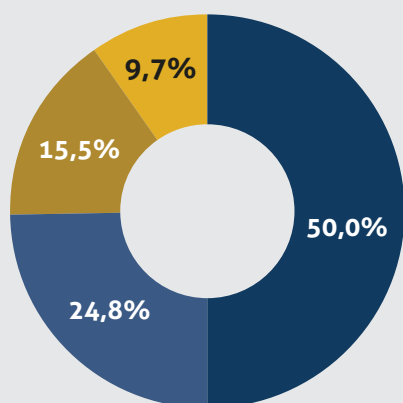
O Brasil, em sua Constituição, estabelece a cidadania, que corresponde ao conjunto de direitos e deveres referentes ao indivíduo em relação à sociedade em que vive, como princípio fundamental. Este tema está ligado ao fortalecimento dos direitos humanos e à redução de desigualdades ligadas a raça ou gênero.

33,34%
OBRIGATÓRIAS

63,91%
DISCRICIONÁRIAS

2,75%
FINANCEIRAS

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Administração Geral

Custódia e Reintegração Social

Demais



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Serão destinados R\$ 41,8 milhões para Programas de Proteção a crianças, adolescentes, testemunhas e defensores de Direitos Humanos ameaçados de morte, promovendo a garantia da segurança e da vida de pessoas que estão sob os cuidados do Estado a partir de rede de proteção especial.

O Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) contará com R\$ 351,2 milhões para a promoção de um sistema mais eficiente, justo, humano e que respeite os direitos fundamentais, por meio da ampliação de acesso a serviços e da modernização e qualificação das unidades prisionais. Está prevista, ainda, a construção de 6 novos presídios federais.

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) contará com R\$ 170,5 milhões, para promover a regularização fundiária de terras indígenas, planejar e operar um sistema articulado de monitoramento territorial e ambiental dessas terras, e também promover, em parceria com outros órgãos e com a participação indígena, projetos de gestão ambiental e territorial e de desenvolvimento sustentável das populações indígenas.

Para as Políticas de Igualdade e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres serão destinados R\$ 27,0 milhões, entre as quais se destacam ações para o atendimento às mulheres em situação de violência pelas Casas da Mulher Brasileira, e a operação e qualificação da "Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180", que se constitui no principal acesso aos serviços que integram a rede nacional de enfrentamento à violência contra a mulher, sob amparo da Lei Maria da Penha.

O Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD) receberá R\$ 116,6 milhões para expandir a Política Pública sobre Drogas, a Prevenção de Uso e/ou Abuso de Drogas e a Rede de Cuidados e Reinserção Social de Pessoas e Famílias que têm Problemas com Álcool e Outras Drogas.

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD) contará com R\$ 714,2 milhões para a reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, àqueles decorrentes da infração à ordem econômica, por violação de direitos difusos ou ao reforço da garantia dos interesses difusos e coletivos.



EDUCAÇÃO

R\$ 114,1 bilhões

O direito à Educação é consagrado em nossa Constituição como um direito social, cuja diretriz é o valor da igualdade entre as pessoas. No âmbito da União, o principal órgão que implementa políticas educacionais é o Ministério da Educação (MEC).

O Plano Nacional de Educação (PNE) atual, cuja vigência é de 2014 a 2024, prevê medidas como a universalização do ensino obrigatório, a ampliação das oportunidades educacionais, a redução das desigualdades e a valorização da Educação.

Reconhecendo a importância da Educação, a Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 - Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, incluiu as metas do PNE entre as prioridades da Administração Pública Federal.

62,06%
OBRIGATORIAS

20,44%
DISCRICIONARIAS

17,48%
FINANCEIRAS

0,03%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar a estudantes de todas as etapas da educação básica pública (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos). O Governo Federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, recursos financeiros de caráter suplementar para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de alunos matriculados em cada rede de ensino. O PNAE contará com R\$ 4,15 bilhões do Governo Federal para atender aproximadamente 44 milhões de estudantes.

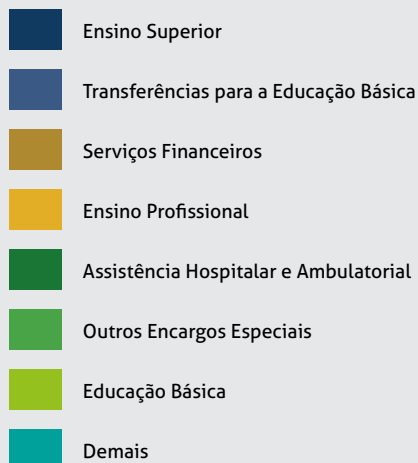
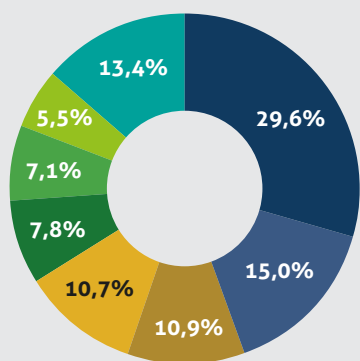
A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), do Ministério da Educação, desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu, ou seja, mestrado e doutorado, e contribui para o alcance das metas relacionadas à Pós-Graduação existentes no Plano Nacional de Educação (PNE). Serão destinados R\$ 2,5 bilhões à concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino superior. Estima-se que o montante atenderá ao pagamento de mais de 85 mil bolsas no país e no exterior.

O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) contempla a aquisição e a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e de literatura, entre outros materiais de apoio à prática educativa, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. O PNLD se encontra alinhado às diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constituindo uma importante ferramenta na sua implantação. Será aplicado R\$ 1,9 bilhão, o que possibilitará a aquisição e a distribuição de aproximadamente 185 milhões de obras.

Com o intuito de permitir o funcionamento dos cursos nas modalidades presencial e à distância, serão destinados R\$ 6,7 bilhões para a manutenção de 144 instituições federais de ensino superior, de educação profissional e tecnológica e hospitais universitários, vinculadas ao MEC.

Para apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica pública, estão previstos R\$ 203,0 milhões. A tecnologia já se revelou um instrumento eficaz para conquistar equidade no acesso ao estudo, contemporaneidade no aprendizado e melhorias na gestão das redes educacionais.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO





ENCARGOS ESPECIAIS

R\$ 1,8 trilhão

Engloba as despesas em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra.

18,99%
OBRIGATORIAS

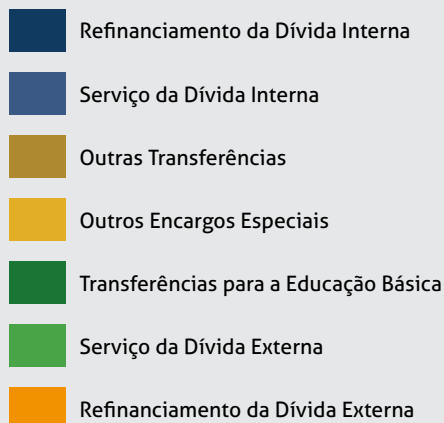
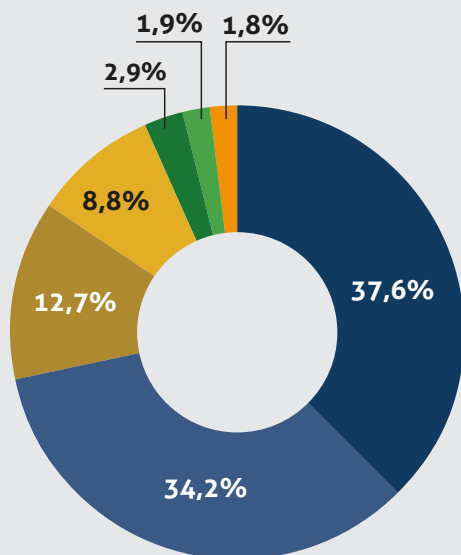
0,46%
DISCRICIONÁRIAS

80,17%
FINANCEIRAS

0,38%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO





ENERGIA

R\$ 2,2 bilhões

As políticas públicas desta área buscam o desenvolvimento do setor energético nacional, tratando das diversas fontes de energia como a hidráulica, a nuclear, as alternativas, e a indústria do petróleo. Auxiliam o Ministério de Minas e Energia, Agências e Empresas Públicas vinculadas, tais como: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

69,91%
OBRIGATÓRIAS

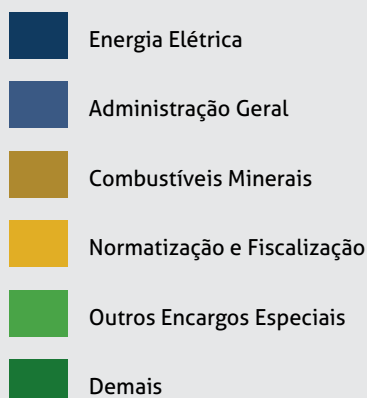
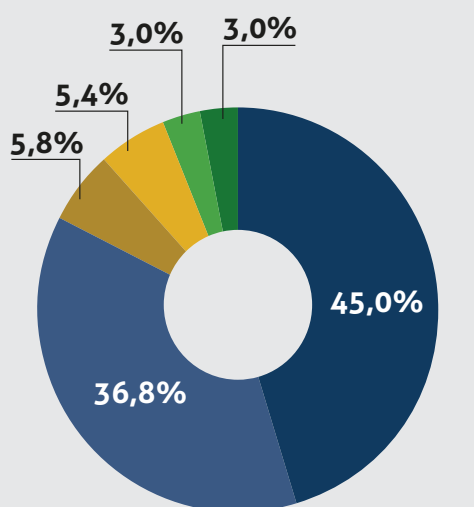
26,06%
DISCRICIONÁRIAS

2,98%
FINANCEIRAS

1,05%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Para a fiscalização e a regulamentação dos setores de energia elétrica e de petróleo, gás natural e combustíveis, estão previstos R\$ 169,2 milhões.

A realização de estudos e levantamentos geológicos, para identificar possibilidades de expansão do setor, contará com R\$ 61,6 milhões.

Cabe ressaltar que nossa abordagem refere-se apenas aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social. Assim, estão excluídos os investimentos das empresas estatais não dependentes, como a Petrobrás e a Eletrobrás, porque elas têm suas ações e dotações relacionadas no Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais.



ESSENCIAL À JUSTIÇA

R\$ 7,6 bilhões

67,52%
OBRIGATÓRIAS

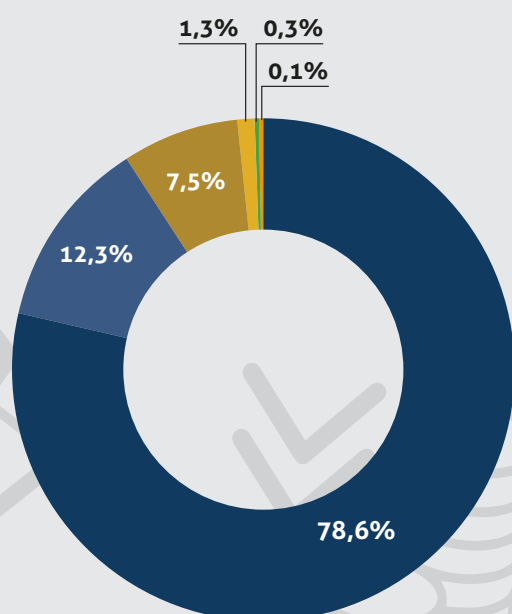
17,03%
DISCRICIONÁRIAS

15,45%
FINANCEIRAS



A função Essencial à Justiça faz referência à atuação do Ministério Público da União, da Advocacia-Geral da União e da Defensoria Pública. O Ministério Público é o órgão responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo. À Defensoria Pública compete a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados. Estão incluídos, ainda nesse tema, o Conselho Nacional do Ministério Público e parte do Ministério da Justiça.

PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS



- Ministério Público da União
- Advocacia-Geral da União
- Defensoria Pública da União
- Conselho Nacional do Ministério Público
- Ministério da Segurança Pública
- Ministério da Justiça

GESTÃO AMBIENTAL

R\$ 4,4 bilhões

A Constituição, em seu artigo 225, informa que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. Entre os mecanismos da Política Nacional do Meio Ambiente estão o licenciamento ambiental das atividades poluidoras, o zoneamento ambiental, a criação de áreas de proteção ambiental e a concessão florestal.

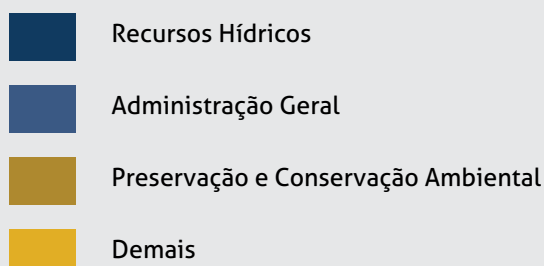
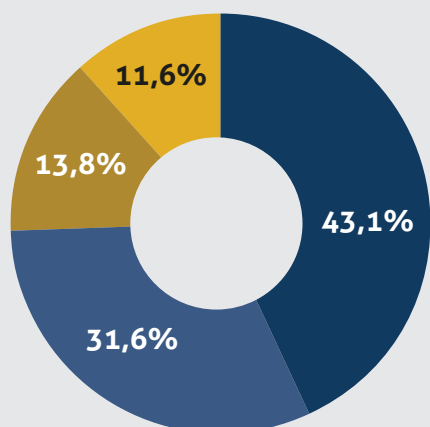
29,87%
OBRIGATÓRIAS

23,46%
DISCRICIONÁRIAS

12,10%
FINANCEIRAS

34,57%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Serão alocados R\$ 280,7 milhões para a execução de políticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade brasileira com o objetivo de consolidar as unidades de conservação, ampliar os hectares sob concessão florestal, incluir famílias nas atividades de manejo florestal, caracterizar novas espécies da fauna e flora, ampliar as áreas de florestas inventariadas e financiar projetos para a produção florestal sustentável.

Para o Programa Qualidade Ambiental serão destinados R\$ 128,3 milhões, para a realização de atividades como fiscalização, licenciamento e educação ambiental, além de gestão de riscos relacionados a emergências ambientais.

De forma a contribuir para a redução na emissão de gases de efeito estufa na atmosfera, serão alocados R\$ 55,2 milhões para a realização de cooperação técnica e científica com entidades relacionadas ao tema mudanças climáticas e para a execução dos planos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas e de ação de combate ao desmatamento dos biomas.



HABITAÇÃO

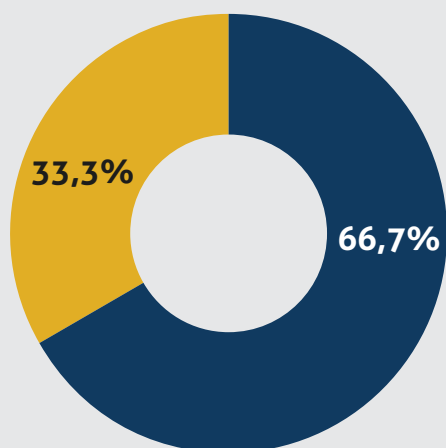
R\$ 22,5 milhões

100,00%

INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

Com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia a toda a população brasileira, o Governo Federal desenvolve e coordena ações que incluem desde o apoio técnico aos entes federados e aos setores produtivos até a promoção de mecanismos de participação e controle social nos programas habitacionais.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



Infra-Estrutura Urbana

Habitação Urbana



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

R\$ 15,0 milhões destinados à melhoria das condições de Habitabilidade de assentamentos precários.

Para o apoio à produção ou melhoria habitacional de interesse social serão destinados R\$ 1,5 milhão.

Para construção, aquisição ou reforma de unidades habitacionais nas cidades e no campo pela população de baixa renda, há recursos de R\$ 4,6 bilhões.

É importante citar que este programa ultrapassa o escopo da função habitação pois tem a maior parte de seus recursos alocado para financiamento e subsídio dos juros de financiamentos.



INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

R\$ 6,9 bilhões

Esta área temática compreende medidas para a promoção da competitividade, do comércio exterior, do investimento e da inovação nas empresas brasileiras, com o intuito de estimular o crescimento e a geração de empregos. Entre os assuntos mais significativos nesta área estão a propriedade intelectual e a transferência de tecnologia; a metrologia, a normalização e a qualidade industrial; as políticas de comércio exterior; o desenvolvimento do turismo no país; as atividades ligadas à mineração, e as políticas de apoio às micro e pequenas empresas e ao microempreendedor individual.

43,97%
OBRIGATÓRIAS

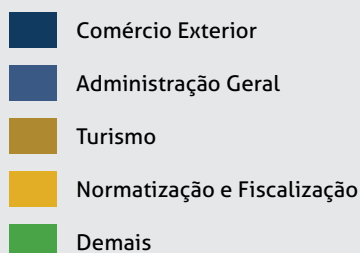
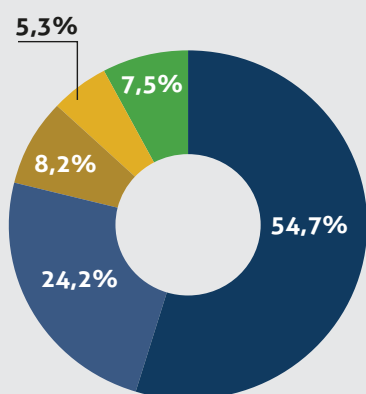
19,40%
DISCRICIONÁRIAS

34,96%
FINANCEIRAS

1,67%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Na atuação da fiscalização metrológica, serão destinados aproximadamente R\$ 354,2 milhões para a verificação de cerca de 20 milhões de instrumentos, por meio de 500 mil ações de fiscalização.

Estão previstos R\$ 60,3 milhões para o desenvolvimento, a manutenção e a modernização de sistemas informatizados de comércio exterior como o Sistema Integrado de Comércio Exterior – SISCOMEX, o Portal Único de Comércio Exterior e o Sistema da Balança Comercial Brasileira.

No intuito de apoiar o microempreendedor individual, potenciais empreendedores e artesãos, por meio de políticas públicas, serão alocados R\$ 14,6 milhões para promoção do desenvolvimento de micro e pequenas empresas e artesanato.

Com vistas ao desenvolvimento do turismo interno, estão previstos R\$ 255,7 milhões para dotar os municípios com infraestrutura turística, realizar campanhas e eventos e promover qualificação associada ao turismo.



JUDICIÁRIA

R\$ 37,1 bilhões

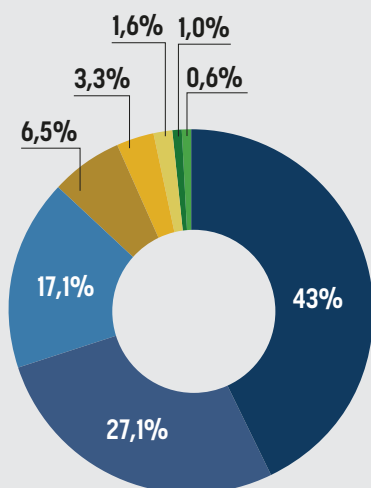
72,66%
OBRIGATÓRIAS

15,77%
DISCRICIONÁRIAS

11,57%
FINANCEIRAS



O Poder Judiciário é um dos três poderes do Estado, ao qual é atribuída a função judiciária, ou seja, garantir e defender os direitos individuais, coletivos e sociais, e promover a justiça, por meio do cumprimento de normas e leis judiciais e constitucionais.



PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS

- Justiça do Trabalho
- Justiça Federal
- Justiça Eleitoral
- Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
- Superior Tribunal de Justiça
- Supremo Tribunal Federal
- Justiça Militar da União
- Conselho Nacional de Justiça



LEGISLATIVA

R\$ 8,3 bilhões

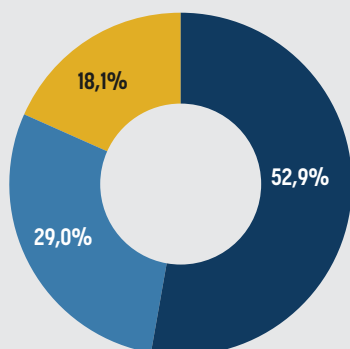
72,32%
OBRIGATÓRIAS

20,09%
DISCRICIONÁRIAS

7,58%
FINANCEIRAS



A Constituição Federal afirma que o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, que possui como principais atribuições criar leis e fiscalizar. Essa fiscalização, chamada de controle externo, é exercida com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).



PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS

- Câmara dos Deputados
- Senado Federal
- Tribunal de Contas da União



ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

R\$ 2,3 bilhões

A organização agrária tem como princípio a função social da propriedade, prevista na Constituição. Assim, são desenvolvidas ações nas seguintes áreas: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável na agricultura familiar e identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos.

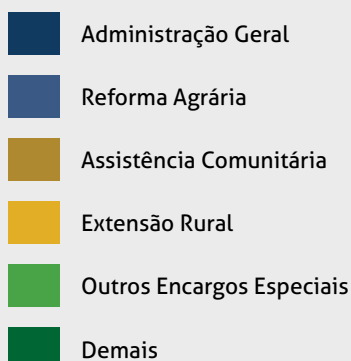
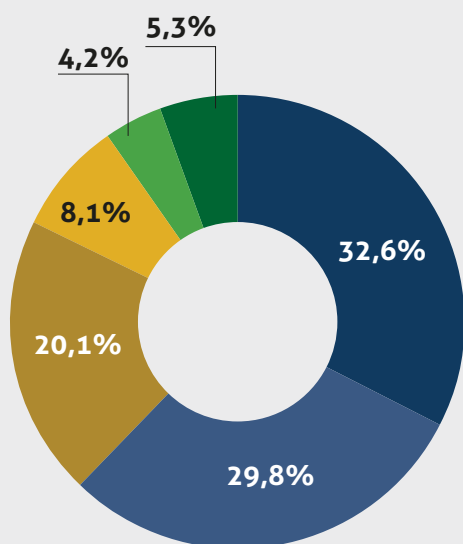
45,67%
OBRIGATÓRIAS

25,90%
DISCRICIONÁRIAS

28,43%
FINANCEIRAS



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

R\$ 126,9 milhões serão destinados à Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores Familiares e Assentados da Reforma Agrária, visando ao atendimento de, aproximadamente, 136 mil famílias.

Para apoiar a implantação, a qualificação e a consolidação de projetos de assentamentos rurais sustentáveis serão alocados R\$ 80,2 milhões que irão beneficiar 89 mil agricultores.

O Garantia-Safra contará com R\$ 468,0 milhões para proteger 1.350 mil agricultores, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de eventuais perdas em razão de estiagem ou enchentes.





PREVIDÊNCIA SOCIAL

R\$ 734,9 bilhões

99,59%
OBRIGATÓRIAS

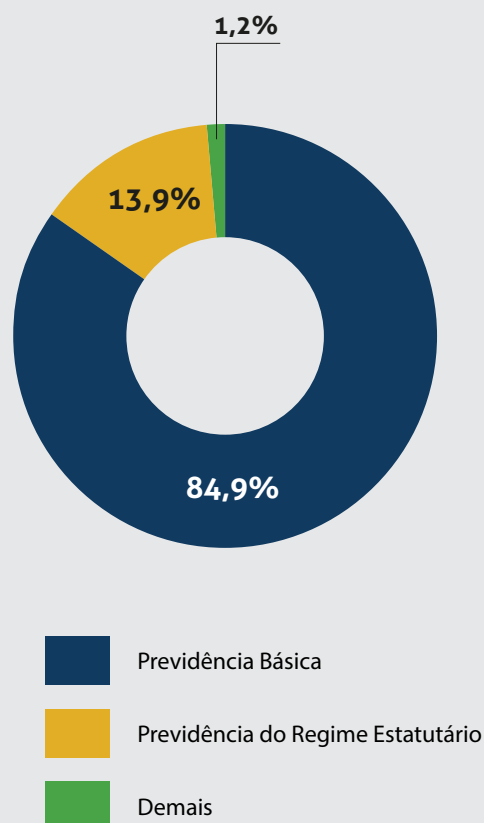
0,28%
DISCRICIONÁRIAS

0,13%
FINANCEIRAS



A Previdência Social, direito social previsto na Constituição Federal, garante benefícios à pessoa que contribui e também àquela que não contribui, nos casos especificados em lei. A Previdência é organizada em três regimes: Regime Geral de Previdência Social (RGPS), Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS) e Regime de Previdência Complementar (RPC), sendo os primeiros públicos, e o último, privado, que não recebe recursos do orçamento da União.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de caráter contributivo e filiação obrigatória, atende aos empregados do setor privado, aos funcionários públicos celetistas e aos contribuintes autônomos. Gerenciado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), os benefícios são pagos diretamente aos segurados por meio de transferências bancárias. Contará em 2019 com R\$ 637,8 bilhões, que serão utilizados, principalmente, para o pagamento de aposentadorias e pensões.

O Regime Próprio de Previdência do Servidor (RPPS), de caráter contributivo e solidário, é responsável pela seguridade social dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, em especial para o pagamento de aposentadorias e pensões, tanto dos servidores civis federais quanto dos militares das forças armadas.

A Estrutura de Atendimento ao Beneficiário é composta por aproximadamente 1.800 unidades, sendo cinco superintendências regionais, 104 gerências executivas e em torno de 1.700 agências de previdência social, além de unidades móveis (Prevbarco e Prevmove). Para custear o funcionamento dessas unidades, estão previstos R\$ 989,9 milhões.

A Previdência Social, por meio do INSS, concede uma série de benefícios previdenciários, dentre os quais destacam-se: aposentadoria (por idade, por tempo de contribuição, especial e por invalidez), pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-reclusão, auxílio-acidente, auxílio-funeral, salário-maternidade e salário-família. Para 2019 estão previstos R\$ 486,8 bilhões para o pagamento de benefícios previdenciários urbanos e R\$ 132,6 bilhões para os benefícios previdenciários rurais.



RELAÇÕES EXTERIORES

R\$ 3,3 bilhões

45,55%
OBRIGATÓRIAS

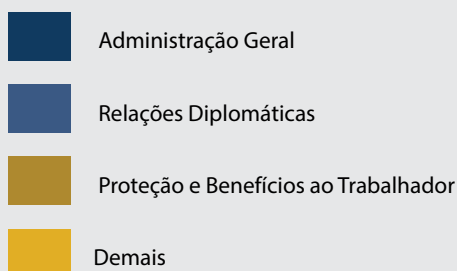
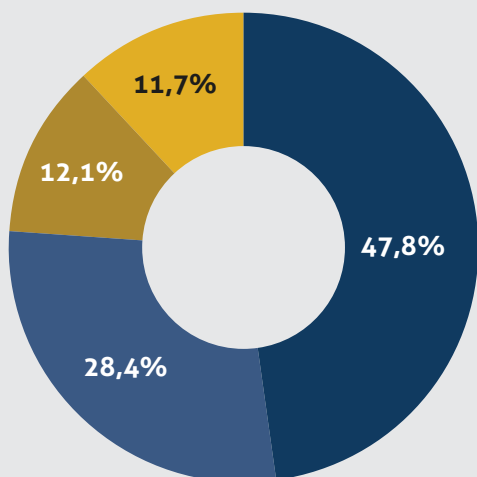
50,08%
DISCRICIONÁRIAS

4,37%
FINANCEIRAS



O Ministério das Relações Exteriores, conhecido como Itamaraty, mantém relações diplomáticas com governos de outros países, organismos e organizações internacionais. O Itamaraty promove os interesses do Brasil no cenário internacional, respeitando o princípio da não intervenção e atuando favoravelmente à garantia da democracia, prevalência da paz, e do respeito à igualdade jurídica entre os Estados, além de prestar serviços consulares aos cidadãos brasileiros.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Em relação às representações diplomáticas serão alocados recursos de R\$ 856,9 milhões para o funcionamento de 227 postos de representação no exterior, como embaixadas, consulados e missões diplomáticas, por meio dos quais a diplomacia realiza negociações comerciais, econômicas, técnicas e culturais.

Para os serviços consulares estão previstos R\$ 73,8 milhões, para a prestação de serviços ao cidadão brasileiro no exterior, como informações sobre passaporte brasileiro, vistos, legalização e emissão de documentos, eleições e assistência jurídica.

RESERVA DE CONTINGÊNCIA

R\$ 67,1 bilhões

É uma dotação constante da lei orçamentária, sem destinação específica nem vinculação a qualquer órgão, cuja finalidade principal é servir de fonte de cancelamento para a abertura de créditos adicionais ao longo do ano.

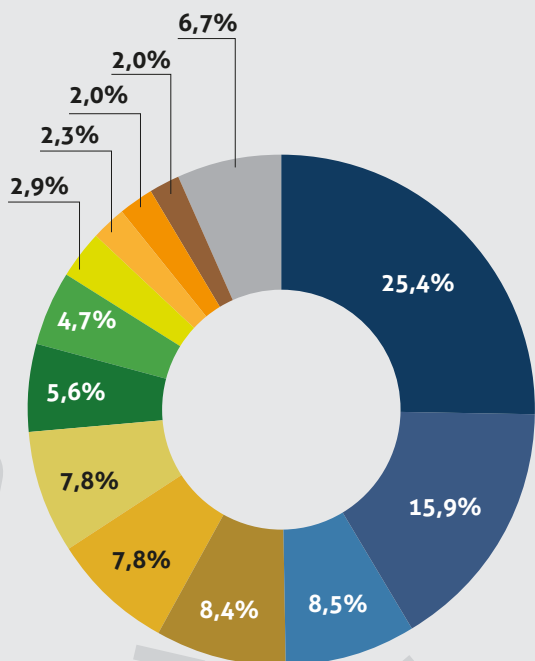
25,51%
OBRIGATÓRIAS

21,75%
DISCRICIONÁRIAS

52,73%
FINANCEIRAS



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Reserva de Contingência
- Encargos Financeiros da União
- Ministério da Defesa
- Ministério da Saúde
- Ministério da Educação
- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
- Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
- Ministério de Minas e Energia
- Ministério da Segurança Pública
- Justiça do Trabalho
- Ministério da Fazenda
- Justiça Federal
- Demais



SANEAMENTO

R\$ 458,8 milhões

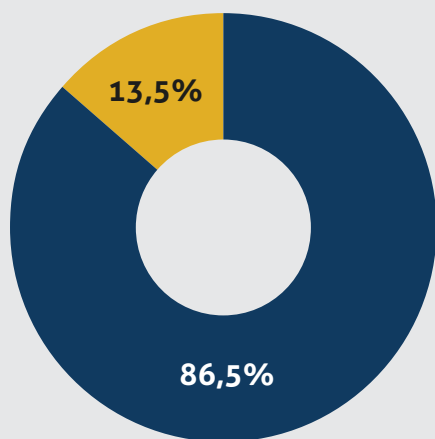
Para assegurar o acesso à água potável e à vida salubre, o Governo Federal apoia os Estados e Municípios por meio de ações de implantação, ampliação ou melhorias dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de drenagem urbana e manejo de águas.

0,02%
DISCRICIONÁRIAS

99,98%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES



PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS



Ministério das Cidades



Ministério da Integração Nacional



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Serão destinados R\$ 173,8 milhões para apoio à implantação, ampliação ou melhorias de sistemas de esgotamento sanitário.

R\$ 123,6 milhões serão alocados para apoio a sistemas de drenagem urbana sustentável e de manejo de águas pluviais em municípios críticos sujeitos a eventos recorrentes de inundações, enxurradas e alagamentos.

O apoio à implantação, ampliação ou melhorias em sistemas de abastecimento de água contará com R\$ 61,4 milhões.

SAÚDE

R\$ 114,3 bilhões

A Constituição de 1988 estabelece a saúde como um direito social fundamental, garantido por meio de políticas sociais e econômicas que visam à promoção, proteção e recuperação da saúde individual e da população e à redução de doenças e agravos. No país, o direito à saúde é sobretudo efetivado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que tem dentre os seus princípios de organização a universalidade do acesso aos serviços de saúde a todos os cidadãos, prestados de forma descentralizada, integral e participativa. Assim, por exemplo, compete ao SUS executar ações como prover medicamentos e vacinas, fiscalizar alimentos e bebidas, realizar cirurgias, entre outras.

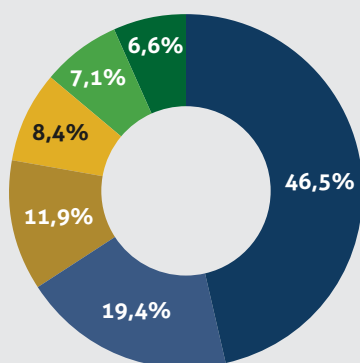
82,30%
OBRIGATORIAS

16,16%
DISCRICIONÁRIAS

1,22%
FINANCEIRAS

0,32%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



- Assistência Hospitalar e Ambulatorial
- Atenção Básica
- Suporte Profilático e Terapêutico
- Administração Geral
- Vigilância Epidemiológica
- Demais



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

A Atenção Básica em saúde é aquela que chega mais perto da casa e da vida das pessoas, sendo a principal porta de entrada para os serviços públicos de saúde. O SUS atua na Atenção Básica, principalmente através da estratégia de saúde da família, que com mais de 42.700 equipes alcança cerca de 98% dos municípios brasileiros. As equipes são formadas, pelo menos, por médicos, enfermeiros e auxiliares ou técnicos de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Juntos, eles são responsáveis por atuar na manutenção da saúde e na prevenção de doenças, alterando o modelo de saúde centrado em hospitais, reduzindo os custos e ampliando a efetividade do Sistema. Para a Atenção Básica serão alocados R\$ 22,2 bilhões, sendo que R\$17,9 bilhões para seu custeio, por meio de repasses de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios, através do Piso de Atenção Básica em Saúde.

Na Assistência hospitalar e ambulatorial do SUS, as ações de média e alta complexidade concentram-se na formação de uma rede de atendimento de urgência e emergência e no cuidado a questões de saúde específicas, como, por exemplo, acidente vascular cerebral, infarto, obesidade, etc. Os recursos da União são descentralizados para os Estados, Distrito Federal e Municípios, os quais são responsáveis por gerir localmente as ações e serviços de saúde. No total, serão investidos R\$ 53,1 bilhões em Assistência Hospitalar e Ambulatorial.

Para os procedimentos de média e alta complexidade serão alocados R\$ 49,1 bilhões, visando custear atividades como exames diagnósticos, cirurgias, internação em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs), etc.

No suporte profilático e terapêutico do SUS, cabe garantir o acesso da população àqueles medicamentos considerados essenciais nos diferentes níveis de atenção à saúde, observando as necessidades coletivas e individuais, o planejamento local e regionalizado da rede pública de saúde e seus resultados na qualidade de vida da população. A aquisição de cada medicamento tem como referência a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), criada para racionalizar o consumo desses no âmbito do SUS. Serão aplicados R\$ 13,6 bilhões, dividido entre medicamentos básicos, especializados e essenciais, e para tratamento de HIV/AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis. Deste valor, R\$ 2,6 bilhões serão alocados no Programa Farmácia Popular – nas modalidades gratuita e co-pagamento.

No âmbito da Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental, de modo geral, as ações de vigilância sanitária

realizadas pelo SUS têm como finalidade impedir que a saúde humana seja exposta a riscos e combater as causas dos efeitos negativos que lhes tenham sido gerados, por meio da fiscalização da produção e circulação de bens e à produção de serviços (por exemplo, nas áreas de alimentos, medicamentos, cosméticos, controle de fronteiras, etc). Já as ações de vigilância epidemiológica são voltadas para a prevenção e o controle de doenças que afetam a coletividade (doenças transmissíveis por insetos, animais, pela via sexual, etc). Finalmente, as ações de vigilância ambiental buscam identificar, prevenir e controlar riscos à saúde humana provocados por questões ambientais (como poluição atmosférica, contaminação física e química, desastres, etc). Esse conjunto de ações receberá cerca de R\$ 8,4 bilhões. Destes, R\$ 5,3 bilhões serão utilizados para aquisição e distribuição de imunobiológicos e insumos para prevenção e controle de doenças, incluindo vacinas para a população contra variadas endemias. Ademais, cerca de R\$ 2,5 bilhões serão repassados aos entes federados para realizar outras ações de vigilância em saúde.





SEGURANÇA PÚBLICA

R\$ 10,7 bilhões

A Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. No Governo Federal, o Ministério da Segurança Pública é o órgão responsável por implementar grande parte das políticas públicas relacionadas a esse tema. Integram este órgão a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP).

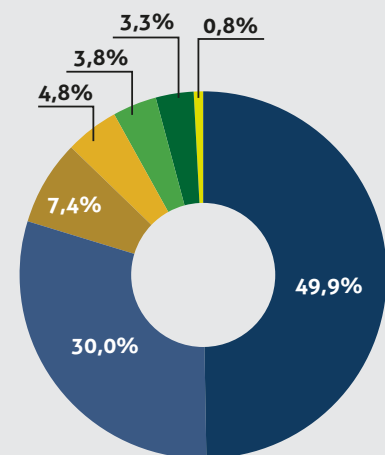
56,16%
OBRIGATÓRIAS

33,34%
DISCRICIONÁRIAS

10,49%
FINANCEIRAS



PRINCIPAIS RESPONSÁVEIS



- Departamento de Polícia Federal
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal
- Ministério da Integração Nacional - Administração Direta
- Fundo Nacional de Segurança Pública
- Ministério da Segurança Pública - Administração Direta
- Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
- Demais



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

Para a Polícia Federal, foram disponibilizados R\$ 1.314,1 bilhão, sendo R\$ 273,1 milhões para custeio de operações de prevenção e repressão ao tráfico de drogas e a crimes praticados contra a União, R\$ 304,6 milhões para a manutenção do Sistema de Emissão de Passaportes, Controle do Tráfego Internacional e de Registro de Estrangeiros e R\$ 736,4 milhões para a manutenção e funcionamento do órgão e aprimoramento institucional da Polícia.

Serão destinados R\$ 724,4 milhões para a Polícia Rodoviária Federal, sendo R\$ 367,0 milhões para o policiamento ostensivo nas rodovias e estradas federais e R\$ 357,4 milhões para a manutenção e funcionamento do órgão e aprimoramento da infraestrutura.

Estão previstos R\$ 656,7 milhões para a SENASP e o FNSP, a fim de garantir apoio a projetos de Estados e Municípios na área de segurança pública. Esses projetos tratam da prevenção à violência, da capacitação de agentes, da atuação da Força Nacional de Segurança Pública e de iniciativas para a redução de homicídios. Ressalte-se que o Sistema Único de Segurança Pública – SUSP, foi instituído pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, e tem como uma de suas principais diretrizes a atuação integrada entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em ações de segurança pública.



TRABALHO

R\$ 80,4 bilhões

A União elabora e implementa políticas e diretrizes que contribuem para a geração de emprego e renda e para o apoio ao trabalhador. Este tema envolve a formação e o desenvolvimento profissional, a política salarial, a segurança e a saúde no trabalho, a geração de emprego e renda e a fiscalização das relações de trabalho. Representam parcela significativa dos recursos investidos na área as ações de proteção ao trabalhador, como o seguro-desemprego e o abono salarial.

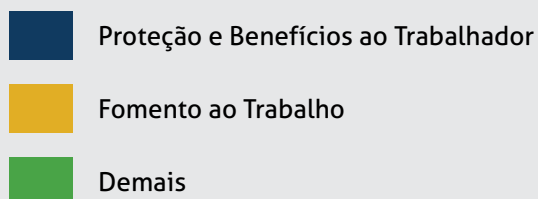
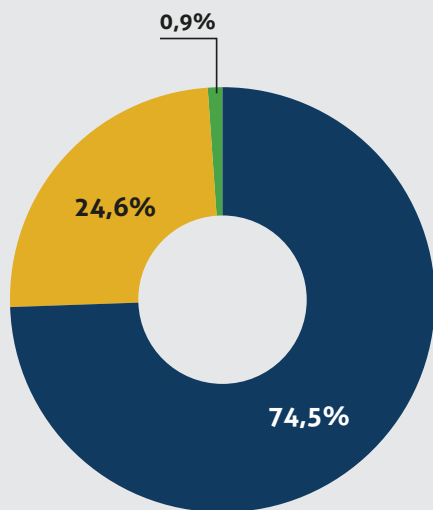
74,59%
OBRIGATÓRIAS

0,82%
DISCRICIONÁRIAS

24,59%
FINANCEIRAS



PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

O seguro-desemprego é o pagamento de um benefício ao trabalhador formal dispensado sem justa causa, trabalhador doméstico dispensado sem justa causa, pescador artesanal, trabalhador com contrato de trabalho suspenso e trabalhador resgatado da condição análoga à de escravo por um período determinado. Estão previstos R\$ 40,6 bilhões que beneficiarão 7,4 milhões de trabalhadores.

O abono salarial é o pagamento de um salário mínimo a cada ano ao trabalhador, a título de suplementação de renda, de acordo com os critérios legalmente estabelecidos. Estão previstos R\$ 19,2 bilhões que beneficiarão 23,6 milhões de trabalhadores.





TRANSPORTE

R\$ 17,0 bilhões

Cabe à União a manutenção e ampliação das vias federais; a construção de novas vias; a fiscalização dos transportes de passageiros e cargas; o fomento à indústria naval e a coordenação dos transportes aeroviários e dos serviços portuários. Assim, para garantir a liberdade de locomoção das pessoas dentro do território nacional e reduzir os custos logísticos da produção de bens, o Governo Federal implementa uma série de políticas públicas relacionadas aos transportes rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário.

9,61%
OBRIGATÓRIAS

6,45%
DISCRICIONÁRIAS

33,53%
FINANCEIRAS

50,41%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019



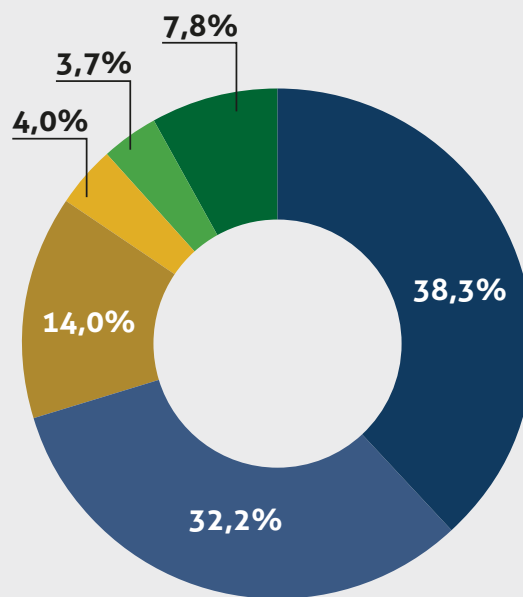
No Transporte rodoviário, serão alocados R\$ 4,04 bilhões na manutenção e sinalização de aproximadamente 66,5 mil km de rodovias federais. Além disso, para obras de construção, pavimentação e adequação de trechos da malha rodoviária federal estão previstos investimentos de R\$ 2,06 bilhões, além de recursos destinados ao controle de peso e velocidade, com o objetivo de evitar o desgaste prematuro das rodovias e reduzir o risco de acidentes, respectivamente, com cerca de R\$ 308,4 milhões.

Para o transporte ferroviário serão destinados cerca de R\$ 671,02 milhões que viabilizarão a construção e manutenção das Ferrovias Norte-Sul e de Integração Oeste-Leste, e a eliminação de gargalos ferroviários existentes, por meio da construção de contornos e viadutos ferroviários, adequações de ramais e segregação de linhas férreas.

No que se refere ao transporte aéreo, serão destinados cerca de R\$ 226,4 milhões para investimento e desenvolvimento da aviação de âmbito regional e nacional.

Quanto ao transporte aquaviário, R\$ 353,7 milhões viabilizarão o desenvolvimento da marinha mercante e da indústria naval, financiando a construção de navios e a implantação e modernização de estaleiros, a construção de portos fluviais na Região Amazônica, além da manutenção e adequação de hidrovias, eclusas e portos existentes. Adicionalmente, para dragagem, ação essencial para aprofundar as áreas de entrada e saída de navios nos portos nacionais, serão destinados R\$ 291,9 milhões.

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO





URBANISMO

R\$ 2,0 bilhões

O Governo Federal apoia os entes federados na elaboração de Planos Diretores e outros normativos previstos na legislação urbanística brasileira com o objetivo de promover transformações urbanísticas e, desta forma, minimizar os problemas decorrentes do crescimento desordenado das cidades. A União apoia, ainda, o planejamento e a execução de intervenções para reabilitação de áreas centrais e de contenção de riscos, a urbanização de assentamentos precários, a regularização fundiária, a promoção da acessibilidade urbana e a implantação, a modernização e o funcionamento de sistemas de transporte coletivo urbano.

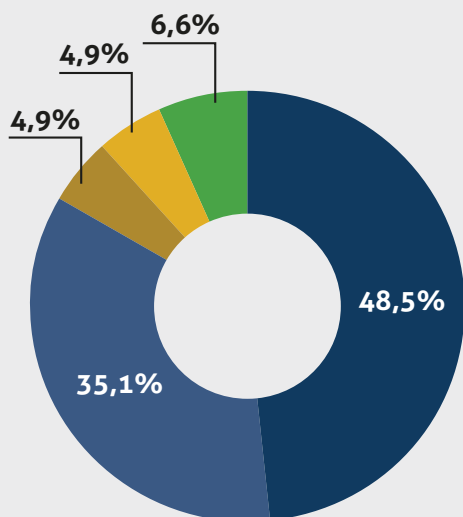
46,43%
OBRIGATÓRIAS

31,34%
DISCRICIONÁRIAS

0,19%
FINANCEIRAS

22,04%
INVESTIMENTOS
ESTRUTURANTES

PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO



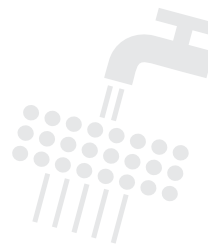
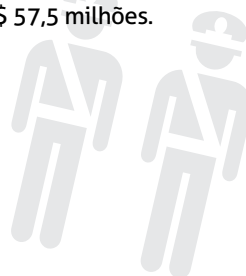
DESTAQUES DA PROPOSTA PARA 2019

O apoio a sistemas de transporte público coletivo urbano contará com R\$ 340,0 milhões.

R\$ 358,3 milhões serão destinados ao funcionamento dos sistemas de trens urbanos de passageiros em diversas capitais brasileiras.

R\$ 40,0 milhões para apoio à execução de projetos e obras de contenção de encostas em áreas urbanas.

Para apoio à urbanização de assentamentos precários estão previstos R\$ 57,5 milhões.





SAIBA MAIS

AQUI VOCÊ ENCONTRA		ENDEREÇO ELETRÔNICO
Educação Orçamentária	Escola Virtual SOF	https://ead.orcamentofederal.gov.br/
Informações Orçamentárias	Ementários de Receitas	https://www.siop.planejamento.gov.br/siop/VisualizarEmentario
	Relatórios de Avaliação de Receitas e Despesas	http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/informacoes-orcamentarias/relatorios-de-avaliacao-fiscal
Legislação Orçamentária	Consulte Leis, Decretos e outros atos normativos diretamente relacionados à matéria orçamentária	http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/legislacao
Orçamentos Anuais	Documentos e atos normativos referentes ao processo orçamentário dos últimos 25 anos	http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-aneais
Cadastro das Ações Orçamentárias	Informações qualitativas sobre as ações programadas no orçamento de cada exercício	https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico&ex=0&fp=inicio
Dados Abertos - SIOP	Consulte informações sobre o Orçamento da União, com várias opções de filtros (palavra-chave, órgão, unidade, função, subfunção) e gere relatórios em PDF e Excel.	https://www1.siop.planejamento.gov.br/siopdoc/doku.php/acesso_publico:dados_abertos
Manual Técnico de Orçamento – MTO 2018	Instruções técnicas para elaboração dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União	https://www1.siop.planejamento.gov.br/mto/doku.php
Painel do Orçamento Federal	Ferramenta de transparência e consulta livre aos dados orçamentários, que facilita o acompanhamento do gasto público	https://www1.siop.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=IAS%2FExecucao_Orcamentaria.qvw&host=QVS%40pqk04&anonymous=true



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

GOVERNO
FEDERAL